



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 148

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3174

TAQUIGRAFIA

ATA DA 11ª SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DA FUNDAÇÃO DO GRANDE CONSELHO ESTADUAL DA ORDEM DEMOLAY NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 19 de Agosto de 2016

Presidência do Sr.

Dr. Neidson - Deputado

(Às 09 horas e 24 minutos é aberta a Sessão).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribamar Araújo, realiza Sessão Solene em Homenagem ao Dia da Fundação do Grande Conselho Estadual da Ordem DeMolay no Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, que irá presidir a Sessão Solene de Homenagem; Aldino Brasil, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja do Estado de Rondônia; Senhor Valber Gama, Grande Mestre Estadual Adjunto da Ordem DeMolay; Dr. Robinson Percy Holder, Gerente da Regional de Transmissão Rondônia da Eletrobras/Eletronorte; Senhor Thiago Gerônimo, Grande Tesoureiro Nacional, representando o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; Senhor Flávio Conesque Filho, Eleito Venerável da Loja Mais Justiça e Trabalho do município de Nova Mamoré.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Sessão Solene em homenagem ao Dia da Fundação do Grande Conselho Estadual da Ordem DeMolay no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Nacional, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manoel da Silva.

(Execução do Hino Nacional)

Podem sentar, muito obrigado. Antes das palavras iniciais de Sua. Excelência, o Senhor Deputado Dr. Neidson, vamos registrar aqui a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribamar Araújo e de todos os DeMolays aqui presentes. Lembrar as senhoras aqui presentes, aos senhores que esta Sessão Solene está sendo transmitida ao vivo. O endereço é: al.ro.leg.br. Saudamos o Deputado Ribamar Araújo, e ao Dr. Juscelino Amaral, Ex-Grão-Mestre da Glomaron; senhor Edson Ramos, Garante de Amizade Glomaron e Grande Oriente; senhor Thiago Gerônimo de Farias, Grande Tesoureiro Nacional; Mateus Diniz Nogueira, Demolay Mestre Conselheiro do Capítulo Paulo Roberto de Amorim; senhor Elpinio de Sousa Lopes, Secretário de Ritualística e Liturgia da Glomaron; Senhor Ed Carlos Moraes da Silva, Grande Secretário Adjunto Paramaçônico; Senhor Olavo Moraes Amaral, Mestre Maçon; Nilder Duran, Presidente do Conselho Consultivo do Capítulo José Zito da Silva; Senhor Edilson Ribeiro da Silva, Grande Secretário de Liturgia e Ritualística, Oficial Executivo da 1ª Região da Ordem Demolay; e de uma forma geral a todos os Maçons aqui presentes, desde aprendiz a mestre e demais capítulos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar aqui a todos da Mesa e principalmente o nosso Deputado Ribamar Araújo, que foi o proponente dessa Sessão Solene, infelizmente pelo período elei-

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

toral não pode presidir a Sessão. Mas quero cumprimentar o senhor Aldino Brasil, que é o Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja do Estado de Rondônia; o Senhor Valber Gama, Grande Mestre Estadual Adjunto da Ordem DeMolay; Senhor Robinson Percy Holder, Gerente da Regional de Transmissão Rondônia da Eletrobras/Eletronorte; Senhor Thiago Gerônimo, Grande Tesoureiro Nacional representando o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, e o Senhor Flávio Conesuque Filho, Eleito Venerável da Loja Mais Justiça e Trabalho do Município de Nova Mamoré. É com grande satisfação essa Sessão Solene no qual se diz a Ordem dos DeMolays, que é uma Organização Filosófica Fraternal Filantrópica e sem fins lucrativos para os jovens do sexo masculino com idade compreendida entre 12 e 21 anos, nós vemos grandes jovens aqui, o futuro do nosso País está nas mãos de vocês. Nós vamos ter um vídeo após essa fala inicial, mas, eu queria só ler as sete virtudes que tem esses jovens Demolays, que são: o Amor Filial, Reverência Pelas Coisas Sagradas, Cortesias, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo. São as virtudes que nós, não só os Demolays deveriam ter, mas todos nós devemos ter em nossos corações e na nossa convivência. Eu quero parabenizar a todos aqui presentes e todo o Estado de Rondônia também pelo Dia do DeMolay. Nós vamos ter um vídeo em seguida, vamos pedir para o Mestre de Cerimônias que possa...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Temos aqui a presença do Dr. Kayano Passos, representando a OAB Seccional/RO, ele é Delegado do Grão Mestrado. Convidamos para compor a Mesa. E agora vamos assistir a História da Ordem DeMolay.

(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos passar a palavra agora ao senhor Robinson Percy Holder, Gerente da Regional de Transmissão Rondônia Eletrobras/Eletronorte.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Deputado Neidson, bom dia. Meu conterrâneo, nós somos conterrâneos lá de Guajará. Obrigado por presidir essa Sessão; Sereníssimo Grão-Mestre Aldino Brasil; meu irmão duplamente de Ordem DeMolay e de Ordem Maçônica Valber Gama, grande Mestre Estadual, adjunto da Ordem; também duplamente irmão nosso TG, Thiago Gerônimo que é o Grande Tesoureiro Nacional, que está aqui representando o Supremo Conselho da Ordem DeMolay; Flávio também duplamente irmão, vai ser levado a Mestre Instalado a Venerável da Loja de Nova Mamoré; senhores presentes aqui em quem eu aqui cumprimento em nome do nosso Paz Grão-Mestre, irmão Juscelino Amaral. É uma satisfação estar presente nesta solenidade, eu penso ser um grande marco para a Ordem, a Ordem que está aqui em Rondônia, aí me falha a data. Hoje eu recebi uma provocação do nosso Paz Grão-Mestre. Eu me recordo do ano em que eu iniciei, eu iniciei em 1996, então são 20 anos de Ordem DeMolay. E eu costumo dizer que eu invejo a participação dos demais irmãos, porque eu iniciei não morava em Rondônia, então eu tinha que praticar as virtudes, as sete virtudes citadas, não da forma que meus irmãos praticavam, era mais estudo e na prática. Então,

assim, então a gente trilha caminhos diferentes, e a gente vê hoje essa evolução. A caminhada da Ordem DeMolay é uma coisa muito bonita no Estado de Rondônia, e isso nos honra muito ver esse reconhecimento por esta Casa. Quero também finalizar as minhas palavras agradecendo ao Deputado Ribamar que foi quem propôs essa ementa. Muito obrigado a todos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vou passar a palavra agora ao senhor Flávio Conesuque Filho, eleito Venerável da Loja Mais Justiça e Trabalho do Município de Nova Mamoré.

O SR. FLÁVIO CONESUQUE FILHO – Bom dia a todos. Cumprimentar o Excelentíssimo senhor Deputado Dr. Neidson, Presidente aqui da presente Sessão, em seu nome cumprimentar a todos os serventuários do Poder Legislativo aqui presentes; cumprimentar o Grão-Mestre Aldino Brasil, a quem cumprimento aqui todas as autoridades maçônicas; cumprimentar o irmão Nilder que foi o primeiro Mestre Conselheiro do Capítulo Almerindo Ribeiro dos Santos em 1988, a quem tenho a honra de ter como membro fundador; o irmão Saulo, a quem cumprimento a todos os DeMolays aqui presentes, também foi iniciada ainda após a primeira iniciação do Capítulo Jorge Teixeira.

Aqui nós iniciamos em 1987, sou membro fundador dos Capítulos DeMolay do Estado, quase todos, inclusive Acre e Bolívia. É uma glória estar aqui presente, vendo os atuais DeMolays que são realmente pessoas que tem uma estirpe diferente de conduzir toda uma sociedade futura. E com isso, futuramente sendo, inclusive, Maçons como eu, e aqui vários irmãos que estão aqui presentes. Esse é apenas um degrau para a glória da sociedade que a gente tem de homens de bons costumes. Essa é a nossa exigência. Nós fazemos a fraternidade, mas, com muito orgulho, com muito respeito. Espero que todos tenham uma boa Sessão, eu vou passar a palavra ao próximo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vou passar a palavra agora ao senhor Valber Gama, Grande Mestre Estadual Adjunto da Ordem dos DeMolay.

O SR. VALBER GAMA – Nobre Deputado Dr. Neidson, o qual eu gostaria de saudar, e também em seu nome o nosso nobre Deputado Ribamar Araújo presente na Casa; nobre irmão Thiago Gerônimo representando o nosso Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil em nome do nosso Grande Mestre Nacional Thiago Rijo, sintase abraçado. Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Rondônia, irmão Aldino Brasil, o qual cumprimento também em seu nome o nosso Paz Grão-Mestre Juscelino Amaral presente. Irmãos Mestres Conselheiros representando todos os Capítulos do Estado de Rondônia; sobrinho Joshua representando o nosso Capítulo José Zito da Silva; sobrinho Mateus Diniz, representando o nosso Capítulo Paulo Roberto de Amorim. Também saudar os Capítulos do Estado de Rondônia, o Capítulo Almerindo Ribeiro dos Santos, na cidade de Guajará-Mirim; Fé, Esperança, Caridade, da cidade de Médici; Filhos da Estrela, da cidade de Jarú; Capítulo Jean Clay, na cidade de Vilhena; Capítulo Luciano de Assis, na cidade de Ariquemes; Monteiro Lobato, na cidade de Ouro Preto;

Quintino Bocaiúva, na cidade de Cacoal; Real Forte Príncipe da Beira, na cidade de Alvorada do Oeste e o Capítulo Vila de Rondônia, na cidade de Ji-Paraná. Nobre Deputado, eu tive a oportunidade de ser indicado pelo meu padrinho Dejan Amorim, ainda no ano de 2007, no dia 5 de maio, eu tive a oportunidade de adentrar a um Templo Maçônico e conhecer a Ordem DeMolay. Já são mais de 9 anos de trabalho junto com meus irmãos, com a juventude rondoniense e eu posso dizer até em nome da minha mãe Maria de Fátima aqui presente, que se eu pudesse escolher novamente fazer parte ou não dessa instituição, repetiria a mesma ação novamente, ingressar nesta belíssima Ordem. Frank Sherman Land teve uma visão que poucos ali no momento tiveram após a 2ª Guerra Mundial, em 1919, que foi a criação da Ordem DeMolay. Louis Lower foi o primeiro DeMolay por ele assim dizer iniciado, a ter o início de uma jornada que até hoje, mais de 96 anos no mundo, com trabalhos excelentes perante a nossa sociedade. Aqui presente eu posso dizer, nobre Deputado, temos vários irmãos oriundos da fileira Ordem DeMolay a qual gostaria também de cumprimentar aqui o irmão Augusto Pellucio, Presidente do Grupo Pellucio, da Faculdade do Porto, Colégio Objetivo, se percebe que é um homem de sucesso na vida familiar e profissional. Posso citar o nosso irmão Percy Holder, oriundo das fileiras também da Ordem DeMolay. Porque não citar hoje, talvez, o nosso irmão de maior notoriedade em nível de Brasil, nosso irmão Thiago Gerônimo, Grande Tesoureiro Nacional da nossa instituição, com sede em Brasília. Neste momento, antes que eu possa estar esquecendo, eu gostaria também de saudar a senhora Jane, que está cuidando do Cerimonial e em nome dela, todos os servidores desta Casa Legislativa que deu o maior apoio, carinho e atenção a este momento hoje proporcionado a todos vocês. Saudar também aqui meu irmão Kayano, sinta-se abraçado meu irmão, desculpa e a todos hoje aqui presentes; quero deixar uma mensagem, quem tiver a oportunidade de conhecer a Ordem DeMolay, conheça, apóie, ajude, pois dessas fileiras acreditamos que sairão nossos futuros líderes, aqueles que estão nos representando numa Casa Legislativa, nas maiores esferas políticas do Brasil. No mais, eu teria muito a falar o que é a Ordem DeMolay, mas, creio que um dia seria pouco para dizer da sua magnitude de importância a nossa sociedade. Nobre Deputado, aqui reafirmo perante todos nossos irmãos demolays, maçons, não deixem de acreditar na Ordem DeMolay, deposite a sua esperança, a sua fé, mais uma vez eu digo daqui sairão grandes lideranças. Nobre Deputado Dr. Neidson, aqui me despeço acreditando sempre no apoio desta Casa, acreditando sempre nos Deputados estaduais, pois, aqui vocês podem ter certeza que a Ordem DeMolay também estará sempre à disposição para o serviço, para o trabalho. No mais muitíssimo obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passar a palavra agora ao Dr. Kayano Passos, Delegado do Grão Mestrado, representando a OAB/Seccional Rondônia.

O SR. KAYANO PASSOS – Exmº Sr. Deputado Dr. Neidson, Presidente desta Mesa e desta Sessão, meu irmão querido Sereníssimo Grão-Mestre irmão Aldino Brasil, com quem eu tenho a grande satisfação de ser o seu Delegado nessa gestão; meu irmão Valber Gama, meu irmão, também sobrinho,

Robinson Percy Holder; meu irmão Thiago Gerônimo; meu irmão Flávio Conesque Filho. Quero também saudar aqui nosso Paz Grão-Mestre, irmão Juscelino Moraes do Amaral, com quem eu tenho também a grande satisfação de ser mais do que um irmão e amigo, e tê-lo sempre em meu coração, meu irmão, em seu nome quero também saudar meus irmãos Maçons aqui presentes, meus sobrinhos DeMolays; senhores funcionários; senhores da imprensa. Meus amigos, se hoje nós estamos aqui, nesta instituição, nesta Casa democrática que é um dos pilares da República e da democracia que é o poder Legislativo, sede do Poder Legislativo, é porque um dia maçons brigaram, lutaram e pelearam muito para que houvesse igualdade, liberdade e fraternidade nesse mundo. Então todas as nossas instituições baseadas na democracia e na República são originárias dos ideais maçônicos implantados e iniciados pela luta dos Templários, do qual nós temos o expoente que nominamos o Grão-Mestre do Templo, Jacques DeMolay. A Ordem DeMolay é de crucial importância para a nossa sociedade, porque prepara os jovens com ideais democráticos, com ideais de solidariedade, de fraternidade, de bons costumes. E isso, nós, dentro da Maçonaria, temos a obrigação de também trazer isso para a sociedade através de trabalhos efetivamente sinceros. Nós hoje encampamos várias lutas sociais entre as quais, eu acho que vale à pena destacar hoje: o Hospital do Câncer e a Casa de Apoio que nós estamos batalhando para que seja instituída aqui, para dar isso à sociedade rondoniense, como meio de sustento para que possamos apoiar os necessitados nessa triste luta contra essa batalha, essa doença que é o câncer. E outras inúmeras obras, também são de autoria da Maçonaria, dos nossos Grãos Mestres, dos nossos irmãos, de todos aqueles que labutam para que haja essa situação. Eu quero também aqui saudar em nome do nosso Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional de Rondônia, meu amigo, meu irmão, Dr. Andrey Cavalcante, que externa um terno e fraternal abraço a todos também. Quero também aqui registrar os cumprimentos ao nobre Deputado Ribamar Araújo, que teve que se ausentar; deixar também aqui o nosso abraço. E mais uma vez saudar os sobrinhos DeMolay pelas suas escolhas, pela sua luta, pelos seus trabalhos. E nominando esses que estão aqui na Mesa como seus baluartes, exemplos que merecem ser seguidos. Então parabéns a Ordem DeMolay, Parabéns à Maçonaria, parabéns a Assembleia Legislativa.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Deputado Dr. Neidson, registrar aqui a presença do senhor Augusto Pellucio, Diretor da Faculdade Porto Velho FGV e Colégio Objetivo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Passar a palavra ao senhor Thiago Gerônimo, Grande Tesoureiro Nacional, representando o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil.

O SR. THIAGO GERÔNIMO - Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, Presidente da Sessão em homenagem a Ordem DeMolay; meu Sereníssimo Grão-Mestre irmão Aldino Brasil, Sereníssimo Grão-Mestre da Glomaron; irmão Valber Gama, Grande Mestre Estadual Adjunto da Ordem DeMolay aqui no Estado de Rondônia; irmão Robinson Percy, Gerente Regional

de Transmissão de Rondônia da Eletrobras e Eletronorte; meu irmão Flávio Conesque, foi eleito Venerável Mestre da Loja Mais Justiça e Trabalho do município de Nova Mamoré, esses dois últimos que fizeram, que vieram da Ordem DeMolay e que fazem acontecer a Ordem DeMolay; Dr. Kayano Passos, Delegado do nosso Grão-Mestre e representando a Ordem OAB Seccional/RO; meus irmãos, quero também saudar o irmão Juscelino Moraes do Amaral, ex-Grão-Mestre da Glomaron e grande incentivador da Ordem DeMolay rondoniense, os Mestres Conselheiros aqui presentes Joshua Viana e Matheus Diniz, representando as cédulas da cidade de Porto Velho, nobre Deputado, estes são as pérolas, estes são os jovens que a própria Maçonaria trabalha incansavelmente pela formação do caráter e principalmente do comprometimento que esses jovens possuem. O Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil tem a grata satisfação de estar aqui hoje presente celebrando mais um ano de existência de uma de nossas cédulas, que são os nossos braços, que lidam diretamente com os nossos jovens da Ordem DeMolay. A Ordem DeMolay, hoje está presente em todos os Estados do Brasil, incluindo o Distrito Federal e tem por missão formar líderes que mais tarde assumirão funções de grande relevância na vida profissional, nada mais justo, que lapidar os jovens, aperfeiçoando-os em sua juventude, como já dizia o nosso Fundador Frank Sherman Land em suas palavras: “se trabalharmos sobre o mármore, um dia ele acabará; se trabalharmos sobre o metal, um dia o tempo consumirá; se erguermos templos, um dia ele se tornará um pó; mas se trabalharmos sobre as almas jovens e imortais e se nós as imbuirmos com os princípios do justo temor ao Criador e amor a humanidade, daqui a 100 anos pouco importará o quanto tenhamos acumulado no banco; que tipo de casa, palacete ou carro possuímos. Mas o mundo poderá ser diferente, talvez porque fomos importantes na vida dos jovens”. Essas são as palavras do fundador da Ordem DeMolay.

O papel do Supremo Conselho é de organizar administrativamente todo este rincão, mundo da Ordem DeMolay. Hoje temos no Brasil 57 mil jovens ativos que buscam os ideais e novos caminhos a fim de estreitar, a fim de manter viva e acesa as chamas da Ordem DeMolay. Estes números que apresentei anteriormente não seriam jamais alcançados se não tivéssemos o trabalho incansável de nossos Grandes Conselhos. Grandes conselhos estes, que devemos render homenagens. Prova disso, acontece neste momento – A Homenagem ao Grande Conselho Estadual de Rondônia.

Tudo começou na cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, no ano de 2004 quando, na oportunidade foi instalado o primeiro Capítulo do Estado de Rondônia filiado à organização do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, e de lá para cá passaram-se milhares de jovens que hoje atuam nos diversos segmentos de vida profissional. Estes que passaram pela Ordem DeMolay absorveram o mais profundo ensinamento que esta Instituição pratica e possuem orgulho do que aprenderam com ela e colocam em prática no seu cotidiano.

Nossa Instituição, hoje consta com médicos, advogados, dentistas, promotores, juízes, empresários, e, eu tenho a certeza, não é meu irmão Augusto Pellucio? Que nós, enquanto, homens de bem aprendemos com a Ordem DeMolay e coloca-

mos em prática tudo aquilo que a gente aprendeu na Ordem DeMolay.

Em reconhecimento aos serviços prestados à sociedade e com o apoio irrestrito da Grande Loja Maçônica do Estado de Rondônia, aqui hoje representada pelo nosso Sereníssimo Grão-Mestre, Aldino Brasil, foi sancionada por Vossa Excelência Governador Confúcio Aires Moura, a Lei Estadual nº 2.507/2011, que institui o Dia do DeMolay no Estado de Rondônia, que também é reconhecida pela Lei nº 12.208/2010, que institui o Dia do DeMolay em nível nacional.

Meu Sereníssimo Grão-Mestre, hoje certamente, a maior obra que a Maçonaria tem é o apoio incondicional a Ordem DeMolay, ali naquela juventude repousa o futuro que nos cai a responsabilidade de preparar homens de bem, prova disso, princípio e eu tenho a certeza absoluta, como já foi mencionado pelo nosso Delegado, o Grão-Mestre, irmão Kayano, é que nós enfrentaremos um grande trabalho, um tijolo que deve ser composto e principalmente colocado mão a mão, que é a construção da Casa de Apoio Filhos de Hiram, que estará sendo composto na cidade de Porto Velho. Sereníssimo, eu tenho a certeza e você pode contar com toda a confiança possível que esses jovens aqui hoje representados por sua minoria, até porque possuem responsabilidades na escola, na vida profissional, eles estarão de pé e a Ordem para trabalhar em prol da construção desse hospital. Prova disso, é que esses dois jovens aqui hoje representando as duas cédulas da cidade de Porto Velho, veem materializar a primeira doação, quiçá, a primeira doação na construção da Casa de Apoio Filhos de Hórus através de um simples mimo, através de uma Placa que queremos entregar ao Sereníssimo Grão-Mestre. Eu pediria até que ele fizesse a composição e que os dois Mestres Conselheiros fizessem também a entrega da Placa.

(Entrega da Placa)

Ela simboliza o passo inicial, o tijolo inicial na construção da Casa Filhos de Hórus. Nós, enquanto jovens DeMolays, temos a certeza que ali estará, principalmente o real benefício que a Ordem DeMolay pode trabalhar; foi constituída pelo artista local Pedro Furtado e segue em suas mãos Sereníssimo Grão-Mestre. Muito obrigado. O trabalho desses jovens que foi mencionado levou-se até duas, três horas da manhã participando de eventos, arrecadando fundos para estar fazendo essa simples entrega, essa simples doação a Grande Loja. É certo que a Ordem DeMolay do Estado de Rondônia muito brilhantemente vem traçando caminhos firmes, com propósitos e ideais sustentados pela sua diretoria, como também pelos próprios jovens DeMolays. Percebe-se este crescimento nos últimos anos, nos quais os membros têm aderido firmemente os objetivos gerais da Ordem DeMolay. E, em contrapartida, deste grande Conselho tem fornecido os meios para isso, seja pela idealização de projetos servindo de referência nacional, tais como o DeMolay de Desconto que foi idealizado aqui no Estado de Rondônia, e é uma ideia hoje e é o modelo hoje seguido pelo Brasil afora. O Projeto Capacitando Lideranças que também serve de referência em nível nacional, e dentre outros. Isso tudo demonstra, Vossa Excelência, que aqui temos garra suficiente para fazer acontecer a Ordem DeMolay, pois se formularmos uma pequena comparação com alguns

grandes Conselhos, três ou quatro vezes maiores, observaremos que não precisamos ser grandes o suficiente, mas, sim sermos sentinelas avançadas, como está descrito na letra do nosso Hino do Estado de Rondônia. Nobre Deputado, nosso País tem dimensões continentais: várias culturas, várias etnias, vários povos, várias facetas que compõem o povo brasileiro. Em Rondônia não é diferente. Recentemente estive no lançamento do livro do Professor e historiador Aleks Palitot, que também tenho a certeza orgulhosamente, afirma e usa os benefícios que a Ordem DeMolay, pois ele é um DeMolay. Ele em suas palavras no Cerimonial de lançamento, ele deixa claro que aqui temos a nossa cultura e que devemos nos orgulhar muito, pois somos destemidos pioneiros. Quero dizer isso, meu Sereníssimo Grão-Mestre que aqui, mesmo desprovido geograficamente de grandes centros, nós temos uma identidade, e essa identidade que devemos levar conosco; identidade que esse grande Conselho carrega que é a competência de termos grandes ideias e sermos referência nacional. Eu tenho a certeza, que num futuro próximo, teremos mais de 1.000 congressistas oriundos de todos os lugares do Brasil presentes aqui na cidade de Porto Velho, para participarem de um Congresso Nacional da Ordem DeMolay. Assim, de perto, eles irão contemplar as belezas naturais de nossa cidade, e ver o trabalho desenvolvido pela Ordem DeMolay rondoniense. Irmão Grande Mestre Estadual Adjunto Valber Filho, hoje o trabalho flui da melhor maneira possível, mas, em tempos idos, tenha certeza, que homens de bem trabalharam incansavelmente para que esses jovens que hoje vocês, em companhia com Marcos Ferreira do Nascimento lideram, pudessem gozar de uma Casa devidamente organizada. Em nome do Supremo Conselho quero parabenizá-los e parabenizar o Grande Conselho do Estado de Rondônia pela comemoração dos 12 anos. Em especial a todos aqueles que por hora contribuíram acrescentando um pequeno tijolo na construção deste Grande Conselho, solidificando trabalho e fomentando o crescimento da Ordem DeMolay rondoniense desde o ano de 2004, aos quais destaco as lideranças adultas: Robson Cardoso Machado, Edson Osival Furlanetto, Mauro César das Graças Barros, Rogério Freire Lopes, Thiago Gerônimo de Farias, Ricardo José Gouveia Carneiro.

Vossa Excelência, senhor Deputado em nome do supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil, nós agradecemos, agradeço ao Deputado proponente Ribamar Araújo, e nosso Deputado Ribamar Araújo, agradeça, receba o nosso agradecimento em nome destes 57.000 jovens que hoje fazem a composição da Ordem DeMolay brasileira, e em companhia do Grande Conselho aqui representado, como falei anteriormente uma pequena parte, mas, essa parte integrada principalmente de uma organização e de uma plenitude, principalmente para o desenvolvimento da Ordem DeMolay rondoniense. E queremos materializar na forma de uma entrega de uma Placa para vossa pessoa, Vossa Excelência, possa acrescentar ao seu currículo mais um exemplar que a Ordem DeMolay lhe entrega.

(Entrega de Placa)

Assim encerro minhas palavras. Agradeço mais uma vez a esta Casa que muito nos acolhe, principalmente na forma-

ção e que nos auxilia diretamente na formação, na educação e principalmente na construção do moral dessa juventude. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao senhor Aldino Brasil, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja do Estado de Rondônia.

O SR. ALDINO BRASIL - Bom dia a todos. Quero gastar um pouquinho do meu tempo cumprimentando esses nobres aqui presentes, Deputado Dr. Neidson, presidindo esta Sessão; ao nobre Deputado Ribamar Araújo, que fez essa propositura e homenagem lindíssima a esses jovens que são merecedores; Valber, meu querido irmão, Mestre Conselheiro Estadual Adjunto; Mestre Conselheiro nosso irmão Mascote, reside em Ariquemes, não pode estar presente, mas está muito bem representado; irmão Robinson Percy Holder, egresso da Ordem DeMolay, nosso irmão de Maçonaria e Gerente Regional da Eletronorte aqui no Estado de Rondônia; meu querido irmão também Thiago Gerônimo, Tesoureiro Nacional da Ordem DeMolay no Brasil; também meu querido irmão grande Secretário de Relação Paramaçônicas, aqui também acompanhado do nosso irmão Ed Carlos, que é seu Adjunto, que também tem trabalhado muito em prol da nossa querida Ordem DeMolay; irmão Flávio Conesuque, eleito Venerável Mestre da nossa loja nº 23 Paz, Justiça e Trabalho de Nova Mamoré e também egresso da Ordem DeMolay e Procurador Geral do município de Nova Mamoré; meu irmão querido Juscelino, não tem como a gente desvincular a figura dele da nossa Grande Loja, Juscelino ficou oito anos no comando da nossa Grande Loja, eu acredito que a maioria dos irmãos aqui presentes não conheceu outro Grão-Mestre que não o irmão Juscelino; foram iniciados ainda na gestão do irmão Juscelino, o que a gente entende, que é muito comum me chamarem muitas vezes de Aldino Brasil 'do Amaral', os irmãos, até hoje, ainda confundem e registram a presença do nosso querido irmão Juscelino; irmão Edilson, Grande Secretário de Ritualística da nossa Grande Loja, também um balaarte da Ordem DeMolay. Para vocês terem uma ideia do tanto que o Edilson é velho, a Ordem DeMolay, foi criada no Brasil em 1980, e em 1987 quando começaram as tratativas para trazer a Ordem DeMolay para Rondônia, o Edilson estava lá, junto com o irmão Sidnei Alex, que hoje reside em Goiânia, o irmão Edilson estava lá. Foi um dos precursores, um dos mentores de trazer a Ordem DeMolay para o Estado de Rondônia. Irmão Elpiniano, meu grande Subsecretário de Ritualística; irmão Ed Carlos eu já cumprimentei; quero cumprimentar aqui também a cunhada Emília, sua esposa, que também tem dedicado boa parte do seu tempo, da sua vida, para ajudar a cuidar desses meninos, meu muito obrigado. E a Maria de Fátima, queria em seu nome cumprimentar as mulheres aqui presentes, inclusive, as servidoras desta Casa. Maria de Fátima, que não sei por que sente tanto orgulho desse gordinho que é feio, digamos de passagem. Irmão Saulo Nascimento, meu Grande Secretário de Tecnologia da nossa Grande Loja; o irmão Rodrigo Morel, Presidente do CEMADER; irmão Edson Ramos, meu garante de amizade junto a nossa potência co-irmã; meus amados queridos irmãos aqui presentes, sobrinhos, é uma honra muito grande para a nossa Grande Loja patrocinar, ajudar e colaborar com a Ordem DeMolay aqui no

Estado. A gente percebe que o sucesso da Ordem DeMolay e a assertiva de Frank Sherman Land em criar essa Ordem são evidentes. Como já foi dito, nós temos oriundos da Ordem DeMolay, vários empresários, podemos citar aqui o nosso querido Augusto Pellucio, Guto. Conheci o Guto em 1994, era criança ainda, e certa feita, em São Paulo, estava com o seu pai, Milton Pellucio, e na época, tudo criança ainda, ele me reclamava que ia torrar aquele dinheiro todinho, do Objetivo, porque a meninada não queria saber de nada, ninguém queria saber de nada, e hoje está aí, dando sossego para o pai, dando tranquilidade para o pai, trabalhando, expandindo fronteiras, já estão no Amazonas e eu creio, Guto, que o sucesso será absoluto. Aleks Palitot um excelente professor, também egresso para nossa querida Ordem, nós temos Promotores de Justiça, Juízes de Direito que aplicam aquelas 7 virtudes que foram lidas ainda hoje na sua vida profissional. Então tudo o que a Maçonaria faz para esses jovens, a gente colhe fruto, a gente poderia comparar o que Frank Sherman Land fez com o São João Bosco ou Dom Bosco para quem preferir. Que também pegou jovens, crianças carentes e tirou da pobreza, Frank Sherman Land, foi um pouco mais além, ele treinou esses jovens para a vida, ele criou ferramentas para que esses jovens fossem pessoas melhores e hoje a gente colhe fruto, eu digo aqui sem medo de errar que vários desses jovens aqui eu teria muito orgulho de indicar para ingressarem na Maçonaria, que são jovens de muito caráter, são jovens que a gente já pode dizer que são livres e de bons costumes e isso é o que a Maçonaria faz, fornece essa mão de obra para a sociedade e também a gente acolhe muito deles na Ordem DeMolay, como é o caso aqui do Thiago Gerônimo, do Valber, do Percy, do Flávio, Saulo, Rodrigo Morel e muitos outros aqui presentes, que a gente não tem como nominar todo mundo. Então, em nome dos dois Mestres Conselheiros, dos dois Capítulos que a gente tem aqui em Porto Velho, Capítulo José Zito da Silva e o Paulo Roberto Amorim, eu queria agradecer a esta Casa, a todos os funcionários que estão aqui trabalhando com paciência, ouvindo a gente, por ter feito essa homenagem a eles, é homenagem válida, são pessoas que sempre que a gente chama e convoca ao trabalho, eles estão sempre à disposição nos ajudando e nós temos muitos projetos. A Casa de Apoio Filhos de Hiram, que foi citado aqui, apenas um desses projetos, e acredito, que hoje um dos maiores desafios que a Maçonaria do Estado tem, que a gente viu que com a construção do Hospital do Câncer da Amazônia que é da Fundação Pio XII mantenedora do Hospital do Câncer de Barretos, lá no KM 17 nós entendemos que aquele hospital que a gente pode considerar que é um hospital de grande porte; sem ter uma Casa de Apoio para colher os pacientes ali em tratamento, a gente imaginou que a vida difícil para quem está em tratamento ficaria muito mais difícil ainda; você imagina receber pessoas oriundas aqui do Acre, aqui do Sul do Amazonas, de Canutama, de Humaitá e de repente essas pessoas terem que se deslocar de táxi ou de carro próprio. Então, a Casa de Apoio ao lado do Hospital do Câncer vai ajudar muito, vai minorar muito o sofrimento dessas pessoas. Mas nós temos também, Deputado, e seria bom esta Casa também encampar o Projeto, da gente aumentar o Banco de Dados de Doadores de Medula Óssea, não sei o porquê, mas, a incidência de câncer aqui no nosso Estado é absurdamente alta. Existem estudos que apontam para o uso do

DDT na década de 60 e 70, estudos que apontam para o alto nível de acidez da água que nós consumimos, estudos que apontam para o uso do mercúrio na época do garimpo aqui no Estado, enfim, a gente tem vários estudos, mas, ainda não existe uma causa provável, de repente a soma de todos esses fatores, mas, a gente tem perdido muitos membros da nossa família Maçônica acometidos de câncer, principalmente, esse que agora não sei porque a incidência está muito alta, inclusive, semana passada um membro desta Casa faleceu, embora ele nunca tenha revelado, ele tinha leucemia, e se a gente tivesse um Banco de Dados grande para que a chance de encontrar um doador fosse maior, com certeza, a gente poderia salvar muitas vidas. Doar medula óssea não dói; para você ter uma ideia, se você doar medula óssea hoje daqui a 15 dias você pode doar novamente porque ela se recompõe muito rápido e a gente não tem prejuízo nenhum, muito pelo contrário, a satisfação de ter salvado uma vida. Então, a campanha que a gente poderia encampar, poderia ajudar. Os meninos já estão trabalhando nessa campanha e isso nos enche de orgulho. E são muitas outras atividades que a gente faz, estou falando aqui nesta cerimônia aberta, mas a gente não tem o hábito de dizer o que a gente faz, o importante é que a população receba o benefício e que de alguma forma a gente tente tornar feliz a humanidade. Então, justa, justíssima homenagem a esses meninos e que o nosso Deus que a gente chama de Grande Arquiteto do Universo, para não ferir nenhuma das religiões existentes no mundo, possa abençoar esses jovens que eles continuem trabalhando em prol da Maçonaria, em prol da Ordem DeMolay, e que continuem fazendo crescer e expandir fronteiras. Não tenham medo, não tenham receio. Frank Sherman Land plantou uma semente e ela germinou e dá frutos em abundância. Para vocês terem uma ideia, Deputado Neidson, a Ordem DeMolay no Brasil é a que mais cresce no mundo, e isso fruto do trabalho destes jovens aqui presentes. Então, em nome deles, mais uma vez eu agradeço a esta Casa e que o nosso Grande Arquiteto do Universo nos abençoe a todos, e nos conceda muitos anos de vida para que a gente possa continuar por muito tempo desfrutando deste convívio maravilhoso que nós temos entre irmãos. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Chefe de Cerimônias) – Para também materializar esse momento, essa Sessão Solene convidamos o Excelentíssimo senhor Deputado Dr. Neidson aqui a frente para fazer uma entrega de uma singela homenagem, e essa singela homenagem foi proposta pelo Excelentíssimo Sr. Deputado Ribamar Araújo. Convidamos o senhor Valber Gama Grande Mestre Estadual Adjunto da Ordem DeMolay para receber essa homenagem.

(Entrega da homenagem)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Parabenizando a todos novamente. Fiquei feliz de escutar hoje, de ouvir aqui da palavra de vocês, essa Casa de Apoio Filhos de Hiram. Nós sabemos que esse Hospital do Câncer vai ser a segunda referência do Brasil. Nós temos o Hospital do Câncer de Barretos que é referência mundial, e o segundo maior hospital do câncer vai ser o Hospital da Amazônia que vai ser aqui em Porto Velho,

próximo a Candeias, que vai dá uma assistência nesta parte do câncer aqui, em toda Região Amazônica, não é só em Porto Velho. E esta Casa vai ser de suma importância, porque muitas pessoas, os pacientes já vêm debilitados, os familiares já vêm mentalmente, até psicologicamente debilitados, já abalados, porque o câncer é uma doença que atinge não só a pessoa que está acometida, mas, toda a família, todos os amigos, todas as pessoas que se envolvem com ela. Eu quero parabenizar por essa atitude da Maçonaria, da Ordem dos DeMolays, também. E se precisar nós teremos também o apoio da Assembleia Legislativa que pode dá a sua contribuição também para que possa se concretizar essa Casa de Apoio que é de suma importância, não só para Rondônia, mas para vários Estados aqui da Região Amazônica. Parabéns a todos vocês, parabéns a Ordem DeMolay também, que essa juventude é que nós aguardamos que faça diferença em nosso País. Porque pelos princípios aqui e as virtudes que vocês têm e os ensinamentos são a base para que cada um de vocês possa ajudar a nossa população e a todas as pessoas que estão ao seu redor. Parabéns a todos. E lembrando aí também que teremos em Guajará Mirim, Guajará Mirim está sendo beneficiada várias vezes, nós tivemos aí um evento lá de 90 anos da Maçonaria e agora no dia 23, 24 e 25 teremos aí, o Congresso Estadual da Ordem dos DeMolays também no Município de Guajará Mirim, no qual já conseguimos aí ajudar também, neste Encontro aí através do Governo também para hospedagem dessas pessoas, de todos os DeMolays.

Eu quero agradecer e parabenizar a todos, parabenizar o Deputado Ribamar Araújo por ter feito esta proposição dessa Sessão Solene que foi de suma importância, ficamos sabendo hoje aí desta Casa de Hiram, Casa de Apoio que é de suma importância para a Região Amazônica.

E só fazer uma menção aqui que também foi lembrado agora, que amanhã dia 20 parabenizar também pelo Dia do Maçom. Parabéns a todos, e que seja estendido a todo Estado e a todo Brasil pelo Dia do Maçom.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada essa sessão Solene e convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia Legislativa.

**(Encerra-se esta Sessão Solene
às 10 horas e 25 minutos)**

**ATA DA 38ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E
ANALISAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
DO BAIRRO APARECIDA.**

Em 18 de Agosto de 2016

**Presidência do Sr.
Aécio da TV - Deputado**

(Às 15 horas e 17 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a Requerimento do Exmº. Sr. Deputado Estadual Léo

Moraes, realiza Audiência Pública para discutir e analisar a Regularização Fundiária no Bairro Aparecida.

Esta Audiência Pública será presidida e convidamos para compor a Mesa o Exmº. Sr. Deputado Estadual Aécio da TV; Dr. Guilherme Ornelas, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Sr. Antônio Fortunato, Coordenador de Gestão Patrimonial do Estado, representando a SUDER; Dr. Renan Maldonado, Advogado dos Moradores do Bairro Aparecida; Sr. Alberto Olímpio da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Aparecida.

Queremos desde já agradecer a presença dos demais moradores do Bairro Aparecida e as pessoas que nos visitam.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Aparecida.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Mello e Silva. Por favor, todos de pé.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. Anunciamos aqui a presença do Exmº. Sr. Deputado Estadual Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública.

E também Exmº. Sr. Deputado Aécio, registrar aqui a presença do Sr. José Janduir, representante da SEDAM; o Sr. Antônio Sena Filho, Assessor, representando a SEAS e um Ofício endereçado ao Sr. Presidente desta Casa, através da Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral, Andrea Damacena Engel, Promotora de Justiça: “A par de cumprimentá-lo, acuso o recebimento do convite para participação da Audiência Pública que tem como objetivo discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Aparecida. Ao tempo em que informo não ser possível a presença do senhor Procurador Geral de Justiça, Dr. Airton Pedro Marin Filho, em razão de viagem institucional anteriormente agendada para mesma data”.

Convidamos então o Exmº Sr. Deputado Léo Moraes para compor à Mesa.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Queria desejar uma boa tarde a todos que estão presentes. Cumprimentar as autoridades, cumprimentar a população que se faz presente aqui, moradores ali do Bairro Aparecida; cumprimentar a imprensa; cumprimentar os servidores da Casa, sejam todos muito bem-vindos. Quero fazer um cumprimento ao Vereador Edwilson Negreiros que está presente. Esta Audiência, ela foi proposta pelo Deputado Léo Moraes e em virtude do processo eleitoral, do andamento da campanha eu aceitei o seu pedido para que estivesse aqui presidindo e conduzindo essa Audiência. Mas, independente de ser candidato, o nosso Deputado Léo Moraes, ele é Deputado e continua Deputado. Então, nós não nos afastamos da nossa função em virtude de processo eleitoral, nós temos dois, dois Deputados que hoje estão pleiteando a vaga de Prefeitos, mas, que continuam Deputados. A Legislação permite que o Deputado continue desempenhando a sua fun-

ção normalmente. Mas, eu gostaria inclusive, eu vou convidar o Deputado Léo para falar depois, mas eu queria pedir, eu queria pedir para o Deputado Léo fazer a abertura, o advogado dos moradores é quem mais está a par de todo o processo para colocar a situação que se encontra para as nossas autoridades aqui representadas. Eu gostaria de pedir ao Deputado Léo Moraes para ele fazer a abertura desta...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes das palavras de Sua Excelência, o Senhor Deputado Léo Moraes e aqui está como Parlamentar, como Deputado. Nós convidamos para compor à Mesa a Senhora Rosângela Ferreira Lima, Presidente da Associação do Bairro Jardim das Flores, é o Lado E. Por favor, e, aqui também registrar a presença do Exmº Sr. Vereador Edwilson Negreiros, da Câmara Municipal de Porto Velho.

O SR. LÉO MORAES – Gostaria de desejar uma boa tarde a todos. Cumprimentar o Presidente desta Sessão, desta Audiência Pública, Deputado Aécio da TV a quem eu estendo os cumprimentos aos demais membros da Mesa; nossa Defensoria Pública sempre presente em todos os debates, todas as tratativas que certamente irão equalizar problemas enfrentados pela população do nosso Estado de Rondônia; cumprimentar o Dr. Renan Maldonado, um entusiasta da Política Pública de Ocupação e de Habitação no nosso Estado de Rondônia, uma referência nesta matéria; cumprimentar os nossos Líderes de Bairros, de Associações, cumprimentar todos que estão na galeria. De forma muito breve fazer uma intróito, uma apresentação do que se trata a aludida Audiência. Essa Audiência tem o fito, a intenção de em definitivo avançarmos em relação aos problemas enfrentados em todo o Estado, de forma muito especial a questão de Porto Velho. É sabido que o município já, inclusive, recebeu recurso para aplicar, a fim de concluir o georreferenciamento de uma vez por todas, dá essa garantia que a população tanto almeja e tanto espera e nada mais razoável e nada mais justo do que estarmos aqui na Casa do Povo, a Casa, a Assembleia Legislativa que realmente e historicamente tem essa responsabilidade. Todos que aqui estão, sem investidos no sufrágio de todos vocês, para que nós possamos apresentar soluções, os direcionamentos e logicamente minimizar os problemas que assolam a todos e gerar aí perspectiva e dignidade que todas as pessoas esperam. Por isso que é importante que o Governo do Estado esteja aqui presente, as pessoas competentes da Regularização Fundiária, assim como de todos os municípios para que as pessoas que se deslocaram das suas residências, que abriram mão dos seus afazeres, às vezes até um momento de lazer, estão aqui para ouvir a todas essas autoridades. Isso demonstra o quão, preocupadas e ansiosas elas estão por boas notícias e a Assembleia está aqui justamente para isso, a Assembleia Legislativa. E é por isso que eu parabeno o Deputado Aécio da TV, por tomar as rédeas desse trabalho, por entender o grau de importância, e o Deputado Aécio, sempre está nos bairros das cidades e acompanha a angústia de todas essas pessoas, então, está devidamente legitimado para conduzir qualquer ação nesse sentido. Eu gostaria de deixar aqui, hipotecar na condição de Deputado Estadual a minha preocupação, afinal está se arrastando há muito tempo o desfecho dessa matéria, e quem co-

nhecem esses problemas de perto, que já foi a diligências e pisa naquela terra, sabe como é traumático e delicado, saber que lá nós temos crianças, adolescentes, jovens, pais e mães sem perspectiva de melhoria, e, lógico que uma política pública de habitação, ela é fundamental para gerar esperança, Deputado Aécio da TV, para pensar em dias melhores, para que essas pessoas possam sem sombra de dúvidas serem incluídas na nossa sociedade rondoniense, que é bem sabido que quando não se tem a propriedade, muitas vezes elas automaticamente se tornam invisíveis aos olhos das autoridades, aos olhos dos agentes públicos, aos olhos dos imponderados, e é isso que nós queremos evitar. Todos nós somos iguais e temos a mesma garantia constitucional, e nós queremos preservá-las, tudo que está bem delimitado como cláusula pétrea da nossa Constituição Federal. É por isso que eu queria parabenizar a todos vocês, a todas as famílias e pedir que renovem as esperanças que tenham o direito de se indignar com a falta de política pública direcionada a quem mais precisa, às comunidades mais carentes de todo nosso Estado de Rondônia, porque quando a gente legisla, a gente legisla para um todo. E nós logicamente nunca alcançaremos a unanimidade, mas, nós estaremos diuturnamente a fim de defender o interesse da grande maioria, e a grande maioria são todos vocês, muito obrigado, parabéns Deputado Aécio da TV, parabéns as autoridades aqui presentes e que saiamos com Termo de Compromisso desta Audiência, afim de que Município, Estado, e se porventura necessário for, a União, possa ajudar essas pessoas que estão desesperadas, angustiadas e que merecem dias melhores; muito obrigado e fiquem com Deus.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar aqui a presença da Ex-Vereadora, Presidente da Câmara, Sandra Moraes, e também da senhora Iracema Ferreira, representante da SEMAS.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Quero cumprimentar a Vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, a D. Sandra Moraes, que está presente nesta Audiência, obrigado pela presença da senhora. Eu quero fazer uma leiturazinha aqui apenas desse Requerimento, para vocês, quem não conhece, eu também não conhecia até pouco tempo como é que se formaliza uma Audiência através de um documento, eu vou ler esse Requerimento, Requerimento feito pelo Deputado Léo Moraes, diz assim: O Deputado Léo Moraes, requer a realizar Audiência Pública para o dia 18 de agosto de 2016, às 15 horas, para discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Aparecida. O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, nos termos do artigo 103, c/c 183, inciso XIV, a realização de Audiência Pública no dia 18 de agosto de 2016, às 15 horas, com finalidade de discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Aparecida. Plenário das Deliberações, 09 de agosto de 2016. Léo Moraes, Deputado Estadual.

Toda Audiência que é proposta, ela é passada, aprovada em Plenário para que aconteça de fato, e essa Audiência, portanto, o proponente dela foi o Deputado Léo Moraes. E o objetivo como sempre é discutir, ouvir as partes para ver se encontra soluções para os problemas, esse é o grande objeti-

vo das audiências. A Audiência é trazer o tema para a discussão, para o conhecimento da população para que através da imprensa a população tome conhecimento dos problemas e através das autoridades possam sair soluções ou propostas para essas soluções, por isso, são propostas as Audiências Públicas. Eu queria convidar para fazer uso da palavra o Dr. Renan Maldonado, ele que é advogado dos moradores do Bairro Aparecida, até para ele trazer para gente à luz de todos nós como está a situação, como se encontra para fazer uma abertura deste tema tão importante que é a regularização fundiária em Porto Velho, especificamente nessa área do Bairro Aparecida. Com a palavra o Dr. Renan Maldonado.

O SR. RENAN MALDONADO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar primeiramente o Deputado Aécio da TV que está presidindo essa nobre Sessão, muito importante, Deputado para essas pessoas que vieram aqui. Hoje essas pessoas representam mais de 700 famílias só de um lado do bairro. Nós temos lá três partes do bairro e nós temos aqui uma discussão principal de um lado. Quero cumprimentar também o Doutor Guilherme Ornelas, Defensor Público representando aqui Defensoria Pública do Estado, tem feito um papel fundamental para o acesso à Justiça, para as pessoas que mais necessitam. E aqui, Defensor, pode ter certeza que existem pessoas que mais necessitam de moradia e a sua presença é sempre bem-vinda. Quero cumprimentar também o senhor Antônio Fortunato, Coordenador da Gestão Patrimonial, que também exerce um papel fundamental na Política Patrimonial do Estado, na Política de Regularização Fundiária também do Estado, é muito importante a sua presença, e, a gente espera a sua ajuda. Cumprimentar também o atual em exercício, o Presidente aqui do Bairro, o Alberto, que luta junto com Aparecida, muito conhecida Aparecida pela luta pelo sentimento aguerri-do pelo amor a causa, está aqui junto também com a Rosângela representando o Lado C, ali o Jardim das Flores, também um exemplo de pessoa que luta pela comunidade. Bom, senhores, e por fim, claro, cumprimentar também todos os moradores que vieram e estão aqui, é com grande satisfação que a gente vai narrar um pouco do bairro Aparecida.

Eu gostaria primeiramente de agradecer o Deputado Léo Moraes que convocou essa Audiência Pública muito importante para o bairro Aparecida. O Deputado Léo Moraes também que já destinou uma Emenda Parlamentar para se fazer o georreferenciamento do Bairro, muito importante para a gente. Então a gente deve reconhecer, devemos ser gratos a quem nos ajuda e o Deputado Léo Moraes com toda certeza está nos ajudando e merece essa gratidão. Ali também o vereador Edwilson Negreiros, a gente não pode deixar de lembrar que sempre também está apoiando o Bairro.

Bom, senhores, senhoras, nós temos no bairro Aparecida quatro situações. Eu vou fazer um breve relato de todas elas para depois a gente focar no que é mais importante. A primeira é a situação em relação ao Lote A, ou também chamado Lote 1, que é um Lote que tem mais de 600 famílias e hoje existe um processo de reintegração de posse na primeira instância desde 2012 do qual existe apenas uma Licença de Ocupação neste Lote 1, Lado A. Não existe Matrícula, não existe registro em Cartório de Imóvel, e a gente fica espantado como o Município de Porto Velho nessa época, foi em 1987 essa

licença, pode dar uma faixa tão extensa de terra para uma pessoa só. A gente argumenta até hoje como isso pode ter acontecido, a gente espera providência já do atual Prefeito em relação a isso, mas até o momento a gente não chegou à possível revogação desta Licença porque está faltando o Georreferenciamento. Apesar de já ter o recurso disponível, nós não tivemos ainda essa agilidade da Prefeitura. Esse Lado A, senhores Deputados, autoridades presentes, nós temos um processo muito avançado, que é um processo de reintegração desde 2012, só que pela nossa atuação em conjunto com os moradores, nós conseguimos revogar todo o andamento do processo que já está em fase de sentença, sem nenhuma defesa dos moradores e nós conseguimos que o processo voltasse a estaca zero, e hoje o Juiz, ele mandou expedir uma nova citação, uma notificação por jornal, hoje está sendo feito uma citação por jornal, e vai se fazer também amplo anúncio através de faixas, carro de som no Bairro para que haja então uma comunicação no processo para os moradores que até então não tinha. Então o Juiz acatou o nosso pedido, que o novo CPC hoje obriga que nas ações possessórias haja uma amplitude de comunicação. Então o Lote 1 está nesta situação.

O Lote 2, que é o Lado B, que nós temos ali também cerca de 21 hectares, tanto o Lado A e o Lado B, eles têm cerca de 210.000 metros quadrados, cerca de 21 hectares, mais de 700 lotes cada um. Esses, Deputados, autoridades e moradores, estão em uma situação mais complicada, mais perigosa. O Lado B, o processo, ele tramitou desde 2012, na 1ª Vara Cível com o Dr. Jorge Leal; do qual fez uma inspeção judicial no bairro, os moradores que estão aqui acompanharam quando ele fez essa inspeção. E na opinião dele não havia qualquer direito para os moradores e ele deu reintegração de posse, dando uma Liminar em favor da suposta proprietária Fátima Bisconsin, dando 30 dias de prazo para o pessoal, mais de 700 famílias saíram do local. Nós entramos com uma Medida Cautelar no tribunal e conseguimos suspender essa Medida Liminar do Dr. Jorge, e hoje o processo está pendente para julgamento no Tribunal de Justiça no gabinete do Desembargador Isaías Fonseca. E nós temos também dentro do Lado A uma situação também do Daniel Chaves que ali abarca mais de 20 famílias do qual o processo também está em andamento inicial, e nós temos também o Lado C representado aqui pela Rosângela, do Jardim das Flores no qual alega ser proprietário o Sr. Domício Stefanos no qual ali existem mais de 200 famílias, do qual já houve três liminares e nós conseguimos suspender e por último agora havia uma liminar para cumprimento imediato, nós também conseguimos suspender e foi marcada uma audiência para o mês de setembro agora, uma audiência de conciliação que a Juíza Rosemeire Conceição nos concedeu essa oportunidade para a gente estar tentando a conciliação que é o que o Código de Processo hoje traz, traz hoje uma sistemática, Deputado Aécio, para que as partes se conciliem. Bom, esse é o panorama, autoridades e ouvintes, da situação do bairro Aparecida, e hoje nós clamamos aqui principalmente para a situação do Lado B, principalmente, não que se despreze a situação dos outros, mas o Lado B hoje está numa situação mais perigosa, está numa situação mais urgente, ele está na UTI, eu diria assim, os outros lados estão enfermos, estão doentes, a gente precisa curá-los também, mas o Lado B está numa situação quase terminal,

sem exagero algum, está na UTI e a gente está falando aqui de moradia de mais de 700 famílias que estão lá desde 2012, 2011/2012, ou seja, pessoas já com moradias consolidadas, pessoas de boa fé que estão lá. E esse lado B, o Lote 2 possui uma matrícula, nós temos a ciência que ele é matriculado esse imóvel, fomos no Terra Legal, fomos na Prefeitura e não encontramos vício algum dessa certidão de inteiro teor do imóvel, então nós partimos para dois encaminhamentos, nós teríamos duas soluções em relação ao Lado B ou Lado 2, a primeira seria a aquisição direta dos moradores com a proprietária, a Fátima Bisconsin, nós sentamos com a ajuda do prefeito, por diversas vezes com vereadores, prefeito, por diversas vezes tentamos uma negociação direta com a moradora, mas ela sempre foi enfática e muito dura em dizer que não negocia diretamente com os moradores, ela sinalizou para o Lado A, só que o Lado A, a gente não tem esse interesse porque é apenas uma licença e a nosso ver um título precário que a gente pode depois anular, mas, o Lado B que tem a matrícula, ela não quer, não quer, inclusive em audiência de conciliação na Justiça nós propomos dois milhões, ela não quis, ela não aceita o acordo. Mas em conversa com os advogados dela, o Dr. Gilber que infelizmente não está presente, não é, mas houve então abertura de possibilidade para se negociar esse lote, só que eles colocaram ou desapropriam, o poder público desapropria a área e seria uma indenização, uma desapropriação com indenização forçada, uma aquisição forçada, ou haveria a possibilidade também, e essa possibilidade foi aventada pelo Deputado Léo Moraes que trabalhou isso e costurou muito bem a questão de financiamento por um órgão oficial do qual pudesse ela ter toda questão financeira, todo o valor do imóvel que ela estaria pedindo. Bom, a desapropriação nós tivemos várias reuniões com a prefeitura, tivemos reuniões com o Governo do Estado e eles disseram que não existe possibilidade alguma depois do Universitário de haver uma desapropriação, seria o relatório do Governo e da Prefeitura. Nós então, através do Deputado Léo Moraes nos reunimos com o Presidente do Banco do Povo que nos colocou essa possibilidade dos oradores, trabalhadores estarem então fazendo um financiamento para aquisição diretamente da área, o Banco do Povo iria emprestar o dinheiro para os moradores e os moradores então iriam pagar a Dona Fátima e depois os moradores iriam pagar o banco. Então a Dona Fátima teria uma garantia e os moradores teriam o terreno e todo mundo ficaria tranquilo. Na última reunião que nós tivemos com o Chefe da Casa Civil, o Banco do Povo disse que empresta esse dinheiro, só que existe um, porém esse dinheiro tem que vir de algum lugar, essa fonte tem que nascer de alguma nascente, e segundo o Chefe da Casa Civil não seria do Governo, não seria do Estado, essa fonte poderia nascer através das emendas parlamentares, o que ao ver deles seria mais fácil, vários argumentos ele utilizou dizendo que não tem recurso. E o nosso clamor hoje, Deputado Aécio, que está representando aqui os Deputados da Capital, e eu coloquei que principalmente os Deputados de Porto Velho que sabem a escassez de moradia, sabe o sofrimento desse povo, sabe a falta de regularização fundiária que nós temos aqui em Porto Velho que é gritante, eu peço aqui em nome dos moradores, em nome da bancada de Porto Velho essa sensibilidade em relação a essa alocação de recursos, nós precisamos e, Deputado, nós não temos muito tempo. O recurso já está lá no tribunal

desde dezembro, o Tribunal tem julgado os recursos de seis meses a um ano, não tem passado, o julgamento, mais de um ano. Então nós estamos, a qualquer momento, no risco do Desembargador julgar essa apelação e acabar o efeito suspensivo da apelação e acabar também com a nossa medida cautelar, porque ele colocou muito bem que esse tempo, na medida cautelar que ele despachou, seria um tempo para que o poder público se mobilizasse e visse alguma solução para o caso. Então nós precisamos, Deputado, dessa sensibilidade. O povo aqui está lutando, está disposto realmente a dialogar com a proprietária. E eu sempre falo para os moradores que a gente tem que aproveitar o momento que a medida liminar está suspensa. Não adianta depois de o Tribunal reascender essa medida liminar, a gente querer falar em negociação, não adianta. Depois vai, eu que tenho experiência, tenho vários outros casos de reintegração, eu sei que o proprietário só abre guarda quando está suspensa a medida liminar, depois não tem mais. Até porque se ele for fazer um loteamento lá, ele vai ganhar muito mais dinheiro. Então, senhores, autoridades aqui presentes, nós precisamos também do Dr. Fortunato, a sua ajuda, ficou averbado uma avaliação da área para a gente chegar a quanto que vale essa área. Eu até fiz um ofício diretamente para o Dr. Fortunato para que ele fizesse essa avaliação, também é muito importante para a gente. Houve também uma possível hipótese de sobreposição de matrícula, mas eu estive com um funcionário do Dr. Fortunato, ele me descartou essa possibilidade, dizendo que a desapropriação feita no Mariana não alcançaria de forma alguma o Bairro Aparecida. Então eu pedi isso por escrito. Eu espero também ter essa resposta para a gente estar prestando conta para os moradores. E, por último, senhores, para encerrar fica aqui, como cidadão, como operador do Direito, como defensor dessas famílias, o nosso pedido, Deputado, principalmente ao senhor aqui que representa a bancada de Porto Velho, para que hoje não dê só promessas, mas dê um verdadeiro encaminhamento de solução a esses moradores que tanto necessitam de suas moradias. Meu muito obrigado.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Eu queria convidar para fazer uso da palavra, mas antes eu queria fazer um pequeno comentário. Cada Deputado tem R\$ 3 milhões em emendas para se colocar no orçamento. No ano de 2016, por exigência da legislação eleitoral, todas as emendas tiveram que ser colocadas no primeiro semestre. Hoje não tem nenhum Deputado que tem mais nenhum centavo de emenda de 2016. Todos utilizaram todas as emendas antes do período. Dia 02 de julho foi o último prazo que o governo poderia fazer pagamento de emendas por causa da eleição. Só para esclarecer que em 2016 nenhum Deputado tem mais nenhum centavo no orçamento, de emendas. Qualquer possibilidade de emendas tem que ser no orçamento de 2017.

Eu queria convidar o Vereador Edwilson Negreiros para fazer uso da palavra agora.

O SR. EDWILSON NEGREIROS – Senhor Presidente, que agora, aqui na Assembleia Legislativa, comandando os trabalhos, meu amigo Deputado Aécio da TV; quero cumprimentar e parabenizar o autor da proposição, Deputado Léo Moraes. Quero aqui registrar a presença e o empenho do advogado Dr.

Renan Maldonado, um guerreiro não só no Bairro Aparecida A, B, e lá também no Jardim das Flores e outros bairros da cidade de Porto Velho. Quero aqui cumprimentar também o Alberto, que é o Vice-Presidente do Bairro Aparecida; a Rosângela que é a Presidente do Bairro Jardim das Flores; a Aparecida que é a Presidente do Bairro Aparecida; senhor Advogado da Defensoria Pública, aqui representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; o nosso Coordenador do Patrimônio do Estado, Antônio Fortunato; a imprensa aqui presente; todas as autoridades aqui também; representantes dos bairros; presidentes e a comunidade do Bairro Aparecida que está aqui também marcando presença. Sabendo dessa responsabilidade, Deputado, que a gente sabe muito bem que não é fácil você entrar nesse debate porque a gente que está desde o início acompanhando o sofrimento daquela comunidade, juntamente com os Presidentes aqui presentes, tanto a Rosângela como o Alberto, Aparecida, o Deputado Léo Moraes, teve uma participação muito importante nessa pacificação para poder chegarmos a um denominador. Quero ressaltar também aqui o empenho da Prefeitura Municipal de Porto Velho, sempre dando total apoio, total atenção, através da Secretaria de Regularização Fundiária do Município, da Procuradoria do Município e também o Prefeito que representa a nossa cidade, sempre atendeu a todos aqui desde o início e tentando ajudar. Nós sabemos que não é fácil, infelizmente, ali é uma situação complicada porque a dona, a proprietária ela é muito complicada para tentar chegar num acordo, e o preço que ela pediu do metro quadrado é um preço que está fora do mercado, infelizmente, ela está cobrando um preço ali da época das Usinas, coisa ainda que foi lá no início, e, a realidade de Porto Velho hoje é outra. E ali o mais complicado é que muita gente tem um sonho já construído, casas de alvenarias, casas boas, a rede elétrica já chegou lá no Bairro Aparecida, todo mundo hoje tem o seu padrão de energia, ninguém jamais vive ali na informalidade, isso foi um sonho difícil para essa comunidade, mas, um sonho que nós não vamos abandonar, nós vamos ajudar.

Quero aqui agradecer o empenho da Assembleia Legislativa, esta Audiência Pública que é muito importante, nós da Câmara Municipal também fizemos lá várias Audiências Públicas, não só nessa situação, em outras situações também, mas, Deputado, eu falo para o senhor aqui de coração, tivemos com o Chefe da Casa Civil, ele nos recebeu, o Chefe de Gabinete do Vice-Governador, também ali acompanhando, um dos Procuradores do Estado estava ali representando nessa questão e o nosso Chefe da Casa Civil deixou bem claro que o Governo do Estado não tinha dinheiro para entrar nessa briga e falou que pelo menos ia tentar fazer o levantamento do valor da área, esse levantamento até hoje não foi feito ainda, não é Aparecida? Não foi feito. Foi feita uma promessa do Executivo do Estado através do Chefe da Casa Civil, Emerson Castro; aonde ele ressaltou que naquele momento ele ia fazer o levantamento da área para vê quanto que valeria essa área, nós íamos avocar também a Caixa Econômica Federal, para também ela fazer o levantamento, para nós chegarmos num valor real de fato e de direito para poder começar a construir uma linha de raciocínio para poder resolver a questão lá do Bairro Aparecida. E aqui estamos nós hoje na Assembleia Legislativa, tentando unirmos forças, eu sei que não é fácil, como o senhor

acabou de dizer e o mais importante Deputado, pelo menos o senhor está sendo sincero, está falando aqui, já na lata, é difícil a gente ouvir, mas, é a realidade, nós estamos num período eleitoral, infelizmente, todos os Deputados da Assembleia Legislativa já tiveram que colocar todas as suas Emendas no Orçamento, até porque senão iam perder esse direito que cada Deputado tem. Mas, nós temos uma coisa, Deputado, que isso aí quem nos deu foi o povo, que nos outorgou que foi o mandato.

Então, quero aqui pedir ao senhor, que é uma pessoa do povo, respeito muito, respeito muito o Deputado Léo Moraes, o empenho dele, desde o início conseguiu uma Emenda de oitenta mil reais para poder fazer o georreferenciamento do Bairro Aparecida, a gente tem que ser reconhecedor disso, mas, eu queria pedir a Vossa Excelência para que nós tivéssemos condições de convidar e o senhor conseguir lá uma audiência com o nosso Governador, eu não tenho dúvida que o Governador Confúcio Moura, a linha de raciocínio dele é totalmente diferente da sua assessoria, e eu não tenho dúvida que o pensamento dele é totalmente diferente da sua assessoria e eu não tenho dúvida que o Governador não vai deixar o Bairro Aparecida na mão, como também a Prefeitura também não vai deixar na mão, nós temos que nos unir, o lado de cá e o lado de lá, para que a gente possa chegar no final feliz dessa história, porque hoje, todas as pessoas que estão aqui, que representam o Bairro Aparecida não conseguem colocar a sua cabeça no travesseiro e conseguir dormir a noite pensando no pior que pode acontecer no amanhã, muitas pessoas que estão ali com os seus sonhos construídos, a sua casa, a sua família está ali no final de semana reunido, mas, não estão felizes porque sabem que amanhã ou depois poderão não estar ali nessa incerteza que está com essa situação de litígio daquela área.

Então, meu caro amigo Deputado Aécio da TV; peço a Vossa Excelência que nós, nessa discussão que está sendo feito nessa Audiência Pública aqui, nós já saíamos daqui hoje com agenda com o nosso Governador, com o nosso Governador, porque eu não tenho dúvida que a conversa com o Governador será totalmente diferente, porque o Governador tem uma dívida com Porto Velho, ele sempre fala isso em todos os seus discursos, e principalmente, com o Bairro Aparecida que ali acolheu ele na sua campanha, na sua caminhada e eu não tenho dúvida que o nosso Governador vai chegar também nos a atender e ajudar o Bairro Aparecida. Então, meu Deputado, eu peço a Vossa Excelência que nos consiga essa agenda com o nosso Governador Confúcio Moura e nós estaremos unidos, para nós chegarmos numa conclusão final, para que acabe todo esse desespero, e, essa incerteza do Bairro Aparecida. E quero me colocar à disposição e quero fazer parte desta comissão que vai ser aqui concluída hoje, para que a gente chegue num final feliz. Quero aqui mais uma vez Deputado, parabenizar Vossa Excelência, pelo empenho, pelo trabalho, quero parabenizar o Deputado Léo Moraes pelo empenho e pelo trabalho. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Obrigado pelas palavras nobre Vereador Edwilson Negreiros. Às vezes as pessoas acham difícil alguém ter coragem de falar a verdade. Eu acho muito difícil não falar a verdade. Então, quando eu coloquei a

situação das emendas, é porque eu não sou de ficar empurrando com a barriga quando vem um, vem outro, ficar empurrando. Eu quero dizer para vocês que podem contar com uma parte, com uma Emenda minha para o ano que vem, para 2017. Se alguma negociação, se alguma negociação existir para 2017, pode contar com uma parte minha, de minhas Emendas. Agora, esse ano eu não tenho e ninguém tem; quem disser que tem é mentira, porque foi empenhado até dia 02 de julho por obrigação, por determinação da Justiça Eleitoral. Eu quero convidar para fazer uso da palavra o nosso Vice-Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Aparecida, o senhor Alberto Olímpio da Silva.

O SR. ALBERTO OLÍMPIO DA SILVA – Boa tarde. Para quem não me conhece eu sou o Alberto, Vice-Presidente. Bom Deputado, Excelência, eu só quero dizer para vocês. Tudo que eu tinha, vocês tinham de ouvir, o Dr. Renan falou, o nosso Vereador também falou. O que tinha de ouvir, todo mundo já ouviu, o que eu tinha para falar, todo mundo já falou. Eu só queria saber de uma verdade; se a gente vai sair daqui sabendo do recurso que pode nos ajudar no Bairro, eu não tenho muito a falar, mas, eu quero saber qual é o recurso que pode ajudar o Bairro, todas as autoridades. O que pode querer levar para nós, o morador, ser beneficiado, pelos moradores. Isso que eu tenho para falar para vocês. O que eu tinha de falar, de falar o nosso Vereador já falou, o nosso Deputado também falou. E todo mundo já ouviu o que tinha para ser ouvido. Então, eu queria saber e fiquei muito grato se você falar que já pode ajudar, o ano que vem já contar com a sua ajuda. Então, eu agradeço a minha oportunidade aqui, todos os presentes aí.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Obrigado Senhor Alberto pelas palavras. A população quer solução, o senhor está certíssimo. Vamos ouvir agora a Dona Rosângela Ferreira Lima, Presidente da Associação do Bairro Jardim das Flores, Lado E.

A SRA. ROSÂNGELA FERREIRA LIMA – Boa tarde pessoal. Eu não tenho muita coisa a dizer, porque eu estou aqui para fazer um apelo. Porque há 30 dias que eu venho perdendo sono, sem ter paz porque o nosso Bairro; veio uma Liminar pesada para nós sairmos com 07 dias. Graças ao Dr. Renan, o Prefeito que está em ação, o Edwilson Negreiros que ajudou e o Fabrício da SEMUSA, que entrou lá, da SEMUR, entrou lá e ajudou a gente, adiando essa Liminar para dois meses, mas, corre risco para depois do dia 09 de setembro o nosso Bairro ir para o chão. Por quê? Por uma injustiça, a gente está vivendo um sacrilégio que não poderia a gente estar vivendo. Dia 05 de maio de 2013 a gente entrou numa área que ela estava desse jeito, agora o cidadão entra, antes ele usava um documento que ele tinha posse, que ele tinha o documento da terra, o documento de onde ele mora. Hoje, ele diz que tem uma posse de mais de 30 anos, porque é de 86. Isso parece uma área que alguém está cuidando há mais de 30 anos? Hoje como tem 200 famílias, olha como a gente entrou, isso aqui foi quando a gente começou, a maioria das nossas casas foi queimada, eu tive que ir na SEDAM fazer denúncia, fazer reclamo que as nossas casas pegava fogo, e disse que éramos nós que estávamos incendiando porque era em maio, uma época quente. Então, foi polícia várias vezes, eu mesma fui para o xadrez por 11

vezes, só que no dia seguinte me soltavam porque não tinha motivo para estar me prendendo, eu estava entrando numa área devastada. Porque eu morava no Bairro Aparecida, o Lado B, aí estava com a Liminar que tinha 90 dias para cair, que graças a Deus não caiu em 2013, eu me apavorei e via aquela área abandonada com várias pessoas do Aparecida, subimos para lá e começamos a limpar e morar lá. Aí esse senhor apareceu dizendo: “eu tenho oitenta e sete anos.” Aquele tempo ele tinha oitenta e sete anos, quantos anos esse senhor tem hoje? Aí a juíza está se comovendo por ele ser um idoso, eu já estive com o senhor Fortunato, ele está aqui presente, já estive lá com ele, ultimamente sou barrada; no Palácio do Governo, eu não consigo subir para falar sobre essa situação porque ele tem mais de trinta anos que vive dentro do Palácio do Governo ali, apoio, ele é do partido, então, como é do partido aí ele tem apoio, tem família dentro do Governo. Então, gente, eu estou aqui fazendo um apelo, a gente está correndo o risco de perder as nossas moradias, os nossos locais da gente viver, por quê? Eu estou aqui falando com várias pessoas que estão aqui e os que estão em casa, os que estão trabalhando, várias crianças; eu estou representando essas pessoas aqui. Eu carrego praticamente o Bairro Jardim das Flores nas costas porque se cair é uma derrota minha deste de então, eu estou pedindo de porta em porta, chorando de porta em porta, lamentando, pedindo ajuda, porque a gente é ciente que o Domício Stefanos, não é dono dessa terra onde a gente está, como o senhor Fortunato aqui mesmo já disse para nós, lá é do Mercado Balau, do Banco Nossa Agência, que foi embargado pelo Banco Nossa Agência o Mercado Balau empenhorou na época, e nisso o documento, o título que tem, tem trinta e seis donos, esses trinta e seis donos, não desmembraram aí essa área fico abandonada esse tempo todo, foi só a gente ocupar, apareceu esse suposto dono que não deixa a gente dormir mais, não tem mais sossego, porque para onde a gente vai? Para debaixo da ponte do Rio Madeira? Lá não tem mais lugar para a gente colocar as nossas barraquinhas lá, ou vamos para a praça? Para frente do Palácio do Governo? Tenham compaixão de nós, façam alguma coisa por nós, aquele senhor não é dono dessa terra. Existe usucapião familiar, os donos das terras nunca levaram para nós uma intimação, nunca levaram uma liminar, com o perdão da palavra, agora um picareta passando a perna na gente e a justiça não vai fazer nada por nós, vai ficar do lado dele? Ele pagou foi várias vezes para os PM na nossa frente assim, vários moradores lá viram, ele pagando, para poder tirar nós de lá, para os PM prenderem a gente, para a gente abandonar a terra, porque ele fazia escavação. Antes, ele tinha uma licença para fazer escavação, depois ele perdeu o direito dessa licença de escavação, ele briga em cima do documento da terra onde ele mora, parou de brigar em cima do documento dessa terra porque foi provado que ele morava em cima da terra do documento, eu tenho a posse de mais de trinta anos e aí? Como a gente vai fazer? Nossos filhos vão para onde? Nós vamos para onde? Uma resposta de vocês pelo amor de Deus, aqui é um apelo, é uma mãe desesperada representando várias mães que estão ali. E por esse apelo o lado B, o lado A é a mesma situação, o A, a Fátima não tem o título, mas se tirar o lado B, vai o A, vai o C, vai tudo para o chão. Então, nos socorram pelo amor de Deus, que vocês podem, o poder está nas mãos de vocês.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Muito bem Dona Rosângela. Agora, nós vamos ouvir o Senhor Antônio Fortunato, Coordenador de Gestão Patrimonial do Estado, representando a SUDER, as palavras dele vão ser muito importante para a gente. Se o senhor quiser usar a tribuna ou se quiser pode ficar aí mesmo Senhor Fortunato.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO – Obrigado Deputado; estou satisfeito aqui. Deputado Aécio, prazer estar aqui com o senhor novamente na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa e queria cumprimentar todos aqui presentes na pessoa do Dr. Renan que é o representante da comunidade. Quando se fala em Coordenação de Patrimônio do Estado, o pessoal pensa que o patrimônio do Estado e regularização fundiária, essa Coordenação vai resolver tudo quanto é regularização fundiária do Estado. Quando ela foi criada, ela teve uma finalidade, o Estado tinha muita terra devoluta, o Estado tinha muitas fazendas e o Estado, tinha lotes que não eram ocupados pelo próprio Estado, e, que o Estado não tinha interesse em ficar com essas terras porque pessoas estavam ocupando, e essas pessoas deveriam ser regularizadas. Utilizando-se da Lei 4.320, 8.666, Lei do Ministério das Cidades, Lei Imobiliária Estadual e muitas outras; criou-se a Lei de Regularização Fundiária, seja ela urbana e a Lei Rural também. Nós enquanto patrimônio do Estado, nós regularizamos normalmente, o que acontece são áreas públicas, se a área é do Estado, o Estado não demonstra interesse, nem utilização daquela área, a gente regulariza para os ocupantes que estão lá, desde que a área seja mansa, pacificamente ocupada, não tenha problema judiciário com o Estado nenhum, a gente regulariza para a comunidade que lá se encontra. Se a área for municipal, nós montamos convênios com os municípios para que nós possamos adentrar no município e trabalhar junto com o Poder Público Municipal e regularizar aquelas áreas que assim o Poder Público Municipal quis disponibilizá-las para seus munícipes, tanto é que nós temos 26 convênios com 26 municípios do nosso Estado regularizando, que dá um montante aí, vai gerar aproximadamente 40.000 títulos no Estado que serão regularizados, já teve uma boa fase de regularização com a antiga Coordenadora Dra. Quilvia, e nós continuamos o trabalho que ela iniciou, aí.

Quando é da União se procede da mesma maneira, nós montamos um convênio com a União, para trabalhar junto com a União e regularizar essas áreas que são da União. Quando a União se demonstra desinteressada naquela área e não quer trabalhar com a regularização, mas, ela se demonstra interessada em doar para o Estado, o Estado também assume essa regularização. Por quê? Porque a área passa a ser do Estado, passa a ser bem público estadual, e aí a nossa Equipe resumidamente, mas, a gente trabalha, a gente leva um ano, dois, três, quatro, mas a gente regulariza. Ou seja, dá tranquilidade a comunidade porque sabe que vai ser regularizada. O fato de o Estado comprar área para regularizar, área que tenha imbrólios judiciais, isso é fato novo. Isso aconteceu com o bairro Universitário, e só foi possível a aquisição dessa área com a ajuda desta Casa. Se não fosse a Casa para disponibilizar Emendas Parlamentares, o Estado dificilmente teria comprado, tendo em vista que mesmo nós estarmos no azul em consulta com o nosso Secretário de Finanças, nós nos encontramos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, se a gente

comprar mais alguma coisa o nosso Governador do Estado, junto com o seu Secretário de Finanças vão poder responder por improbidade administrativa. Então isso está sendo evitado, até porque para que nós possamos manter as nossas obras, isso aí o Dr. Renan como muito bem falou, o Chefe da Casa Civil já comentou com ele. Então vocês vejam que está meio no limite. A gente tinha feito aqui um apanhado para a gente orientar aqui um acordo, um acordo com a proprietária. Eu até tinha sinalizado aqui, Dr. Renan, Banco do Povo, eu coloquei aqui embaixo: acordo com o Banco do Povo, que seria para as famílias. A partir do momento que foi feito o acordo com a dona, a proprietária, com o Banco do Povo e se for conseguido adquirir essa área, nós vamos fazer um convênio com a Prefeitura, como sempre nos propusemos trabalhar junto com a Prefeitura. E vamos incluir o Bairro Aparecida dentro da Regularização Fundiária, que é a nossa meta a atingir. Hoje nós temos um plano de trabalho aqui em Porto Velho. Só de Porto Velho nós temos aqui o nosso plano de trabalho para o Pedrinhas e o Costa e Silva, que está em fase de licitação da empresa de georreferenciamento e topografia, 1.786 lotes. São Sebastião I e II, 1.478 lotes; Nacional 1.718 lotes; São João Bosco, Liberdade e Conjunto Santo Antônio 1.135 lotes; 10 de Junho que é o que está mais próximo de sair 187 lotes; COHAB 4ª e 5ª Etapas 1.000 lotes aproximadamente, Bairro Mariana, que eu vou falar um pouquinho já, como Dr. Renan comentou ali, 5.600 lotes ocupados e a gente conhecendo os lotes, mas nós sabemos que o montante lá pode passar de 20.000. Aí nós temos Bairro Universitário 250 lotes. Aí vem Calama, Nazaré que é o pessoal dos alagados do Baixo Madeira, São Carlos, que a gente ainda vai trabalhar com eles. Isso fora os 26 convênios com 26 cidades. Nós temos alguns que já foram executados, já foram concluídos, 6.000 lotes, 2.000 lotes, 3.000 lotes, 2.625, São Francisco, São Felipe e daí por diante. O fato que aconteceu como o nosso Vereador falou, uma conversa com o nosso Governador é diferente. Quando foi falado: vai ser desapropriado o Bairro Universitário, aí normalmente o Governo do Estado, Secretariado olha pra mim, vira todo mundo pra mim: e aí? Aí a primeira pergunta minha: eu faço o processo. Aí a segunda: quem vai pagar? Alguém tem que me dizer quem vai pagar, porque se não me disser, eu não coloco no processo. Quando ele me diz: “não, quem vai pagar é a SEAS porque é Ação Social”. Ok. Aí eu pego o Secretário: “o senhor vai pagar? Vai”. Aí a terceira pergunta: de onde vai sair o dinheiro para pagar? Aí o Deputado Hermínio Coelho que estava lá na reunião, o Deputado Jesuíno Boabaid mais alguns outros da Casa: eu dou R\$ 500.000,00 eu dou R\$ 100.000,00, eu dou R\$ 200.000,00, eu dou R\$ 1.000,00 e o restante? Vai sair da Fonte 100 Wagner? Vai? Vai. Terminou? Terminou. Os R\$ 2.790.000,00 para o bairro Universitário é valor venal. Eu conhecedor de avaliação com a minha equipe de Engenharia, eu sei que esse valor venal está bem aquém, ou seja, abaixo do que é para ser. Como eu sei que vai ter problema judicial, sempre, sempre eu tenho que levar para o nosso Governador. Eu levando para ele, eu já avisei o valor que a gente vai pagar vai ser esse, mas não vamos pagar só esse, porque vai haver problema judicial, tanto é que o pessoal do Bairro Universitário está querendo que a gente regularize, regularize, regularize e eu falei: “só quando terminar a celeuma judicial”, não tem como a gente começar a regularizar nada lá por enquanto, ou

seja, estão tranquilos, ninguém vai ser colocado para fora, todo mundo está com sua residência, vai ficar lá, nós vamos regularizar no tempo certo. Mas, o proprietário da área está recorrendo em juízo por aproximadamente doze milhões de reais, que é mais ou menos que vale a área, nós avaliamos em dois, setecentos e noventa, isso é valor que a gente chama de valor venal, é o valor que a prefeitura utiliza para cobrança de IPTU, mas, o valor comercial é bem mais. Então essa avaliação de bem mais o Estado vai terminar ficando com precatório e aí quem assume esse prejuízo é o Estado, agora a gente vai assumir para pagar em um ano, dois, três anos, não sei, vai depender da negociação da nossa Procuradoria Geral do Estado com o Judiciário e o proprietário que nos vendeu que foi tirada a posse dele. Com relação à avaliação da área e com relação a proximidade do bairro Mariana, o Dr. Renan procurou a gente, estava falando lá com o nosso chefe de departamento e eu falei para ele se a área do Aparecida estiver dentro do Mariana não precisa reclamar, todo mundo pode ficar quieto, porque nós estamos trabalhando em um projeto para a regularização do bairro Mariana, porque a área do bairro Mariana foi um precatório que nós terminamos de pagar no mês de junho, foi a última prestação, Deputado, graças a Deus, um precatório imenso de mais de cento e cinquenta milhões e o Estado, graças a Deus, pagou e a área do Mariana é toda do Estado, pertence todo, o bairro Mariana e São Francisco pertencem ao Estado. O Subchefe da Casa Civil já pediu que a gente abrisse processo, para que a gente encaminhasse a ele o processo para que ele começasse a trabalhar junto com a Casa Civil na regularização disso aí. Nós vamos montar o projeto, até no final de agosto estamos com esse projeto. Se o Aparecida estivesse encaixado dentro do Mariana ali nas proximidades dentro da fazenda, não teria problema porque é bairro Mariana, acabou, vamos regularizar, ninguém tira ninguém, fica como está até a gente regularizar, as Assistentes Sociais visitassem, só que na documentação que o Renan levou eu falei: "Renan, eu preciso que você me coloque onde é os pontos", passados alguns dias ele voltou lá com os pontos, e esse bairro Aparecida é adjacente ao Mariana, não está dentro, é do lado, não é área estadual, é uma área que talvez da União, talvez da prefeitura ou de terceiros, nossa não é, mas, para que o proprietário diga que a área é dele para que vocês possam negociar ele tem que ter documentos que comprovem que a área é dele, se ele provar que a área é dele, legal, está averbada em cartório está no nome dele, sem problema nenhum, entendeu? Ele vai, provou, aí tem que haver uma negociação. Hoje para nós fazermos reintegração de posse no limite, reintegração de posse não, desapropriação, perdão, para nós fazermos desapropriação no limite da lei de responsabilidade que nós estamos e ainda estamos com uma celeuma judicial resolvendo pelo Universitário, nós não temos como adquirir essa área. A meu ver, isso aqui é um olho meu, é um olho meu de técnico da área da parte de regularização fundiária do Estado, entendeu? Agora se houver negociação da comunidade com a proprietária ou a proprietária chegasse a doar a área para o Estado, a gente não teria problema de incluir o bairro Aparecida dentro da regularização fundiária incluindo no planejamento. Agora doar essa área eu sei que ela não vai doar, não vai doar, agora se vai firmar acordo com os moradores aí vai depender do advogado de vocês, Dr. Renan, um acer-

to com ela. Como vai ser feito com o Banco do Povo eu não sei também, aí é a parte financeira que eu não trato, eu trato mais da área técnica de regularização fundiária nossa. Nós poderíamos se tivesse resolvido até o final do planejamento com Mariana, incluir Aparecida junto do Mariana para topografia porque fica do lado, por quê? Porque só para o Mariana nós vamos ter que buscar verba federal, que eu preciso de aproximadamente quatro milhões só para fazer georreferenciamento e topografia lote a lote para regularizar a coisa da maneira que é para ser. Então hoje nós estamos correndo, estou me vendo daqui a alguns dias em Brasília correndo atrás de dinheiro, para esse ano eu acredito que não, mas para o ano que vem, eu tenho que conseguir isso para 2017 para fazer esse trabalho. Então vejam bem, eu estou correndo atrás disso, se eu conseguir os quatro milhões, a gente poderia incluir isso com a minha equipe para fazer esse trabalho da empresa que seria contratada, mas até lá tem que se resolver a celeuma, se vai desapropriar. Na minha visão de técnico, eu não estou vendo, Deputado eu não estou vendo na minha visão de técnico, agora vai conseguir verba no orçamento para o ano que vem para fazer isso? Eu não sei. Aí teria que ver com o Secretário de Planejamento, que é o George Braga, se teria dinheiro para isso, uma conversa com o Chefe da Casa Civil, o próprio Governador porque normalmente o planejamento visa o que é prioridade no Governo que vai, e o Secretário Vagner, então seria uma conversa com o Secretariado de Estado e mesmo o Governador, entendeu? Agora se conseguir o acordo com o Banco do Povo, ele abriu uma brecha como vai fazer isso como vai ser feito o pagamento, para a gente não tem problema em incluir no nosso planejamento a regularização e a gente, claro, que vai buscar o convênio com a Prefeitura, como a gente já tem conversado muito com a Márcia Luna, temos conversado com o Fabrício, para nós trabalharmos juntos. A gente não se nega ao trabalho. Com relação à avaliação que o Dr. Renan falou, o Chefe da Casa Civil nos pediu que avaliasse aquela área. Eu falei para ele que podemos avaliar só que ele vai ter que aguardar um pouco, que eu tenho dois especialistas em avaliação de área. Eu tenho uma engenheira, tenho um tecnólogo, um topógrafo. Para avaliação dessa área já faz um bom tempo, Vereador, que ele me pediu e eu falei para ele que para avaliação da área da Aparecida, tem, acho que uns 15 dias que ele já me pediu isso, e, eu falei para ele que eu estava com uma demanda de 28 avaliações, para um engenheiro e um tecnólogo, que tem Mestrado em Avaliação, fazer. Cada avaliação leva de 05 a 08 dias. Eu estou com uma demanda de 28. E são avaliações que..., SESAU, Ministério Público... Nós fazemos avaliação para esta Casa também. Fazemos avaliação para o Tribunal de Contas, que são as demandas externas e nós fazemos porque hoje nós somos o único órgão avaliador. O Banco do Brasil não faz avaliações mais. Caixa Econômica está restringindo as avaliações e estão cobrando até alto. Para o senhor ter uma noção, quem faz avaliação no privado, por exemplo, o Judiciário determinou que fosse feita avaliação no Bairro Universitário, o avaliador cobrou R\$ 90.000,00 para fazer avaliação do Bairro Universitário. Então, são valores altos, porque são serviços trabalhosos e demorados e a pessoa pode responder algum processo por dar valores irreais, enganosos ou direcionar avaliações. É por isso que o meu pessoal da

avaliação, toda vez que alguém chega lá: “eu queria falar com o avaliador”. Eu digo: “Não, com avaliadores do Estado, o único contato seu com ele, sou eu”. Todo mundo que chega lá. Nem o Governador do Estado fala com os avaliadores. Toda vez que ele quer falar com um, eu apareço lá. Aí, quando ele me questiona, eu levo para a minha equipe de avaliação, para ninguém dizer que as avaliações estão sendo direcionadas. Ninguém vai dizer isso, ou seja: “eu queria falar com o avaliador”. “Sente aqui e diga qual o problema que eu passo para ele”. Ninguém vai conversar com o avaliador. Então eles trabalham à vontade, tranquilamente, ninguém pressiona. Isso é bom. Isso é bom porque eu sei que as avaliações saem com mais..., e quando, eu trabalho com a tabela do IGPM normalmente lá, e quando eu vejo que tem alguma coisa que está fugindo da tabela, eu questiono sempre. Eu digo: “me convençam porque se vocês não me convencerem fica difícil”. E eles me convencendo, ok. Então nós vamos entregar essa avaliação ao Chefe da Casa Civil, eu acredito daqui a mais uns 10 ou 12 dias, porque eu vou ter que mandar a equipe em campo. Eles vão ter que colocar a área no contexto que se encontra hoje, atualmente Porto Velho. A gente sabe que os preços caíram muito, do metro quadrado e aqui em Porto Velho depende de região para região. Tem região que o metro quadrado vale R\$ 250, ainda. Tem região que vale R\$ 112, e já peguei avaliações dele que o metro quadrado vale R\$ 70,00. Então são várias avaliações que a gente tem de área para área dentro de Porto Velho. Então acredito que daqui a uns dias nós estaremos com essas avaliações na mão, para fornecer para o Chefe da Casa Civil. Eu acredito que o Renan seja o primeiro a ser informado. O Chefe da Casa Civil já falou com eles, que está tratando diretamente com ele. Já falei com ele também hoje, que eu iria passar essa informação daqui a alguns dias. Agora, nós, enquanto Coordenação de Patrimônio do Estado, nós estamos à disposição para apoiar a comunidade para ajudar. Agora, para isso eu preciso que a área esteja sem imbróglcio judicial. Nós, enquanto Patrimônio e regularização fundiária, nós vamos correr atrás de verba e aí quem nos socorre sempre é esta Casa, Deputado, a gente está sempre socorrendo de emenda, uma emendazinha de trezentos, duzentos, a gente corre para todo lado para, que a gente tem que contratar uma empresa. Porque hoje, no Estado nós temos 02 geomensores, 03, 04 técnicos de topografia. E normalmente um trabalho desses leva meses, se a gente for fazer com a nossa equipe. E a gente fazendo a contratação, a empresa faz o serviço mais rápido e a gente resolve a parte documental, fiscaliza, a gente dá entrada nos cartórios e regulariza. O convênio com os cartórios e o Tribunal de Justiça, o Estado já tem, tanto o Tribunal de Justiça como os cartórios nos ajudam e dão celeridade no processo de regularização. Nosso convênio é com a ANOREG, que é a Associação dos Notários e Registrados do Estado, os registradores, todos eles nos apóiam nesse sentido da celeridade. Agora, nós precisamos que esteja sem imbróglcio. Só por causa da celeuma que nós estamos com o Bairro Universitário, porque o proprietário quer R\$ 12 milhões, e a gente pagou R\$ 2.700, o Juiz está mandando avaliar novamente para qual avaliação dele, ele chegar num ponto médio e dizer quanto o Estado vai ter que pagar a mais ainda, a gente não pode regularizar ainda. Porque assim que a gente fizer o acerto com o proprietário, aí ele vai mandar emitir a

posse para o Estado. A gente vai regularizar em nome do Estado. Em sendo do Estado, agora sim, a Coordenadoria pode entrar para regularizar a área, porque agora passou a ser pública. Mas por enquanto, a gente desapropriou, mas, está em juízo. Deputado, era a informação que nós tínhamos.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Eu sei que foi feita uma proposta, senhor Fortunato, foi feita uma proposta para a venda do imóvel pelo Banco do Povo, oito mil e quanto, cada terreno que era a proposta do,...

O SR. RENAN MALDONADO – Numa primeira conversa que nós tivemos com os advogados do proprietário ficou em torno de oito a nove mil reais o lote, sairia o total de seis milhões, mas isso é muito...

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Preliminar.

O SR. RENAN MALDONADO – Preliminar.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Não é oficial.

O SR. RENAN MALDONADO – Não é oficial, foi uma conversa com o Deputado Léo Moraes e eles.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO – Qual o tamanho do lote Renan?

O SR. RENAN MALDONADO – São duzentos e dez mil metros quadrados, 21 hectares.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO – Não. O lote? Cada lote por oito ou nove mil. Qual o tamanho dele?

O SR. RENAN MALDONADO – Duzentos e cinquenta metros quadrado, a média.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO – 10 x 25?

O SR. RENAN MALDONADO – Isso, essa média.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO – Lote social. É lote social, 10 x 25 não é?

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – A forma de mediar essa, através do Banco do Povo é que precisaria de..., nesse caso as Emendas se fossem direcionadas, direcionada ao Banco do Povo e o Banco do Povo fazia aquisição, como que era?

O SR. RENAN MALDONADO – É, o Banco do Povo ele diz que só precisa de uma Lei Orçamentária que diga de onde vem o recurso para ele aplicar, somente isso, pode ser de Emenda, pode ser do Governo, mas aí o Chefe da Casa Civil falou que seria de Emenda não é?

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Vamos ouvir agora o nosso último Orador, Dr. Guilherme Ornelas, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. GUILHERME ORNELAS – Boa tarde a todos! Boa tarde Deputado Aécio da TV, é uma oportunidade que a Defensoria

pública agradece em participar dessa audiência Pública com o senhor presidindo, a gente tem muita admiração pelo trabalho que o senhor desempenha aqui no Município de Porto Velho, no Estado, assim como o Deputado Léo Moraes, que teve essa iniciativa, é sempre parceiro, eu sei que os senhores sempre são parceiros da Defensoria.

Tem alguns encaminhamentos, uma manifestação. O Dr. Renan aqui bem falou que a dinâmica do novo Código de Processo Civil, que teve início de vigência esse ano, ele mudou um pouco essas questões de desapropriação e passou a dar a Defensoria Pública um papel de protagonista, o Código de Processo Civil passou a prever a necessária presença da Defensoria Pública nas ações de desapropriação coletiva em que existirem no polo passivo pessoas hipossuficientes. Então assim, a partir de agora todas essas ações a Defensoria passa atuar como custos legis eu passei para o Dr. Renan, a Defensoria Pública está à disposição para passar a intervir também nesses processos que estão em andamento do Bairro Aparecida e para a gente poder atuar junto no que for necessário nesses processos e em outros processos que vierem também à gente está habilitando.

Essa questão da Regularização Fundiária no Estado é muito importante, eu acho que em termos de macropolítica, Deputado, a gente podia começar a pensar realmente na criação de uma Vara especializada em conflitos agrários, a gente tem um Juízo Agrário, mas, a gente não tem uma Vara específica para isso e o Juiz quando trata dessas desapropriações, ele tem que ter um jogo de cintura, ele não pode chegar e: “desapropria!”. A gente está falando de família, de crianças, de idosos, e tem sempre que ter esse lado da negociação, da busca pela resolução pacífica, evitar conflitos, a gente sabe que o Estado sofre muito com esse problema, a gente tem um caso agora recente de Seringueiras, que está um conflito bastante complicado e é importante que a gente tenha Varas com Juízes especializados na matéria para que a gente possa tratar isso de uma forma adequada, ouvindo as duas partes, mas, sempre dando uma saída pacífica e harmoniosa para todos.

Eu acho que é superimportante essa discussão aqui hoje, essas Audiências Públicas, eu acho que elas têm um papel preponderante e cada vez mais a Assembleia tem sabido utilizá-las, mas, eu acho que a gente, para dar um caráter dinâmico, a gente não pode deixar isso acabar aqui sem dar respostas para essa população que veio e que representam muitos outros que não puderam vir. Eu acho que talvez, seria interessante a gente pensar numa segunda Audiência Pública com a presença do representante do Banco do Povo, com a presença da Prefeitura, através da SEMUR, a gente pensar também ou sair daqui alguns Ofícios para a gente trazer no papel, Doutor, realmente o que precisa do Banco do Povo, quais são os requisitos para a gente fazer no papel para a gente poder chegar, porque mesmo que seja para o ano que vem, mesmo que haja possibilidades de Emendas para o ano que vem, se a gente não começar a discutir agora e programar para o ano que vem, ano que vem a gente pode ter o retorno do mandado de desocupação e a gente continuar despreparado para enfrentar essa situação.

Então, mesmo que a gente não consiga talvez seja interessante a gente não deixar essa chama apagar, manter essa discussão ativa com outra Audiência Pública, com encaminha-

mento de Ofício para o Banco do Povo, com a resposta do Ofício do Fortunato, da avaliação, não que seja para a desapropriação, mas que seja para ter até um parâmetro de negociação com o proprietário: “olha, você está pedindo oito milhões, mas, talvez, a avaliação que a gente fez é um pouco menos; vamos chegar num meio termo, o que é que tem e o que dá para fazer e o que é que não dá”. Eu acho que se a gente conseguir municiar com todos esses elementos, a gente passa a ter um poder maior de barganha, de negociação para gerenciar essa crise que existe.

Então, talvez, o encaminhamento que eu faço ao senhor é de a gente tentar, não deixar essa chama apagar, mesmo que a gente não tenha uma solução aqui pronta, agora o que é difícil sempre na primeira Audiência Pública; ou a gente tem um encaminhamento de uma nova Audiência com o Fisco, com o chamamento do Banco do Povo para gente sentar e olhar: o quê que realmente precisa? Precisamos disso, disso e disso. Vamos fazer. O quê que dar para cada um fazer? É para o ano que vem? Então, que seja para o ano que vem, que a gente tenha um planejamento para o ano que vem. Mas, não vamos deixar, confio no senhor, em todas as autoridades que estão aqui presentes, nos Vereadores também para gente não deixar essa chama apagar, porque se a gente deixa apagar aqui, o problema não deixa de existir e o ano que vem talvez ele surja com mais, com mais intensidade. Obrigado Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Obrigado pelas palavras Dr. Guilherme, ele tem toda razão quando ele diz que; não pode é desistir, não pode é deixar esfriar. Porque o problema está aí, se esfriar o problema vai piorar. Fiquei ouvindo atentamente todos, até então eu não estava diretamente participando desse processo, porque como a gente sempre respeita quem propôs aqui está fazendo o encaminhamento e ele que busca as pessoas para fazer parte do processo, quem fez o encaminhamento, quem fez a proposta, quem foi o proponente foi o Deputado Léo e me convidou para fazer parte hoje desse processo, conduzindo esta Audiência. Como nós vimos tem uma dificuldade financeira por parte do Estado, porque como o Estado está em dificuldade, não tem como colocar aporte financeiro para aquisição da área do Banco do Povo. O Vereador Edwilson Negreiros, falou da participação da Prefeitura, mais também não disse se a Prefeitura tem algum aporte para fazer parte desse processo. Porque daqui a pouco todos os entes podem fazer parte do processo, uma parte com a Assembleia, uma parte com o Governo do Estado, uma parte com a Prefeitura. Porque o valor, vamos dizer de seis milhões, oito milhões não vai conseguir só da Assembleia, tem que haver a participação de todos para que; não adianta eu falar: “eu vou conseguir o recurso”. Não vai, a Assembleia não tem como dispor recurso desse tamanho. Por quê? Nós temos 24 Deputados, mais nós temos apenas 05 de Porto Velho e quem está lá em Vilhena, quem está lá de Machadinho, de Ariquemes, de Ji-Paraná, dos outros; eles têm as dificuldades para resolver os problemas deles lá. Então, quem tem que abraçar a causa são os daqui, somos nós que temos que... somos nós daqui, Deputados daqui que temos que abraçar a causa. Então, uma parte só não aguenta, uma parte só não aguenta. Só uma parte, só a Assembleia não aguenta. Mas,

se nós trouxermos para a solução do problema, a Prefeitura, se nós trouxermos para a solução do problema o Governo do Estado e se nós, a Assembleia, entrarmos, eu tenho certeza que fica muito mais fácil para solucionar o problema através do Banco do Povo. Porque todos podem fazer convênios para que possa fazer o aporte financeiro do Banco do Povo. Então, eu vou aceitar a proposta do Vereador Edwilson Negreiros, para a gente criar essa linha e fazer uma Audiência com o Governador do Estado e levar para ele essa posição e levar também para a Prefeitura esta posição. Nós precisamos mais, a Prefeitura está lá mais, não é estar lá puxando a Eletrobras, é outra solução, é outro problema. Não é a energia, não é a água, nós estamos querendo saber o problema do recurso para a Regularização Fundiária da área e aí nós precisamos que todo mundo entre na negociação e eu quero aqui; primeiro, pedir ao Vereador Edwilson Negreiros, para que ele possa estar trazendo para a negociação a Prefeitura, para que a Prefeitura através da SEMUR, através da Secretaria de Regularização também possa abraçar a causa, dividindo a responsabilidade de arcar com este custo.

O SR. EDWILSON NEGREIROS – Deputado, me permita um aparte, por favor. A Prefeitura, desde o ano passado, ela tentou comprar a área. Mas, a mulher não quis negociar pelo preço que a Prefeitura fez a contraproposta. Esse ano agora, o senhor sabe que a Legislação Eleitoral não permite compra, doação nesse momento, nesse momento. Daqui a 40 dias, 45 dias é uma história. Mas, quero deixar bem claro para o senhor, o que depender do município para nós unirmos forças, nós vamos unir, jamais vamos fugir dessa responsabilidade. Pode ter certeza.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Muito bem. Mas, o que nós estamos falando em termos dessa parceria; e como eu coloquei a situação das Emendas. Nenhuma delas é para este ano, ou seja, nenhuma delas é até bom que não seja antes da eleição, nenhuma delas; eu gosto que aconteça depois, não em período eleitoral; que nenhuma delas vai acontecer agora até dia 02 de outubro, todas elas vão acontecer a posteriori. Então, eu queria esse chamamento, mas a gente tem como foi discutido aqui e colocado, não adianta deixar para discutir só o ano que vem, nós temos que começar a discussão e os compromissos agora. Então, nós temos que ter esse compromisso da Prefeitura, quando eu falo da Prefeitura, eu não estou falando do Prefeito, eu estou falando da Prefeitura do Município de Porto Velho, não estou falando do Governador Confúcio, eu estou falando do Governo do Estado de Rondônia, eu não estou falando do Deputado Aécio ou do Deputado Léo Moraes, estou falando da Assembleia Legislativa através dos Deputados de Porto Velho, que podem entrar nessa negociação para solucionar o problema financeiro do Banco do Povo, para que seja resolvido através do Banco do Povo. Como a gente não tem nenhuma posição de valor definitivo por causa da avaliação, tudo tem que ser inicialmente uma conversa sem saber valor, mas, tem que ter um compromisso, como eu fiz? Eu falei, eu faço o compromisso de estar da minha parte colocando recurso, o que for dividido quanto der para cada um, eu entro, eu estou topando a parada, eu estou vindo aqui substituir o Deputado Léo Moraes, nessa audiência,

mas, estou colocando no que depender da minha parte para a gente, o aporte por parte da Assembleia, a Assembleia, não vai conseguir todo recurso, não vai, eu já adianto para vocês que é impossível a Assembleia, mas, se o Governo do Estado, a Prefeitura e a Assembleia entrarem, facilita e muito a negociação. Então, eu quero aceitar a proposta do Vereador e Edwilson, para a gente abrir esse canal com o Governador, marcar essa audiência com o Governador, e quero pedir para ele também que a gente faça essa ponte com a Prefeitura para que a Prefeitura possa fazer compromisso, não é para depositar, não pode pagar nada agora por causa da eleição, mas, que assuma o compromisso de dividir a responsabilidade por três, está é a minha proposta, e eu acho que essa vai ser a melhor forma para resolver a situação.

A SRA. MARIA APARECIDA SOUSA – Mas o que a gente quer é um compromisso, para que nós mais tarde daqui a um mês ou dois viemos sofrer os seus custos, as suas casas, seus compromissos que já fizeram. É porque o senhor, o seu trabalho belíssimo que eu tenho acompanhado, a comunidade também, tenho visto que o senhor anda nas comunidades, mas o senhor ainda não andou na nossa para o senhor vê como a comunidade cresceu, graças a Deus com o apoio da Prefeitura, com o apoio do Governo do Estado que também eu tenho sempre batido na porta lá constantemente pedindo apoio, pedindo ajuda como estou aqui agora, essa audiência graças a Deus, consegui uma vaga através do Deputado Léo Moraes, que mais uma vez estendeu a mão para ajudar o Bairro Aparecida também junto com o Prefeito, com a Prefeitura está todo mundo nessa luta porque? Porque aqui são mil e quinhentas famílias, são mil e quinhentas famílias que hoje pedem ajuda de vocês, que batem aqui na porta de vocês pedindo socorro, queremos o apoio de vocês, assim como o Deputado tem feito, assim como o Prefeito tem feito, queremos agora a bancada parlamentar aqui do Estado, da Assembleia Legislativa, graças a Deus que o senhor já fez o compromisso para 2017, está doando uma parte aqui para nós, queremos aqui de todos, o convite foi dado para todos, mas, o senhor está aqui representando todos, queremos o compromisso diante de todos. A palavra do Vereador foi belíssima convocar o Governador, vamos fazer, se for o caso outra audiência aqui na Assembleia, fazemos se for lá com o Governador onde seja, queremos um compromisso, queremos uma certeza para esse povo. Eu como representante desse povo, eu sinto a dor que eles estão passando nesse momento de você vê sua casa ser desmoronada a qualquer momento, porque esse caso está na 2ª Instância, o senhor sabe que chegando na 2ª Instância já quase não tem solução, mas, a única solução é como disse o Dr. Guilherme, é lutarmos, é todo mundo se unir e não deixar esfriar, porque se esfriar aí o bicho pega. Queremos a certeza que até 2017, todo mundo esteja com suas escrituras nas mãos, nós não queremos de graça não, nós queremos pago, queremos pago, nós estamos aqui é para pagar ao contrário que o Dr. Fortunato, falou do Universitário, a gente não quer isso, a gente quer pagar, a gente quer a nossa casa com o nosso suor, assim como nós já investimos, todo mundo tem sua casinha, é um bairro que cresceu assim em seis anos absurdamente, porque o povo precisa de sua moradia própria. Por isso investimos e por isso estamos aqui para pedir para vocês um com-

promisso, uma certeza, uma certeza para que nós tenhamos a nossa casa própria e ninguém vier derrubar, porque a qualquer momento a liminar bate na porta aí, e nós não queremos isso. É como o Dr. Renan falou, queremos um compromisso, todos os lugares eu já bati, em todo lugar o Dr. Renan, já bateu, tem feito um trabalho belíssimo, um advogado competente nessa área fundiária, ele tem feito coisas boas para nós, a Prefeitura tem nos ajudado como disse o Vereador, foram várias negociações com a dona do lote, como o senhor disse, o Fortunato, mas para conseguir a negociação tem que mostrar o documento, e, ela tem, infelizmente ela tem do Lado B. O Lado A não, é apenas uma Licença, mas o Lado B, ela tem esse documento. E é esse Lado que a gente bate com mais frequência, com mais vontade, é no Lado B, neste momento é o Lado B. Queremos a sua ajuda, Deputado, obrigado pelo senhor já se comprometer com a gente por 2017, queremos o apoio de todos os Deputados aqui também. Está bom? Essas são as minhas palavras como Líder deste povo, como ajudante deste povo nesta caminhada. Muito brigada.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Muito obrigado. Parabéns pelas palavras.

O SR. EDWILSON NEGREIROS - Deputado Aécio, só queria pedir para Vossa Excelência pedir que faça aqui ao senhor Dr. Fortunato, para que a gente chegue ao valor desta área o quanto antes, porque não adianta a gente conversar com o Governador sem o valor real da área. Então nós vamos aqui mais uma vez pedir ao senhor Dr. Fortunato, que dê urgência no bairro Aparecida, porque com esse valor, a gente já abre uma linha de raciocínio e uma discussão para a gente chegar a um valor venal dessa área, porque aí entra a Prefeitura Municipal de Porto Velho, entra o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa. Não tenho dúvida disso, que através dessas três, da unificação destes três órgãos nós vamos chegar a um final feliz desta história. Obrigado.

A SRA. ROSÂNGELA FERREIRA LIMA – Deputado Aécio, até agora só falaram do Lado B, do Aparecida e do Lado A, que tem uma situação que o pessoal não está vendo o Lado C, o Lado C está com ordem de despejo, talvez, até o dia 10 de setembro ele pode cair. Nós vamos para a mesa da Juíza, mas, pelo que o Dr. Renan passou para nós, a Juíza não está nem um pouquinho favorável a nós. Então é aí onde a gente, eu fiz esse apelo e continuaram batendo. O Lado B tem que pagar, mas o Lado C não tem que pagar nada, o velho está brigando em cima de uma posse que ele nunca teve, ele criou, primeiro ele brigava usando o documento de uma terra, aí a gente conseguiu provar que ele usava a terra, o documento da terra que ele mora, inclusive em cima, que ele dizia que nós tínhamos invadido a terra com ele morando em cima. Aí ele foi agora e entrou com uma Liminar dizendo que tem uma posse de mais de 30 anos. Não é verdade, Doutor Renan? Então a gente está correndo o risco de nós perdermos a nossa casa e antes do mês de outubro. Então nós precisamos que vocês façam alguma coisa pelo Lado C. Isso é urgente.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Qual é a situação do Lado C em termos de solução, Doutor?

O SR. RENAN MALDONADO – Então, o Lado C a gente vai ter essa Audiência no dia 09 de conciliação, eu estou, apesar da Juíza da 6ª Vara, ela não ser muito sensível no meu ver nesta situação de ocupações, mas, eu tenho esperança que a gente vai ter uma conversa com o advogado da outra parte, a gente vai também sensibilizá-la. Eu tenho muita esperança até porque lá já tem a eletrificação, já tem toda uma situação consolidada. E a gente, o nosso propósito é provar que realmente quem alega ser proprietário não é proprietário e quem alega ser posseiro não é posseiro. A gente vai levar testemunhas e tudo, então a gente tem esperança, Rosângela, da gente, obter êxito nesta audiência, vamos ser otimistas. Mas claro, fica sempre o nosso pedido para a Assembleia a qualquer momento nos ajudar.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Nós tivemos aqui o posicionamento último do Vereador Edwilson, sobre o tempo para avaliação. O Doutor Fortunato já disse que em aproximadamente 12 dias essa avaliação será feita e, aí, nós teremos como partir a peregrinação atrás de Governo e de Prefeitura para ajudar na solução do problema. Então a gente depende no momento da avaliação para que nós possamos correr atrás do recurso. Lembrando que a gente nem tem às vezes necessidade de todo esse recurso para o início de negociação com o Banco do Povo, porque aí depende da forma como é que vai ser colocada a negociação. O Banco do Povo não vai pagar isso à vista tudo de uma vez. Então tem uma forma que dá para ser dividido, quer dizer, vai depender da avaliação para que nós possamos em cima desta avaliação trabalhar em cima de uma negociação, tendo esses três segmentos, os dois, Executivo e o Legislativo, para dar aporte financeiro ao Banco do Povo, para se fazer uma proposta, e a forma de dividir e fazer a conciliação. Então tudo parte da avaliação e depois das nossas peregrinações Prefeitura e Governo do Estado.

O SR. GUILHERME ORNELAS – Deputado, porque como a nossa Líder falou ali, o caso aqui é diferente lá do Universitário. O Universitário foi uma desapropriação, o Doutor falou ainda tem a possibilidade do excesso de avaliação do Judiciário determinar. Neste caso, não, eles querem pagar. Então assim, este aporte inicial ele vai ter o retorno com o pagamento por parte deles, então a gente tem que estudar até como é a forma disso, um ofício ao Banco do Povo, um esclarecimento do Banco do Povo é importante para gente ver como é a locação deste recurso? Qual que é a natureza que precisa ser de uma vez, como o senhor bem colocou? Então é importante o Banco do Povo estar nesta negociação também para esclarecer, para a gente ter mais informações como essa negociação pode prosseguir. Obrigado, deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Eu quero agradecer todos por terem participado. Quero dizer que pelo menos uma luz para uma solução se levantou, e eu acho que a principal é da gente trazer os três segmentos, os três Poderes, os dois Executivos e o Legislativo para fazer parte dessa negociação e da solução. Sabemos e ouvimos todos aqui, que todos os moradores que lá estão, são pessoas de bem e não querem nada de graça, querem como disse a nossa Presidente, querem

suas casas e querem dormir tranquilos nas suas casas, estão dispostos a pagar, estão dispostos a negociar, não querem é ser chutados, igual corre o risco hoje. Então eu quero agradecer todos os moradores que vieram, pedir perdão por, talvez, não ter conduzido da forma que vocês gostariam, principalmente por não estar à frente do processo já que o Deputado Léo Moraes que é o proponente, é o que estava à frente deste processo, mas, ele está na frente, continua na frente, eu vou estar junto com ele em todo esse processo, e dizer que nós esperamos que através dessa audiência, a gente possa ter encontrado meios para solucionar o problema, esperamos que 2017 não seja tarde, mas, infelizmente eu não vejo solução neste ano de 2016 por causa da questão eleitoral e principalmente por causa dos orçamentos de 2016 que já foram executados, principalmente no que se diz respeito as emendas. Quero agradecer a todos vocês, desejar uma ótima tarde a todos, agradecer a presença do Vereador Edwilson Negreiros, agradecer a presença de todas as autoridades e se Deus quiser nós vamos chegar a uma solução e que os moradores possam ficar tranquilos, em nome de Jesus.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 16 horas e 56 minutos).**

**ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Em 16 de Agosto de 2016

Presidência dos Srs.

Ribamar Araújo - Deputado
Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Maurão de Carvalho - Presidente

Secretariado pelos Srs.

Lebrão - 1º Secretário
Jean Oliveira - Deputado
Edson Martins - 1º Vice-Presidente

(Às 15 horas e 15 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 37ª Sessão Ordinária Legislativa da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 15 horas e 30 minutos o senhor Ribamar Araújo passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 160/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 676.705,54, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM”.

02 – Ofício nº 053/2016 – Poder Judiciário, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera o Código de Organização Judiciária do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

03 – Ofício nº 2459/2016 – SEAGRI, informando que o Projeto referente à II Feira de Negócios e Tecnologias Rurais Sustentáveis de Porto Velho – PORTOAGRO, encontra-se no setor de convênios com despacho da Procuradoria Geral do Estado - PGE, com pendências a serem sanadas.

04 – Ofício nº 1226/2016 – DETRAN, encaminhando informações sobre o Concurso Público 001/2014, realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN.

05 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência na sessão do dia 28 de junho de 2016.

06 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 05 de julho de 2016.

07 – Comunicado nº AL101370 a AL101388, AL053431 a AL053499/2016, AL053631 a AL053733/2016 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos agora as Breves Comunicações. Com a palavra o Ilustre Deputado Airton Gurgacz, por 05 minutos, sem apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde Senhor Presidente Edson Martins, boa tarde colegas Deputados, nossa colega sempre presente Deputada Lúcia Tereza, ao pessoal aqui da imprensa, as pessoas que estão aí no nosso Plenário, aos funcionários desta Casa.

Nós queremos aqui hoje registrar o falecimento do Sr. Eneildo Fernandes da Silva, ocorrido no último dia 14.

O Sr. Eneildo nasceu em Minas Gerais em 1921 e foi um dos pioneiros de Ji-Paraná chegando em 1979 onde sempre trabalhou no campo, criou toda sua família.

O Sr. Eneildo deixa a esposa Dona Maria, 09 filhos, netos, bisnetos, tataranetos, além de um legado de amizades e compromissos com a nossa cidade de Ji-Paraná.

Então fica aí a família o desejo, que Deus conforte os corações de todos os seus filhos, de todos os seus amigos jiparanaenses e a imagem de um trabalho de um grande homem que se orgulhava de dizer: “eu sou jiparanaense”. Ele é pai do nosso eu chamo até, pai do Pastor Fernando, mas que não é dirigente da Igreja lá da Barquinha, aonde comungam lá mais de 300 pessoas e Fernando, seus irmãos, sua família, sua esposa conseguem dirigir lá com muita sabedoria aquele centro aonde é um centro religioso, aonde se faz um trabalho maravilhoso lá pelo Fernando. Então, a toda a família do Fernando, a sua mãe e a todas as pessoas da Barquinha que acompanharam os últimos dias de sofrimento de vida até o desencarne do Sr. Eneildo Fernandes que possam ter o maior conforto e dizer que nós estamos aqui de passagem, a nossa vida é muito rápida, apesar, que o Sr. Eneildo viveu 95 anos bem vividos, mas nos últimos tempos estava aí num processo até de sofrimento pela sua idade, mas assim então, a você Fernando a toda sua família, a sua mãe, nós aqui na Assembleia Legislativa, os Deputados desta Casa, a nossa família jiparanaense, o povo de Ji-Paraná te dá às condolências e sejam fortes para continuar vivendo que com certeza ele estará lá em cima nos ajudando ainda mais com sua sabedoria.

Queremos também registrar que acompanhamos o Governador Confúcio Moura na quarta-feira lá em Ji-Paraná junto com o Deputado Laerte Gomes, Deputado Cleiton Roque, o Sr. Ezequiel Neiva, onde nós fomos até o laticínio Tangará vê uma questão de um pedaço de asfalto lá de 280 metros e também fomos ver a obra do Anel Viário, uma obra que nós jiparanaenses estamos e a população de Rondônia está há mais de 20 anos na expectativa, na espera dessa conclusão dessa obra que virou uma novela, nós temos falado uma novela mexicana, porque já houve muitas promessas de Governadores que por aqui passaram e a gente sabe, nós que moramos em Ji-Paraná, o povo de Ji-Paraná sofre lá com aquela questão do trânsito dentro da cidade porque nós passamos mais de mil carretas que sobem, mais mil que descem, tem mais o trânsito na nossa cidade, tem as pessoas que também trafegam com os seus automóveis pequenos e não só vai beneficiar Ji-Paraná, mas vai beneficiar o Estado inteiro de Rondônia porque as pessoas poderão desviar o nosso centro da nossa cidade deixando para trás 33 quebra-molas e mais 08 semáforos, semáforos que é necessário e que são demorados, sendo assim, nós esperamos que o Governo consiga fazer de seis a oito quilômetros esse ano, se promete terminar até o final do ano, mas eu quero aqui na Assembleia Legislativa e que fique registrado, eu quero que queime a minha língua se conseguir fazer os

treze mil e quatrocentos metros. Eu acho que não se consegue, mas, se fizer, eu vou vir aqui e bater palma, porque nós precisamos, nós estamos num sofrimento, à população de Rondônia, à população de Ji-Paraná ela sente essa falta desse Anel Viário.

Também tivemos lá no CASE, verificou onde é que o Governador foi conhecer lá onde fica o Centro Socioeducativo, uma obra fantástica, eu acho que é a melhor obra aqui da nossa região do Estado de Rondônia e da Amazônia, depois fomos até a Rádio Eldorado e depois a TV, mas sempre aí acompanhado pelos Deputados Cleiton Roque e Laerte Gomes aonde o Governador prometeu, fez as promessas junto com a sua equipe do DER que quer fazer e nós esperamos que consiga terminar de verdade esse Anel Viário que tanto nos atrapalha, que tanto nos... A população não acredita mais em nós políticos que estamos aí com uma situação tão delicada com essa questão do país aí de Lava Jato, essas situações todas. Então, eu quero, eu acho que se faz de 06 a 08, não acredito que termine, mas se terminar eu vou ficar muito feliz, eu acho que vamos fazer uma grande festa lá junto com a população de Rondônia, junto com todos. Então, também acompanhamos vários asfaltos de ruas, que tem ainda um asfalto bom que está sendo feito na nossa cidade, vários quilômetros, dos 50 faltam 08 KM ainda e nós temos acompanhado lá esse trabalho de asfaltamento. Também esperamos que essas obras se encerrem esse ano e termine 50 Km dessa promessa de ainda quando nós estávamos Deputada Lúcia Tereza, vice-governador do Estado, mas, houve problema no aeroporto, aí se deu prioridade para o aeroporto e aí ficamos um ano sem fazer asfalto e agora houve um atraso, mas, que nós acreditamos com esse tempo que está, que precisamos também da chuva, mas que acho que vai dar para fazer esse término dessas obras. Então, eu quero aqui agradecer senhor Presidente, meus caros colegas e isso é o que eu tinha para esta tarde de hoje. Muito obrigado a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Ailton. Eu, quando disse no início do Expediente das Comunicações de Lideranças; eu digo: Breves Comunicações. E com a palavra agora o ilustre Deputado Laerte Gomes, por cinco minutos, sem apartes. O Deputado Laerte está ausente do plenário, inverter aqui com o Deputado Luizinho Goebel, que possa fazer uso da palavra por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Saudar a todos os senhores, todas as senhoras, as pessoas que nos visitam, toda imprensa. E venho a esta tribuna para falar sobre um tema muito importante que fala da vida, que fala da vida humana e parte deste tema está exatamente relacionado à saúde pública. E nós temos trabalhado muito, dedicado boa parte do nosso mandato para que nós possamos avançar no atendimento e na melhoria do atendimento da saúde pública, principalmente da cidade de Vilhena, que é a minha cidade, uma cidade polo que contempla todos os municípios do cone sul do Estado de Rondônia, Colorado, Cerejeiras, Pimenteiras, Corumbiara, Chupinguaia e Cabixi. E todos os pares aqui sabem que no início do ano, nós tivemos a presença do Prefeito que veio a pedido da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, aonde que apresentou dados referente a prestação

do serviço de saúde. Então, na nossa cidade de Vilhena e no cone sul do Estado de Rondônia. E quando eu falo disso, desse setor tão importante para vida das pessoas, eu sei que já tenho feito a minha parte Deputada Lúcia Tereza, que já foi Prefeita, o Deputado Só Na Bença que trabalha muito nessa área da saúde e o nosso mandato já tem sido importante. Para se ter uma ideia, eu levei um recurso através de Emenda Parlamentar individual do Deputado Luizinho Goebel, aonde que nós ampliamos e reformamos todos os postos de saúde da área urbana do município de Vilhena, todos os postos de saúde foram reformados e ampliados através de emendas do Deputado Luizinho Goebel. Nós fomos além, nós levamos meia dúzia de ambulâncias, 06 ambulâncias que também atende a cidade de Vilhena. Mas, sabemos que precisava mais e hoje nós recebemos ajuda do Deputado Só Na Bença, numa parceria com o Deputado Luizinho, que nós próximos meses vamos entregar mais uma ambulância e também uma Emenda do Deputado Lebrão que também contemplará o município de Vilhena com uma ambulância. Outra luta importante que nós travamos, foi para implantação da 1ª UTI pública do interior do Estado de Rondônia e ela foi implantada na cidade de Vilhena. Nós recebemos Emendas de praticamente todos os Deputados da 6ª Legislatura desta Casa, da 6ª Legislatura. Eles contribuíram e com isso nós implantamos 10 leitos de UTI adulta na cidade de Vilhena, 10 leitos de UTI, a primeira pública do interior do Estado de Rondônia. Mas, nós fomos além, juntamente com os demais Deputados que nós viemos buscar emenda, também levamos equipamentos para que nós pudessemos implantar 05 leitos de UTI neonatal na cidade de Vilhena. Este equipamento já foi adquirido, parte dele está sendo usado e nós aguardamos agora a construção da nova estrutura que vai receber essa UTI Neonatal, mas hoje ela já funciona como uma parte dentro das instalações existentes dentro do Hospital Regional. Além disso, nós também levamos recursos para compra de material penso e medicamentos, em anos anteriores e neste ano de 2016, eu coloquei uma emenda no valor de um milhão de reais para compra de medicamentos para atender o hospital Regional de Vilhena. E também colocamos um recurso, estamos aguardando aquisição de um equipamento extremamente importante que é um aparelho de Raio X digital, imaginem só, imaginem só, o hospital Regional de Vilhena que atende a todos esses municípios, ele tem um aparelho de Raio X que tem mais de trinta e cinco anos de uso, é aquele sistema de filme Raio X que é revelado e que muitas vezes quando se depende de entrar na regulação do Estado, Deputado Lebrão, esse Raio X tem que sair de Vilhena, por ônibus ou taxi, chegar até Porto Velho ou Cacoal para que o médico possa fazer uma análise para colocar o paciente na vez, na sua vez na regulação. Então, nós colocamos um recurso para compra do aparelho de Raio X de última geração digital. Nós também conseguimos fazer com que o Governo do Estado adquirisse uma nova sede onde foi implantada Delegacia Regional de Saúde, e dentro da estrutura física da Delegacia Regional de Saúde, também foi implantado uma sala de frios que é conhecida que é para armazenar as vacinas levadas de Porto Velho, ou seja, hoje lá, nós temos uma estrutura onde há um depósito com grande quantidade de vacinas para atender qualquer necessidade urgente, e além dessa estrutura física, da sala de frios que é a sala das vacinas, também nós

conseguimos um caminhão câmara fria junto à Secretaria de Estado de Saúde, que nos enviou um caminhão câmara fria para fazer o transporte dessas vacinas. Nós fomos, além disso, Deputado Edson Martins, nós implantamos atendendo um clamor de todas as mulheres do nosso município de Vilhena e da região, do Cone Sul do Estado de Rondônia, região essa que o nosso amigo Euclides Maciel que aqui chega, Ex-Deputado, nosso companheiro, já morou em Vilhena e sabe do que eu estou falando, Deputado Airton Gurgacz. Nós implantamos esse mamógrafo, e quando implantado esse mamógrafo antes dele, o Governo do Estado disponibilizava em torno de vinte e cinco exames por mês para que nós pudessemos fazer os exames de preventivo do câncer de mama, e tinha uma fila de duas mil pessoas, duas mil pessoas, duas mil mulheres, e a partir da implantação desse equipamento, nós passamos a fazer em média de vinte e cinco exames por dia, e essa fila já não existe mais, acabou e nós temos um aparelho que lá disponibiliza esses exames em torno de vinte e cinco por dia, e a nossa clientela hoje, só é entorno de dez pessoas, dez mulheres que procuram para fazer esse exame, então, também foi um grande avanço na saúde. E porque estou falando isso? Que tudo isso foram ações de extrema importância e relevância para nossa sociedade, mas nós queremos mais, nós temos obrigação de fazer mais, eu entendo que nós temos muitas prioridades, mas entre elas a maior prioridade é a vida, é o ser humano, é a saúde das pessoas que buscam acima de tudo esse atendimento na área pública de saúde, e por isso no dia de ontem, nós tiramos para visitar obras importantes, que nós também já defendemos e que estão em execução na nossa cidade de Vilhena. E aí Deputado Aécio, entre elas, nós temos uma UBS Unidade Básica de Saúde sendo construídas no setor 12, e no setor 13 do município de Vilhena, nós temos o maior centro de reabilitação da Região Norte do País sendo construída na Cidade de Vilhena, nós temos a Policlínica que o Estado fez a obra atendendo ao nosso pedido, a obra está pronta e agora, nós vamos buscar equipar essa estrutura física construída que é a Policlínica, que é um centro de atendimento de saúde pública de especialidades, e lá nós queremos ter médicos pediátrico, ortopedistas, cardiologistas, oftalmologistas enfim todas as área de saúde específicas deverão ser atendida dentro dessa Policlínica. E a última é a UPA, Unidade de Pronto Atendimento de Saúde, que é um sonho nosso, uma necessidade da população e que hoje a obra já está concluída. E por que eu falei de tudo isso? Porque foram coisas que nós trabalhamos, conquistamos, e que agora nós vamos colocar praticamente todas as minhas emendas do ano de 2017 que serão asseguradas do orçamento de 2016, serão para que nós possamos fazer funcionar de fato, a UPA que é a Unidade de Pronto Atendimento de Saúde na cidade de Vilhena, e esta UPA vai atender a toda grande região do Nova Vilhena. E já estamos trabalhando com uma nova UPA que será construída na grande região do bairro Cristo Rei, setor 17, 27, 19, Jardim América, Marcos Freire, Bodanese, e esse é o nosso desejo e a nossa luta e que com certeza nós vamos conquistar. E também a questão da Policlínica que hoje atenderá toda a grande região do Nova Vilhena, mas que também, nós estamos trabalhando para levar uma Policlínica desta para atender a grande região do Cristo Rei e todos os adjacentes. E o Centro de Reabilitação, esse, então, que atenderá todo o município de

Vilhena e a cidade do Cone Sul do Estado. Então eu quero aqui adiantar o nosso compromisso de melhorar a saúde pública, de melhorar o atendimento de saúde pública para que todas as pessoas que necessitem tenham acesso. E garantimos mais uma vez um compromisso que estamos assumindo com a população de colocar a grande maioria das nossas emendas para ajudar no mobiliário e no funcionamento dessas unidades, que com certeza, serão importantes na melhoria desse atendimento dessa saúde pública. E para isso eu tenho certeza que nós também pediremos o apoio da Assembleia Legislativa, do Governo do estado de Rondônia, dos demais Deputados Estaduais para que juntos nós possamos atender com saúde pública a região mais longínqua da Capital Porto Velho. Porque imaginem só, quem está mal, quem está doente, quem está precisando de socorro urgente entrar em uma ambulância lá na pequena cidade de Pimenteiras do Oeste. A cidade mais distante da Capital Porto Velho, está há 1.000 quilômetros daqui, e sair de lá doente, buscando socorro imediato até chegar em uma Unidade de Saúde aqui na Capital Porto Velho é como se nós estivéssemos, realmente desassistidos. E é por isso que nós temos essa preocupação, estamos reafirmando o nosso compromisso com a saúde, mas principalmente com a região mais distante da Capital Porto Velho que é a nossa região do Cone Sul do Estado de Rondônia. Por isso agradeço, e de antemão já peço o apoio de todos os nobres Pares desta Casa. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Luizinho Goebel.

Registrar a presença do Geralzinho, acompanhado de uma Comissão de Produtores Rurais lá da Reserva Extrativista de Jacundá, no município de Cujubim. Obrigado aí pela presença de vocês, com certeza visitaram hoje vários gabinetes fazendo aí uma reivindicação mais justa que é realmente a regulamentação fundiária daquela área onde vocês ocupam hoje, trabalha e produz e gera riquezas. Obrigado aí pela presença. Registrar também a presença do irmão Denis, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim. Muito obrigado pela presença. Registrar a presença do senhor Ezídio Mateus, vice-Presidente do Sindicato das Casas Lotéricas de Rondônia, e também do senhor Francisco de Assis, Presidente do Sindicato das Lotéricas de Rondônia e as demais pessoas aqui presentes. Agradeço a presença e o Projeto de vocês vai ser incluído na Ordem dia com a reivindicação de uma alteração de uma Lei que eles às vezes ficaram prejudicados, muitos deles que ocupam espaço físico hoje que não é possível de adequar, instalando de imediato os banheiros. Aonde uma Lei foi aprovada, mas com certeza, e vocês teriam que fazer investimentos e nós entendemos, eu entendi que vocês, a reivindicação de vocês eu acho que é justa, e do pouco lucro hoje que é uma casa lotérica e o gasto é muito grande, seria imediato com certeza o projeto é de uma boa intenção de dar mais tranquilidade e conforto ao usuário, mas no momento as casas lotéricas, realmente seriam prejudicadas. Esse projeto será incluído na Ordem do Dia, alterando essa Lei.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Quero agradecer e registrar a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Milton de Jesus, lá da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé. Dizer que nos sentimos muito honrados com a sua presença. Seja bem-vindo a esta Casa e parabéns pelo seu brilhante trabalho.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, só uma Questão de Ordem, também.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Eu quero agradecer a presença de todos os lotéricos aqui do Estado, em particular dos meus amigos que vem lá de Machadinho d'Oeste para engrossar esse coro aí dos lotéricos do Estado, meu amigo Marcelo que tem lotérica lá no município, a Lotérica Líder, e também o Genilson que junto com seus sócios são proprietários de uma outra lotérica lá no município, e dizer que podem contar com meu apoio, Marcelo.

O SR. LEBRÃO - Ainda por questão de ordem, Sr. Presidente, agradecer e parabenizar a querida esposa do nosso querido Deputado Laerte, a Suelen, que está presente juntamente com a sua filha Ana Luísa, e vamos conceder uma medalha de Mérito Legislativo por tolerá-lo, não é fácil não.

O SR. SÓ NA BENÇA - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não Deputado Só na Bença.

O SR. SÓ NA BENÇA - Quero aqui também cumprimentar e agradecer a presença do Geralzinho, já foi falado agorinha aqui, mas estive no meu gabinete, a gente vai voltar a conversar, e todos os seus companheiros aqui presentes que Deus abençoe, sejam bem-vindos a esta Casa, aqui é a nossa casa, e também todos os lotéricos que estão presentes, e nós estamos aqui nesta Casa para defender aquilo que é de direito de cada um de vocês. Muito obrigado.

O SR. SAULO MOREIRA - Sr. Presidente, questão de ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não, Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero aqui também agradecer a presença de todos os representantes das casas lotéricas de todo Estado de Rondônia, em especial a todos que estão aqui nesta Casa e que estiveram hoje também em meu gabinete na pessoa do meu amigo Ezídio, de Ariquemes, e demais companheiros de Machadinho d'Oeste, enfim de várias cidades, onde nós também os atendemos e o assunto foi com relação a retirada desse artigo da lei que obriga as casas lotéricas de alguns investimentos que eles precisam fazer nas casas lotéricas. Eu estou aqui com a cópia da lei já protocolada nesta casa de autoria do Deputado Maurão e também do Deputado Lazinho da Fetagro, eu também assinei esta emenda que é exatamente retirando essa responsa-

bilidade dos companheiros das casas lotéricas. Ao mesmo tempo também a gente quer parabenizar todos vocês por essa união da classe, parabenizá-los pelo excelente trabalho que vocês desenvolvem através das atividades que beneficiam diretamente a população com agilidade no atendimento, e nós também estamos tratando junto a classe dos lotéricos o convênio com o DETRAN e Caixa Econômica para que as casas lotéricas também possam receber outros tributos, em especial do DETRAN que não estão podendo ser recolhidos nas casas lotéricas exatamente por falta desse convênio, já está em fase de conclusão e muito em breve também poderão estar atendendo essas necessidades da população que é o recolhimento de tributos diretamente do DETRAN. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO - Ainda para questão de ordem, senhor Presidente. Quero registrar e agradecer a presença do ex-vereador de São Francisco, hoje morando em Cujubim, mas fez um brilhante trabalho como vereador, meu amigo particular, o Maninho seja bem-vindo, é uma honra tê-lo mais uma vez aqui na Assembleia Legislativa você que sempre marca sua presença e que hoje enriquece muito o município de Cujubim fazendo parte das pessoas que escolheram o município de Cujubim para ali constituir a sua família e ali viver. Parabéns.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Presidente, só mais uma questão de ordem para fechar a minha participação aqui na sessão.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois ao deputado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Agradecer também a presença, registrar a presença do Vereador Geraldinho de Cujubim, nosso amigo e seus amigos que estão nos acompanhando, se são amigos do Geraldinho são nossos amigos também. Cumprimentar também o Laerte Júnior que está aqui, a dona Suelen, sejam bem-vindos a esta Casa, o Laerte Filho, Júnior é a mesma coisa, Laertinho está por aí, a Ana está também, sejam bem-vindos aqui, são meus amigos também e amigos da minha família também.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Registrar a presença do Sr. Edison Rigoli, Presidente do Sindicato dos Engenheiros, obrigado pela presença.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o Ilustre Deputado Laerte Gomes, por 05 minutos, sem apertar.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimentar em nome do Deputado Cleiton Roque os nossos colegas deputados, público que está aqui nas galerias, internautas que estão em casa, cumprimentar o Maninho aqui, reforçar as palavras do Deputado Lebrão e toda a comitiva de Cujubim, Deputado Ezequiel, que está aí para inclusive conversar com os deputados, conversar com o Presidente da Assembleia sobre uma questão de uma área do Cujubim onde essas pessoas estão com problemas graves, com ameaças até de serem expulsos das suas propriedades, então mais tarde nós vamos poder conversar com o Presidente junto com esses nossos irmãos lá do município de Cujubim. Também cumprimentar aqui os donos, proprietários de casas lotéricas que hoje estão aqui presentes conosco na Assembleia,

sejam muito bem-vindos a esta Casa, a verdadeira Casa do povo que debate os problemas da nossa sociedade. Com certeza, Presidente Edson, Deputado Aécio, com certeza com tanta declaração de apoio que já teve aqui nesta Casa vocês vão sair daqui vitoriosos, sem dúvida nenhuma disso.

Dizer, senhor Presidente, que o que me traz a esta tribuna hoje é o desrespeito. O desrespeito, Deputado Lebrão, do banco do Brasil para com servidores desta Casa, para com os funcionários desta Casa, para com os Deputados. O banco do Brasil detém a folha de pagamento da Assembleia e acha que por ter isso ele pode tratar os servidores, os parlamentares desta Casa de qualquer forma. Hoje eu disse ao Presidente, o Presidente tem que rever essa ação dele, porque chega de falta de respeito, falta de consideração você vai nesse terminal aí, é uma vergonha. É uma vergonha! Quando não está fora do ar, não tem dinheiro. Um terminal só dentro desta Casa, fila de pessoas para poder fazer os seus pagamentos, seus saques, e o banco do Brasil infelizmente desrespeita e trata de qualquer forma aqui os servidores da Assembleia e os parlamentares desta Casa. Então eu queria deixar aqui, senhor Presidente, registrado isso, registrado o nosso repúdio, a nossa indignação da forma que o banco do Brasil faz aqui com a Assembleia Legislativa. E faz também com a população lá fora. Você vai aos municípios do interior, final de semana, Deputado Saulo, você vai sacar dinheiro não tem dinheiro, terminal fora de área. Nas filas de atendimento, nos horários normais de banco é uma demora, não tem estrutura nenhuma. Os banheiros que querem colocar nas casas lotéricas, o banco do Brasil não tem. O atendimento é péssimo, péssimo, do banco do Brasil. Então eu disse aqui hoje ao nosso Presidente, na parte da manhã, Deputado Lebrão, Vossa Excelência que é o 1º Secretário, Deputado Edson o Vice-Presidente, que a nossa Mesa Diretora, o nosso Presidente tem que tomar uma atitude com relação ao banco do Brasil. Já que o banco do Brasil, Deputado Alex Redano, Deputado Cleiton, não quer respeitar os servidores, os parlamentares desta Casa, que se leve a folha de pagamento para outro banco, outra instituição financeira que respeite, que trate, no mínimo, com dignidade seus usuários que fazem parte da Assembleia Legislativa. Não estou nem falando lá de fora, que é uma vergonha, estou falando daqui. Então, senhor Presidente, eu queria deixar isso aqui. Queria levar essa nossa reclamação à Mesa Diretora desta Casa, para que tome providências imediatas com relação a essa reclamação, que a gente tem ouvido em toda Assembleia Legislativa. Falando disso, senhor Presidente, para concluir também, cumprimentar minha esposa que está aqui, Suelen, os meus filhos, Laerte Filho e Ana Luísa, que estão aqui hoje no plenário desta Casa para acompanhar aqui a nossa Sessão. Os filhos para acompanhar o trabalho do pai e a esposa para fazer companhia para esse marido exemplar que tem, Deputado Lebrão. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte, pelo seu discurso. Eu vou pedir que seja encaminhado esse pedido, esse Requerimento do Deputado Laerte, essa denúncia quanto ao banco do Brasil. O banco do Brasil, no mínimo realmente precisa ter mais respeito não só aos parlamentares desta Casa, ao público, a todo público do Estado de Rondônia. Podemos citar exemplos em alguns municípios, no

município de Urupá, por exemplo, aonde tem quatro servidores para atender toda a população lá no Banco e realmente é desumano tanto para os clientes quanto para os servidores. Por isso eu acho que o Banco do Brasil realmente precisa rever essa situação e que possa oferecer realmente o mínimo necessário de condição de atendimento para a população.

Ainda nas Breves Comunicações, o Deputado Adelino Follador está inscrito, mas ele retirou e vai se inscrever em outro Expediente. Então, encerrado as Breves Comunicações passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos com apartes. O Deputado Jesuíno não está presente. O Deputado Lazinho da Fetagro é o segundo orador inscrito. Deputado Lazinho da Fetagro também está ausente. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Léo Moraes, por 20 minutos com apartes.

O SR. LÉO MORAES – Gostaria de desejar uma boatarde a toda população que nos prestigia, está presente aqui na galeria da nossa Assembleia Legislativa, Casa do Povo, o ponto de encontro para dirimirmos os problemas e minimizarmos todas as mazelas que a população do Estado de Rondônia encontra-se e é assolada no seu dia a dia, nas suas atividades laborais. Cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Deputado Edson Martins. Cumprimentar os demais colegas Deputados Estaduais, em nome do meu amigo Deputado Ezequiel Junior, que eu tive a alegria de conhecê-lo através dos nossos desígnios, das nossas missões, da nossa atividade de parlamentar e hoje posso dizer que o tenho como um amigo. De forma muito breve, cumprimentar os proprietários de lotéricas, casas lotéricas que aqui estão reivindicando um direito e nada mais justo e razoável e legítimo que aqui estejam para debater com esse grande mosaico que faz parte da representatividade parlamentar que são os Deputados Estaduais sejam muito bem-vindos.

Gostaria de fazer uma manifestação em relação a algo que me chama muita atenção e me preocupa, Maurício Calixto, nosso grande comunicador, advogado que se faz presente. Por várias vezes nós discutimos aqui na Assembleia Legislativa direitos dos servidores, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, melhorias, capacitação e qualificação dos servidores públicos do Estado de Rondônia e todas às vezes a unanimidade sem exceção nos foi falado em alto e bom tom que o Estado encontra-se no momento de dificuldade de forma arrazoada, explicou-se, que o Limite Prudencial está estourado que nós já passamos o limite estabelecido pela própria Lei e que por conta dessa situação nós não teríamos como discutir melhorias, vantagens e benefícios para os servidores públicos. É bem sabido que o servidor público quando se fala de dignidade perpassa obrigatoriamente por condições de trabalho, por qualificação, mas, sobretudo, por dinheiro no bolso, porque assim como todos aqui da nossa galeria e todos os Deputados, esses servidores também possuem as suas famílias, os seus filhos e os seus compromissos seculares das suas rotinas e com muita preocupação e perplexidade eu recebo o demonstrativo de despesa com pessoal do 1º quadrimestre do ano de 2016 e gostaria de fazer uma leitura muito breve:

Apuração do Cumprimento do Limite Legal, Receita Corrente Líquida R\$ 5.882.366.543,24.

Despesa total com Pessoal: R\$ 2.623.928.168,00. O equivalente a 44.61% do total.

Limite Máximo da Legislação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal: 49%.

Limite de Alerta: 44.1 e Limite Prudencial 46.55.

E a Despesa Total: 44.61 Deputado Aécio da TV que é Economista, que tem muita competência para trabalhar com números e nos subsidia em todas as matérias que diz respeito a finanças, execução orçamentária e também parte financeira.

Nós estamos ainda a quase 2% de alcançar o Limite Prudencial, isso em valores absolutos é uma quantia vultuosa, é muito dinheiro que ainda pode ser aplicado e que pode trazer benfeitorias aos servidores do Estado de Rondônia como também a implementação de política públicas a prestigiar e beneficiar a população do Estado de Rondônia.

Então gostaria, e já vou apresentar o Requerimento para que nos passem de forma detalhada todas as despesas para que nós possamos acabar pelo menos acabar com uma falácia, uma conversa que não é compatível com a verdade, que nós estouramos o Limite Prudencial. Nós não estouramos, isso daqui são dados fornecidos pelo Portal da Transparência que é aberto a toda população, isto é, informação fidedigna e pública e que nos causa estranheza e preocupação, se é por outro motivo Manvailer que nos explique, mas não, que entreguem essa conta, essa fatura a população que não deve pagar mais uma vez. Fica aqui o alerta e logicamente a preocupação.

No íterim de outras discussões gostaria de falar a respeito da Usina de Santo Antônio que nós tivemos uma Audiência Pública para trabalhar e tratar a questão do aumento da quota em 80 cm da Usina de Santo Antônio.

Participei da Audiência, uma Audiência conturbada, polêmica, onde os ânimos estavam exaltados e nós pontuamos naquela oportunidade a falta de comprometimento de responsabilidade com o povo de Rondônia no que tange aos compromissos anteriormente firmados em relação às turbinas que já estão instaladas em operação; 44 turbinas que nós fizemos estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, protocolo de intenções e nada foi cumprido. Nossa população está esmorecendo, está extremamente vulnerável aos problemas que as Usinas assolam o nosso povo. Joana d'Arc é uma área improdutiva, solo totalmente encharcado que não se produz mais nada, os nossos distritos extremamente prejudicados, alagados, sem postos de saúde que foi prometido, sem escolas, sem creches e no memento quando se tem o interesse de visar o lucro com a pecha, com a justificativa de que trará produtividade, que trará progresso e desenvolvimento para o nosso Brasil, eles promovem uma Audiência Pública de forma açodada, de forma acelerada mais uma vez desmerecendo ao nosso povo de Rondônia. Já herdamos as mazelas, a grande desgraça de um outro ciclo que aqui aportou, foi assim na época da borracha, foi assim na época do ouro e mais uma vez o povo de Rondônia está sendo tratado como massa de manobra. Fica aqui o alerta aos nossos colegas, para que nós possamos discutir essa matéria com profundidade. Nós aqui não somos saco de cimento, nós não somos objetos e não é como antigamente quando aqui aportaram nestas terras tupiniquins oferecendo espelhos e miçangas para os nossos índios que nós iremos nos prostituir. Fica o alerta para que mais uma vez não erramos, errar uma vez faz parte

do processo, mas que a gente possa corrigir e sanear os problemas que o nosso povo de Rondônia, tão temido povo de Rondônia vem enfrentando e principalmente na capital de Rondônia. No mais, agradecer a Secretaria de Educação por atender o chamamento, um pedido de nossa autoria junto com outros Deputados e distribuir para 60 escolas, Deputado Aécio da TV, que é o Deputado que mais investe na capital em escolas; fornecer para 60 escolas do Estado, escolas públicas material e equipamento de fanfarra, de modo que possa resgatar a nossa cultura, trazer pertencimento e demonstrar que nós temos identidade e uma identidade com muita qualidade, com habilidade e com dom que nós devemos a todo momento explorar, isso é uma atividade que certamente retira pessoas e adolescentes da ociosidade, da marginalidade e gera esperança de dias melhores. Agradecer a SEDUC e também agradecer a oportunidade de conversar com todas Vossas Excelências. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Léo Moraes, parabéns pelo seu discurso.

Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças, passamos a Ordem do Dia. Solicito o Senhor Secretário que proceda a leitura das Proposições Recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das Proposições Recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Altera a redação da Emenda dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei nº 2.482, de 26 de maio de 2011; alterada pela Lei 3.791, de 25 de abril de 2016.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a Criação da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal – DEPA, no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO. Declara de Utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Jorge – ASJOR, no município de Ariquemes - RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja observado nesta Sessão, um minuto de silêncio em homenagem ao ex-servidor desta Casa, Carlos Araújo Neves.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer informações junto a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Rondônia – IDARON, nos termos do artigo 29, inciso XVIII; artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e artigo 179, inciso III do Regimento Interno, cópia do relatório ou decisão das medidas tomadas por este órgão referente as denúncias de irregularidades do servidor Rafael Evangelista da Silva Chaves, formulada pelo Dr. Abdiel Afonso Figueira. Conforme cópia do requerimento e despachos em anexo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a realização de Audiência Pública para o dia 22 de agosto, às 15:00 horas, para debatermos os 10 (dez) anos de efetivação da Lei Federal nº 11.340/06. (Lei Maria da Penha).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de Energia Elétrica, Água e Esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra de documento no que tange a mensagem 158 de 08 de agosto de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que “Altera o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, a alienar os bens imóveis registrados ao Fundo Previdenciário Financeiro do Estado de Rondônia”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra de documentos no que tange a mensagem 157 de 08 de agosto de 2016 do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei em que “Institui a Política Estadual de Fomento a Economia Solidária no Estado de Rondônia - PEFESRO, cria o Conselho Estadual de Economia Solidária e dá outras providências”.

– REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra de documentos, no que tange a Mensagem 155, de 08 de agosto de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei, que “Dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 31 de agosto de 2016, às 9:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 82, de 25 de abril de 2016, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para o Subtenente RR PM Lindomar Almeida Passos, que faleceu no dia 29 de julho de 2016, decorrente de acidente de trânsito, na cidade de Porto Velho, capital do Estado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAD. Requer Voto de Pesar para o Agente da Força Nacional Soldado PM Hélio Andrade, que faleceu no dia 11 de agosto de 2016, baleado durante ataque a um carro de corporação no complexo de favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares do jornalista Carlos Neves, pelo seu falecimento.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares de José Augusto de Oliveira, pelo seu falecimento dia 05 de agosto de 2016.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares da servidora Mirian da Silva Costa, pelo seu falecimento.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação da Rua Quincas Borba, entre as Ruas Benedito Inocêncio e Clementino de Jesus, no bairro Três Marias, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para execução de 03 quilômetros de asfalto no Distrito de Izidolândia, no município de Alta Floresta do Oeste.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Institui no Estado de Rondônia, o acesso gratuito aos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de pulmão, DPOC, asma grave e enfisema pulmonar, à medicação de prescrição.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica Excelentíssimo Senhor Governador do Estado com cópia a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia - SESDEC, da necessidade de serem providenciados os meios necessários à garantia de segurança aos moradores do Distrito de Vitória da União, município de Corumbiara.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem DER, para execução de 02 quilômetros de asfaltos na FA RO 01 no perímetro urbano do distrito de Querência do Norte, município Primavera de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiro, a necessidade de criação de função gratificada para o cargo de Engenheiro no Corpo de Bombeiro.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Prato, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tracajás, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ingá, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Trombone, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Sanfona, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Viola, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tuba, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Acordeon, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Saxofone, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Jerônimo Santana, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua 12 de Dezembro, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Alegrete, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Oito, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Opala, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Banjo, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Siri, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Reco Reco, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Agogô, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Santarém, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Harpa, Bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Chocalho, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Violoncelo, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Cavaquinho, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Guitarra, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Triângulo, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Santarém, bairro Castanheira em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Sobral, bairro Aeroclube em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mogno, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Vitória Régia, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua das Camélias, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Benjoeiro, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Soim, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Peroba, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Orquídeas, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Quatipuru, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Saul, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Raja, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Preto, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Cadeias, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ique, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Amburana, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ibirapitinga, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Freijó, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Massaranduba, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Aquariquara, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Preciosa, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Papagaios, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Periquitos, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pica-paus, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Bem-te-vi, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Garças, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Juritis, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rouxinol, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pintassilgo, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Jacundá, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mequens, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Nubis, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Bromélia, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Açaí, bairro Eldorado em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Monte Santo, bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tapes, bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Vale do Sol, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Paraná, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Espírito Santo, no Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Minas Gerais, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Beco Acará, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Urano, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Estreito, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mauá, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Beco da Paz, Bairro Nova Floresta em Porto Velho.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Regulamenta a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lidas as Proposições recebidas.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares da servidora Mirian da Silva Costa pelo seu falecimento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão Única e votação o Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares do senhor José Augusto de Oliveira pelo seu falecimento ocorrido no dia 05 de agosto de 2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão Única e votação o Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados

favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares do Jornalista Carlos Neves, pelo seu falecimento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão Única e votação o Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Pesar ao Agente da Força Nacional, Soldado PM Hélio Andrade que faleceu no dia 11 de agosto de 2016, baleado durante um ataque em um carro da Corporação no Complexo de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Pesar ao Subtenente RR PM Lindomar Almeida Passos, que faleceu no dia 29 de julho de 2016, decorrente de acidente de trânsito na cidade de Porto Velho Capital do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora realização de Audiência Pública para o dia 31 de agosto de 2016, às 09h00 no Plenário desta Casa de Leis, com objetivo de discutir e analisar sobre o Projeto de Lei Complementar nº82 de 25 de abril de 2016, que dispõe sobre o regime próprio da Previdência Social dos Servidores Públicos, Cíveis e Militares do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial destinada a analisar as tarifas de Energia Elétrica, Água e Esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do Deputado Hermínio Coelho. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora realização de Audiência Pública para o dia 22 de agosto de 2016 às 15h00min para debatermos os 10 (dez) anos de efetivação da Lei Federal nº11.340/06, (lei Maria da Penha).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer à Mesa Diretora que seja observado nesta Sessão um minuto de silêncio, em homenagem ao ex- servidor desta Casa Carlos Araújo Neves.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única e votação o Requerimento do ilustre Deputado Maurão de Carvalho, que requer à Mesa Diretora que seja observado nesta Sessão um minuto de silêncio em homenagem ao ex-servidor desta Casa Carlos de Araújo Neves. Em discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado.

Peço neste momento que nos coloquemos de pé e vamos observar este um minuto de silêncio em memória ao ex-servidor desta Casa Carlos Araújo Neves.

(Um minuto de silencio em homenagem ao ex-servidor Carlos Araújo Neves)

Muito obrigado. Nossos sentimentos à família do grande servidor desta Casa Carlos Araújo. Que Deus o tenha.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Querida, por questão de ordem, que fizesse a verificação de quórum porque nós temos agora 08 vetos para serem apreciados, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Neste momento vamos proceder, nos termos regimentais, a verificação de quórum. Peço aos senhores que registrem presença. Solicito aos deputados que estiverem nos seus gabinetes ou no salão dos fundos que pudessem vir ao plenário registrar sua presença que nós temos alguns projetos a serem votados neste dia.

Verificação de Quórum.

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- presente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- presente

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da matéria a ser apreciada.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - VETO PARCIAL 022/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 116. Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar 095/2016, de autoria do Poder Executivo, que "Altera as alíneas "b", "c", "d" e "i" do inciso III, do artigo 6º, da Lei Complementar 292, de 29 de dezembro de 2003, que "Instituiu Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação - FITHA".

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão única o Projeto de Lei Complementar, Veto Parcial 022/2016. Está em discussão o veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Questão de Ordem, Presidente. Isso é o veto, de quem é o projeto?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - É um projeto do Poder Executivo que está vetando parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 095/2016.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Ele está vetando o próprio projeto dele ou está vetando só as emendas?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Emenda, Deputado Hermínio... Que foi apresentada emenda que prejudicava o projeto e foi vetada.

O SR. HERMÍNIO COELHO - De quem são as emendas? Tem que ver quais são as emendas para a gente saber.

O SR. CLEITON ROQUE - Sr. Presidente, na verdade justificando aqui pela liderança do Governo. O veto parcial abrange apenas a alínea "j" e "k" do inciso III, do artigo 6º, da Lei Complementar 292, de dezembro de 2003 que acrescentou para compor o Conselho Administrativo do Fundo para Infraestrutura e Habitação - FITHA o Secretário de Estado da SEAS e o Presidente da FETAGRO. De acordo com a Procuradoria, de acordo com o governo, com a área jurídica do governo, entende que a competência é privativa do Executivo em definir os componentes desse Conselho.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Essa Lei é de 2013, e agora que o governo vetou?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Não, esse Projeto foi apresentado emenda pelo Deputado Saulo Moreira, que ele alterava o número de Conselheiros, de pessoas do Conselho. E aí, por entender que o Projeto seria prejudicado na questão da paridade de Conselheiros, então foi vetada a emenda do Deputado Saulo.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Manvailer, mas essa lei foi aprovada em que ano, em 2013?

O SR. CLEITON ROQUE - Não, Deputado Hermínio. Foi aprovada um pouco antes, no final do recesso, não foi? Mês de maio, junho, 27 de maio. O Executivo alega vício de iniciativa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Ainda em discussão o Veto Parcial. Não havendo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Só para entendimento do que é que houve. Quando nós estávamos discutindo o projeto, colocaram algumas entidades e organizações, houve um entendimento diferenciado, inclusive de minha parte, porque fui eu que solicitei a emenda. E depois, verificando, realmente quem estava errado era eu. Então eu quero pedir para os Deputados, podem manter o Veto que não é da forma como eu tinha pensado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Inclusive, porque o Deputado Saulo é relator e ele apresentou a emenda, mas na realidade foi o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Na primeira colocação nós imaginávamos que FAPERON estava tratando da FAPERON. FAPERON que é a Federação da Agricultura. E não era FAPERON, era FAPERO, que é o Instituto de Pesquisa do Estado. Essa foi a diferença. E aí, depois que eu fui entender como é que era o processo, a emenda ficou inválida e eu estava olhando o projeto em cima disso. É por isso que eu estou dizendo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Não havendo mais quem queira discutir, a votação é nominal...

O SR. HERMÍNIO COELHO - Calma. Eu só queria dizer que o governo devia mandar um ofício para cá, algum documento dizendo o que é que o Deputado pode fazer. Porque tudo que

a gente faz aqui é inconstitucional, sabe, Deputado Jesuíno. Aqui, nada que o Deputado faz, tudo que nós fazemos é fora da lei. Ele devia dizer para nós o que é que a gente pode fazer aqui, que é legal.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação. Votação nominal. O painel já está aberto.

O SR. CLEITON ROQUE – ‘Sim’ é pela manutenção do Veto, não é, Presidente Edson?

O SR. EDSON MARTINS – ‘Sim’ pela manutenção do Veto. Líder do governo, vice-líder está encaminhando a votação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Agora, a justificativa do governo, realmente ficou muito malfeita aí, porque a competência nossa também indicar alguma coisa dentro dos projetos que vêm para cá. Porém, o que ela devia ter justificado é a função e as instituições nomeadas. E não justificou. Não tem como misturar as duas coisas aí.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Espera aí, espera aí. Nós estamos votando porque o que indicou, porque Deputado pode emendar projeto. Ele não pode onerar, causar, isso sim. Agora, qualquer projeto que chegar nesta Casa pode fazer emenda, Deputado Hermínio. A gente pode. Agora, cabe agora, eu estou entendendo que o próprio Deputado que fez a emenda está pedindo para a manutenção do Veto. Eu vou acompanhar o voto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu sei disso. Eu sei que a gente pode apresentar tudo. Mas para o governo, tudo que a gente apresenta é inconstitucional. Isso é o que eu estou falando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É questão de justificativa mesmo. Nós tínhamos um entendimento com relação ao projeto e depois, estudando o projeto a fundo, eu mesmo fui o próprio que fiz a emenda, através do Deputado Saulo, inclusive fez verbal, ele estava relatando o projeto, aí, verificando que a emenda estava errada, foi feito o pedido pela manutenção do Veto. Foi um erro meu de interpretação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputada Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim

- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só na Bença	- ausente

Com 13 votos ‘sim’, e 01 voto ‘não’ está mantido o Veto. Vai ao Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu queria que o Veto Total 064/16 fosse, já falei com o relator que está na CCJ, fosse também colocado em discussão e votação do Veto 064/2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Peço que seja incluído na Ordem do Dia o Veto Total do Projeto 064/16 a pedido do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO PARCIAL Nº 023/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 129. Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 362/16, de autoria do Deputado Aécio da TV, que “Instituiu a Semana Estadual de Valorização da Família no Calendário Oficial do Estado de Rondônia”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 362/16.

Em discussão o parecer pela manutenção do Veto. Não havendo quem queira discutir. Em discussão o Projeto. Pela manutenção do Veto.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Qual é o Projeto?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – É o Projeto de Lei nº 362/16, Veto Parcial, é o Projeto de Lei de autoria do Deputado Aécio da TV, que “Instituiu a Semana Estadual de Valorização da Família”.

Em Votação Única, o painel já está aberto. Votação nominal. Os Deputados que estiverem nos Gabinetes, por favor, venham ao Plenário que estamos em votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente

- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 15 Votos Sim, está mantido o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

Registrar a presença do Vereador Cícero Antônio da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Alvorada d'Oeste. E também registrar a presença do Vereador Jonacir, da Câmara Municipal de Alvorada d'Oeste. Muito obrigado pela presença.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, quero registrar aqui a presença de todos os proprietários, a maioria dos proprietários de lotéricas do nosso Estado, vem trazer a esta Casa uma reivindicação e também acompanhando a Sessão junto conosco, representação de 37 municípios aqui do nosso Estado. Obrigado pela presença.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente só para também cumprimentar o Presidente da Câmara de Alvorada, o Vereador Cícero, o Vereador Jonacir e o Jair que nos acompanha, só para deixar aqui registrado os cumprimentos ao Vereador Jonacir do PT e o Vereador Cícero do PMDB.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 057/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 115. Veto Total ao Projeto de Lei nº 367/16 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que “Acrescenta os incisos I, II e III ao artigo 1º da Lei nº 515/1993, que dispõe sobre a reserva de percentual de vagas destinadas as pessoas portadoras de deficiências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto já tem o parecer pela rejeição do Veto. Em discussão e votação. Votação nominal, o painel já está aberto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, esse Projeto é Constitucional, inclusive, o parecer é favorável pela rejeição, trata da questão da regulamentação da Lei dos Deficientes, dos Portadores de Deficiência Física na questão dos concursos públicos, somente isso. Matéria constitucional, inclusive, com decisões do STF, nós colocamos aí, mas mesmo assim o Governo entendeu que é inconstitucional.

Então, a gente pede pela rejeição do Veto, inclusive, pelo líder do Governo, nós conversamos na própria CCJ votou favorável pela rejeição. A relatora é a Deputada Lúcia Tereza.

O SR. LAERTE GOMES – Esse projeto foi votado na, até os Deputados já votaram, esse projeto foi votado na CCJ e foi para derrubada do Veto, para derrubada do Veto pela constitucionalidade do projeto. Eu como votei na CCJ, vou votar não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Orienta Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Essa matéria foi votada na CCJ, com a relatoria da Deputada Lúcia Tereza, para derrubar o Veto. A CCJ entendeu que a matéria é constitucional. (veto total 057/16)

(Às 16 horas e 53 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – 02 votos favoráveis, 15 não. Está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 058/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 130. Veto Total ao Projeto de Lei nº 368/16 de autoria do Deputado Edson Martins que “Autoriza no âmbito do Estado de Rondônia o uso por instituição de ensino público ou privado de auditórios, salas e aulas, laboratórios, hospitais, clínicas, unidades básicas de saúdes pertencentes a rede pública de ensino e saúde estadual ou conveniadas, para fim exclusivo educacional de inclusão social por programas de extensão universitária em disciplinas livres e modulares semipresenciais com registro e autorização de seu funcionamento pelo Ministério da Educação – MEC”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto já tem parecer pela manutenção.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, esse projeto, é um projeto de minha autoria...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – o Deputado Edson para explicar o projeto.

O SR. EDSON MARTINS – Que foi vetado pelo Executivo. Esse projeto trata-se de um projeto onde o Governo do Estado, em parceria, ele cederia as estruturas lá nos municípios, nos pequenos municípios principalmente, a “ALMEZAM”, ela faz a mediação em trazer universidades até de outros Estados para oferecer, o Estado de Rondônia lá nos pequenos municípios cursos superiores. E cursos esses com custo até muito acessível. Eu fui procurado em alguns municípios, lá no município de Urupá parece que é 04 cursos que está sendo administrado lá por algumas faculdades do Estado, em torno de duzentos e cinquenta, duzentos e sessenta reais, é um curso semipresencial que famílias de baixa renda, pessoas de baixa renda às vezes não teria condições de estar presente numa faculdade e aí por entender que essa faculdade estaria oferecendo cursos com custo que dava condição a pessoas de baixa renda está presente; eu propus esse projeto aonde o Governo poderia oferecer as estruturas para o sábado e domingo, estrutura também até na área de saúde, laboratórios lá nos pequenos municípios para que pudesse está fazendo aulas práticas. Mas, no entendimento do Executivo, que ele é projeto com vício de iniciativa. E eu deixo à vontade, eu acho que eu fiz a minha parte em apresentar esse projeto, eu acho que os Parlamentares desta Casa fiquem à vontade para analisar, com certeza Vossas Excelências também às vezes foram cobrados e a Deputada Lúcia que é a Presidente da Comissão de Educação, Deputada Lúcia, com todo o seu conhecimento, eu gostaria que Vossa Excelência que já está pedindo, também discutisse sobre esse projeto e que nós buscássemos uma alternativa, que fosse esse ou outro Projeto até coletivo, mas que o Estado pudesse nessa parceria lá com os pequenos municípios, que às vezes não tem nenhuma estrutura onde a universidade pudesse está oferecendo esses cursos, usar a estrutura do Estado, da educação ou mesmo da saúde com laboratório para que pudesse também os nossos alunos lá dos pequenos municípios tivessem a condição de sentar num bando de faculdade mesmo não sendo presencial, mas com certeza isso representa muito..

A SRA. LÚCIA TEREZA – Uma questão de ordem senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Deputa Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu quero aplaudir a iniciativa de Vossa Excelência mesmo achando que é inconstitucional por quê? Porque eu como particular é mesma coisa que eu pegar dinheiro público e levar para minha casa, porque eu estou usando a estrutura do Estado, que é pública para que eu possa ter dividendo financeiro, mas aí é o que eu falo bom senso. Você veja bem, duzentos e cinquenta a faculdade, as pessoas de

baixa renda, não tem condição de pagar mesmo a faculdade que é oitocentos, mil, quinhentos, seiscentos a menor, além disso o transporte que fica em duzentos e poucos mil por mês, o transporte para ir a Cacoal, Pimenta, para Ji-Paraná, para os centros onde tenha faculdade presencial inteiramente. Eu acho louvável, eu acho ótimo isso, só que veja bem, até poria mais um adendo nessa sua Lei Deputado, que eles pagariam à energia, a água, a limpeza entendeu? Que o prédio não ia custar nada realmente, eu acho que é louvável e é possível fazer isso, logicamente que pagar a luz, a limpeza, a água e até a segurança. Então, quando a educação, fala em educação, eu acho a educação uma coisa muito ampla que não devia ter divisas Deputado Edson, e isso é muito louvável, eu gostaria que todos os Deputados tivessem esse entendimento, que é como aproveitar os prédios públicos que ficam fechados durante a noite de sábado e domingo, não pode, são prédios de grande envergadura com toda estrutura que nós sabemos que está sendo feito mais coisas no que tange a estrutura, e esses prédios ficam fechados. Eu acho louvável, gostaria que nós repensássemos isso e nos orientássemos de acordo com o seu Projeto, que eu acho possível sim, impossível é os prédios ficarem fechados com dinheiro público do povo e que não reveste em benefício para o povo imediatamente, eu acho assim, é o bom senso, e eu quero parabenizar e quero ajudar para que possamos pelo menos essas pessoas que tem ainda a coragem de fazer investimento em faculdades semipresenciais para que possa as pessoas de baixa renda poder também concluir esse curso superior. Eu gostaria que não parasse por aqui, eu gostaria que analisasse diferente isso numa grande discussão, isso merece uma grande discussão, isso merece uma Audiência Pública, isso merece o Governo e Deputados dar as mãos para fazer melhor.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Qual a orientação?

O SR. LAERTE GOMES – A orientação. Só primeiro ressaltar a Deputada Lúcia, as palavras dela, o Deputado Edson, também entendendo que com certeza como a Deputada Lúcia, disse, criou esse debate e cabe a nós agora junto ao Governo estender e ampliar aqui nesta Casa, para se criar um grande Projeto de Lei para a gente realmente atender as demandas, a orientação é manter o Veto, votar de acordo com o relatório que foi votado na CCJ.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Mas o Veto é o que Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Para manter.

A SRA. LÚCIA TEREZA – O Veto do Projeto?

O SR. LAERTE GOMES – É o Veto do Projeto.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu sou contra.

O SR. LAERTE GOMES – O Voto do Deputado Edson, foi votado inclusive hoje na CCJ, com apoio de Vossa Excelência.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Mas Vossa Excelência pensa, na educação não.

O SR. EDSON MARTINS – Eu também vou votar pela derrubada do Veto, que lógico eu sou autor do Projeto, viu Deputada Lúcia, mas eu deixo a vontade os parlamentares e Vossa Excelência como é uma Deputada, eu tenho um grande respeito pelo seu conhecimento, Presidente da Comissão de Educação e que nós possamos se não nesse Projeto, mas que a gente provocar uma grande discussão, uma audiência, para que a gente possa realmente dá oportunidade a essas pessoas de baixa renda, lá nos pequenos municípios também para sentar num banco de faculdade e fazer um curso mesmo sendo presencial, mas um curso superior. Por isso Deputada Lúcia, eu agradeço, eu deixo à vontade o encaminhamento do líder, eu vou votar pela derrubada do Veto, porque eu sou autor do Projeto, mas o líder vai, eu vou votar sim, porque sou autor.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria aqui do Deputado Adelino, o Deputado Aécio, Deputado Ribamar, os Deputados da Comissão, a Deputada Rosângela, que não se encontra aqui, que nós retomássemos a discutir isso nem que for para o ano, mas eu acho que é de grande valia esse Projeto...

O SR. JESUÍNO BOABAI - Presidente, eu queria que o líder fizesse a leitura do projeto, a gente poderia até votar favorável, a única coisa que ficou instituído, porque, tipo, cria uma obrigação, deputado Airton. O texto é o texto que ficou um pouco. Pode fazer a leitura do artigo 1º para gente ver, mas....

A SRA. LÚCIA TEREZA – É vício, é vício. É inconstitucional.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não, não é questão nem do propriamente autorizativo, ele já disciplina o que vai acontecer com os auditórios. É somente isso. A gente poderia manter o Veto e depois entrar em consenso.

Não, não é em toda parte...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pedir ao deputado líder para explicar o projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, inclusive eu fui o relator desta Matéria, eu fui o relator desta Matéria hoje na CCJ, e nós votamos hoje esse Projeto, aonde foi decidido pela manutenção do Veto, a manutenção do Veto com a participação de todos os membros da CCJ diante da inconstitucionalidade do Projeto. O assunto, o tema, ele é profundo. O tema como a Deputada Lúcia muito em falou, o Deputado Edson falou, é um tema que nós temos que discutir, realmente, nesta Casa, mas o Projeto na CCJ foi votado inconstitucional para manter o Veto do Governo.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Correto. Entendido. Mas eu voto contra.

O SR. JESUÍNO BOABAI - Eu...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Vamos gente, votar?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão.

O SR. LAERTE GOMES – Já discutiu.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação. O painel está aberto.

Enquanto acontece a votação, Deputada Lúcia. Eu estava concentrado aqui na fala do Manvailer, que ele está encaminhando aqui já a pedido do Doutor Tiago Farias de Lima, da Procuradoria da chefia da Fazenda Nacional. Nós estamos encaminhando aqui para a Procuradoria cópia da CPI do gado, que é dos Frigoríficos, e nós estamos encaminhando. Eu quero aqui encaminhar e pedir a Assessoria que encaminhe uma cópia para a Procuradoria também a Justiça do Trabalho aqui de Porto Velho. Agora há poucos dias alguém me entregou uma matéria que foi feita uma CPI em São Paulo, no Estado de São Paulo, e eles encaminharam para a Justiça Trabalhista, uma CPI como essa mostrando a quantidade de desemprego que os frigoríficos causaram nos Estados. E tendo os benefícios que tem aqui hoje no Estado. O Estado dando benefício e eles desempregando o povo, fechando os frigoríficos, comprando as plantas e fechando. E isto está acontecendo aqui. Com isso a Justiça Trabalhista pediu que eles contratassem todos os servidores que foram demitidos. Eu queria pedir a nossa Assessoria que conseguisse uma cópia desta publicação, que foi publicado na Folha de São Paulo, eu peguei essa matéria na hora, mas acabei perdendo, mas existe é só procurar, encaminha a Justiça Trabalhista uma cópia da CPI dos Frigoríficos, e mostrar para eles a decisão da Justiça Trabalhista em São Paulo aonde recontrataram todos os empregados, todas as pessoas que eles demitiram e aqui em Rondônia são muitos. O Deputado Adelino que foi o Relator.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fui Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - É o Presidente, Deputado Lázinho o Relator. E eu gostaria que Vossas Excelências como Membros desta Comissão fizessem esse encaminhamento e a Casa, a Mesa Diretora vai tomar, pedir que eles tomem providências e acompanhem a decisão da Justiça Trabalhista de São Paulo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer, Deputado Maurão, inclusive eu tenho o depoimento...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu penso que o motivo é o mesmo e tem tudo para que a Justiça possa também acatar e recontratar essas pessoas que foram demitidas dos frigoríficos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão, inclusive neste Relatório consta o depoimento do Presidente do Sindicato dos Servidores dos Frigoríficos, denunciando várias irregularidades. Com certeza vamos acatar juntos com o Deputado Lázinho aqui.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria, e faço neste momento, um elogio à Comissão à CPI do Boi. Já que ninguém elogiou e não vi nem terceiros e nem gente de fora elogiando, eu me vejo na obrigação de dar parabéns à seriedade, e teve começo, meio e fim. São poucas vezes que eu vi isso. Então eu quero enaltecer e dar parabéns para o trabalho dessa Comissão e dizer que são um dos poucos Outdoors que eu estou vendo nas cidades que faz jus. Agora eu gostaria de conchamar que Vossas Excelências, todos ouvissem e que a imprensa da Casa noticiasse a preocupação não só da Deputada Lúcia Tereza, mas a preocupação sobre a única Indústria de frango da Região Norte que é a Globo Aves. O milho subiu e o frango baixou. No Brasil todos fecharam várias unidades tanto de porco como de frango, a de Espigão d'Oeste que é a única do nosso Estado, a única da região Norte, logicamente que Governo nem deputado não tem mais o que fazer porque incentivo foi dado, isso é questão das descompensações da falta de política agrícola, a falta de incentivo, falta de equilíbrio e preço, mercado entre oferta e procura e ela pediu concordata, ela pediu, Deputado Lazinho, ela pediu concordata infelizmente para não fechar de vez. Então está aqui a minha preocupação, queria repassar essa preocupação para todos os colegas deputados, mas infelizmente eu fui procurar o que nós poderíamos fazer, não nos resta nada a fazer enquanto não tiver o equilíbrio de preço de mercado, de oferta, procura e os insumos. Mas eu gostaria que toda esta Casa ficasse sabendo da preocupação que não é preocupação de Espigão porque a Globo Ave emprega mil funcionários direto de toda região, não só de Espigão, como mais de cinco mil empregos indiretos de outros municípios. Os aviários estão se fechando, é um prejuízo de milhões e eu gostaria de alertar Vossas Excelências, comunicar, infelizmente comunicar Vossa Excelências que ela entrou em concordata, pior do que isso é ter que comprar agora só a vista e realmente o consumo também baixou porque o poder aquisitivo do povo baixou e o milho subiu novamente, a safrinha do Mato Grosso e outros Estados não produziu por causa da seca e o frango baixou e o milho subiu e sumiu, então é uma descompensação total, é um desespero. E eu gostaria de além de parabenizar Vossas Excelências por essa CPI eu gostaria de comunicar infelizmente a concordata da Globo Ave em Espigão d'Oeste.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim

- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com 13 votos SIM, 02 NÃO, está mantido o veto. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) - VETO TOTAL Nº 59/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 31. Veto Total ao Projeto de Lei nº 374/2016 de autoria do Deputado Airton Gurgacz que "Proíbe a inauguração e entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população".

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O veto já tem parecer pela rejeição. Em discussão o veto. Para discutir, Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES - Esse projeto, senhor Presidente, nós votamos também hoje, Deputado Adelino, na Comissão de Constituição e Justiça e o parecer é pela rejeição do veto. Então a indicação é pela rejeição do veto ao projeto do Deputado Airton.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Ainda para discutir. Quero parabenizar o Deputado Airton pela sua brilhante ideia, com certeza é um projeto de suma importância, tomara que isso seja cumprido, essa é a preocupação nossa, é que a gente vê tantas obras serem entregues e não concluídas, isso é muito importante. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Não tendo mais deputado que queira discutir, em votação. O painel já está aberto para votação.

O SR. LAERTE GOMES - Nós estamos votando, senhor Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ou o veto do projeto do Governo?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Pela rejeição é NÃO.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O líder está votando no caso contra o Governo?

O SR. LAERTE GOMES - Não, nós estamos votando para rejeitar o veto, de acordo com o que foi votado na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - A favor do projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Para manter o projeto do Deputado Airton?

O SR. LAERTE GOMES - Para manter o projeto do Deputado Airton é NÃO.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O projeto do Deputado Airton é bom.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O projeto é importante e é do Deputado Airton, se o projeto é bom, é do deputado, a prioridade é que seja votado.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, o projeto é importante e a gente entendeu na Comissão de Constituição e Justiça que o projeto é constitucional e legal. Então é por esse motivo de nós estarmos derrubando o veto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com 15 votos contrários, está rejeitado o veto. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) - VETO TOTAL Nº 60/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 132. Veto Total ao Projeto de Lei nº 355/2016, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que, 'dispõe sobre a rotulagem de produtos transgênicos no território do Estado de Rondônia, e dá outras providências'.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O parecer da Comissão é pela manutenção. Poxa, Deputado Airton. Agora, seu projeto passou e o meu vai... Em discussão o Veto. Não havendo quem queira discutir, em votação. O painel está aberto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual a sua defesa, Presidente, nesse Projeto. É 'sim' ou 'não'?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Gostaria que o líder fizesse a manifestação dele, se vota 'sim' ou se vota 'não'.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto é muito importante. Mas eu também, se a assessoria entende que o projeto é inconstitucional, eu também não quero votar projeto que não seja, que seja inconstitucional. Não adianta você votar um projeto que, é um projeto importante, mas eu vou pela legalidade. Entendo que precisa ter legalidade.

O SR. LAERTE GOMES – Parabéns, Presidente. A CCJ hoje entendeu de acordo com Vossa Excelência e discutir hoje junto com os membros da Comissão para manter o Veto da Comissão, mesmo com dor no coração porque é um projeto do nosso líder maior, de Vossa Excelência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu entendo. Eu sou favorável de que as leis, os projetos têm que ser votados e que seja constitucional, não inconstitucional. Com dor no coração, o projeto é importante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, nem sempre, muitas vezes, nós como parlamentares, a gente às vezes tem que forçar a barra mesmo votando, se é um projeto interessante, para que o governo mande o projeto constitucional. Então, às vezes a gente faz a nossa parte para que os assessores do Governador também percebam e mandem. Mas às vezes a gente vota consciente, mas tem projeto que não tem como votar contra mesmo sendo inconstitucional.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com certeza. Bem justificado pelo Deputado Adelino. Eu voto pela legalidade. Acho que o projeto é importante, mas se a assessoria jurídica constata que é inconstitucional, eu voto pela legalidade. Eu não quero ter um projeto que seja inconstitucional. Eu apresento o projeto, mas quem vai dar o parecer, Deputado, é a assessoria jurídica. Se é inconstitucional eu vou pela legalidade.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente

- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só na Bença	- sim

Com 15 votos 'sim' e 02 votos 'não' está mantido o Veto. Vai ao Expediente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, só para esclarecer ao pessoal aqui das lotéricas, que nós estamos votando os Vetos que estão trancando a pauta para depois votar o projeto de vocês. Mas podem ficar tranquilos. Porque senão nós teríamos já colocado, mas não foi possível porque é questão legal. Nós temos que primeiro votar os Vetos, mas daqui a pouco vai votar o projeto de vocês. Um abraço.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito bem aqui lembrado pelo Deputado Adelino. O pessoal que está de todo Estado de Rondônia, que é das casas lotéricas. E hoje nós tivemos uma reunião, acho que foi muito importante, com alguns Deputados e está quase todo Estado aqui representado aqui do Estado de Rondônia, o pessoal que tem as suas empresas, microempresas que são as lotéricas. E um projeto que nós aprovamos há uma ou duas legislaturas atrás, que eu estava presente, ainda o Deputado Jesualdo, obrigando eles construírem os banheiros. E às vezes o padrão dos banheiros chega a 30 metros quadrados. Tem casa lotérica que não tem essa quantidade construída. Então, entendendo a necessidade e a dificuldade que eles estão passando num momento de crise que passa o País, e eles nos justificaram a dificuldade e comprovaram com documentos e fotos. Nós entendemos de apresentar uma emenda no projeto de lei, fazendo alteração para que eles possam trabalhar e possam continuar com seu empreendimento e não fazendo esse investimento nesse momento. Se eles pudessem, com certeza eles fariam de coração, mas as dificuldades e as rendas, as casas lotéricas não estão tendo esse lucro para que possa fazer esse investimento. Entendendo isso, eu, o Deputado Lazinho, o Deputado Adelino, o Deputado Ribamar, os que participaram, a Deputada Lúcia, todos que participaram entenderam que é importante fazer esta revogação nesse projeto de lei e nós pedimos que eles estivessem presentes, que eles visitassem, explicassem aos Deputados, que pudessem ir aos gabinetes, eu creio que a maioria esteve nos vossos gabinetes expondo a situação, as dificuldades em poder cumprir essa lei que já está em vigor e com as cobranças já de ações do Ministério Público para que seja cumprida a Lei. Então é um Projeto que está aqui ...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão só para concluir, só para complementar. Dizer que as lotéricas são uma franquia e elas já são fiscalizadas, elas têm umas normas que já são previamente já, quando eles participam da concorrência eles já tem que cumprir todas aquelas exigências. Então,

já dentro dessa franquia eles estão cumprindo todas as exigências e essa interferência nossa, do Poder Legislativo estava atrapalhando a questão do trabalho.

Então, com certeza, agradecer ao Deputado Maurão por ter colaborado, ter decidido para colocar em pauta hoje, já votar hoje com a presença deles aqui. Parabéns.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É isso aí. Próxima matéria Secretário.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL Nº 061/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 133. Veto Total ao Projeto de Lei nº 326/16 de autoria do Deputado Ailton Gurgacz, “dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e as pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda, com dificuldades de locomoção, doenças incapacitativas e degenerativas e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto é para a manutenção do Veto. A Comissão já emitiu o parecer. Em discussão o Veto.

Os Deputados que queiram discutir...

O SR. LAERTE GOMES – Esse Projeto nós tratamos também na CCJ hoje de manhã e a gente entendeu Deputado Ailton que esse Projeto tem vícios de inconstitucionalidade e a orientação é para nós mantermos o Veto.

O SR. AIRTON GURGACZ – Viu, só para comentar o Projeto aí Deputado Laerte, que quando nós assumimos o Governo Deputado Maurão, nós, o Secretário até foi assassinado, nós, junto com o Governador Confúcio, na época, no início de Governo nós colocamos aí 10 automóveis aqui dentro da capital para fazer esse atendimento, depois com a vinda do Willames Pimentel, aí parou esse Projeto.

Então, por isso que eu fiz essa Lei para atender as pessoas idosas, porque isso funcionou um ano, eu esqueci o nome do primeiro Secretário nosso do Governo de 2011 que foi assassinado pelo filho. O Dr. Alexandre Muller, nos solicitou na época ao Governador Confúcio, médico, nós cedemos 10 automóveis lá pelo DETRAN para fazer esse atendimento, aí entrou o Secretário Willames Pimentel e acabou com esse Projeto. Então, por isso que de uma iniciativa nossa a gente fez esse pedido, mas tudo bem, é inconstitucional, nós também vamos acompanhar a CCJ e vamos achar de uma forma que o Governo mande para cá, ouviu Deputado Laerte, para a gente achar uma solução...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fazer uma Indicação ao Governo que mande o Projeto, não é?

O SR. AIRTON GURGACZ – É. Pedir ao pessoal do Governo que mande para cá para a gente poder aprovar para atender essas pessoas que tanto precisam, essas pessoas idosas que não podem se deslocar. Isso foi feito lá atrás, mas aí, com troca de Secretário, cada Secretário tem uma cabeça. Então, houve essa parada, isso foi uma ação do Governo na época, é por isso que a gente fez esse pedido, mas, eu também quero aqui respeitar e manter aí o entendimento da CCJ e também vamos rejeitar o Projeto, ok?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, Deputado Laerte, Vossa Excelência que é líder, antes de falar sobre o Projeto eu só queria aqui dizer ao nobre Deputado Airton Gurgacz que fala com muita veemência sobre o ex-Secretário William Pimentel, que fez diferença na saúde, evidentemente que algumas coisas foram modificadas da antiga gestão, por isso ele assumiu o lugar, porque estava assumindo para fazer a diferença, para fazer melhor, e eu queria dizer Deputado que o trabalho que o William Pimentel fez na saúde não foi só fazer vacinação na Casa, em domicílio de pessoas idosas com dificuldades, com deficiência, mas ele fez tratamento de pessoas com doenças degenerativas que provavelmente não chegariam a possibilidade nos seus últimos dias conseguir ter uma vida confortável e esse trabalho o Governo do Estado continua fazendo e faz com muito mais intensidade após a vinda do Pimentel para a Secretaria de Estado.

Queria dizer que, achar que o Estado tem que fazer tudo não é a viabilidade que a gente tem que fazer, a gente tem que pensar que o Estado é uma Instituição Estadual, o Governo do Estado é uma Instituição Estadual que tem que trabalhar com as Prefeituras que são municipais, seria improvável o Estado fazer tudo sozinho, sem parceria do município. Então, eu acredito que a doação dos 10 carros serviria muito mais para Prefeitura Municipal que hoje não atende com raio X, não atende com um monte de coisa os Postos de Saúde, do que essa questão da crítica a Secretaria Estadual de Saúde.

O SR. AIRTON GURGACZ – Só para comentar Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Mas, eu quero dizer que Vossa Excelência fez um projeto, sou favorável ao seu projeto, acho muito bom.

O SR. AIRTON GURGACZ – Só para comentar, porque ele sumiu de repente numa empolgação do Governador Confúcio, como médico e queria também o Governo, naquela época veio até a Globo, UTI da Globo veio aqui, veio aquele avião da Globo e aquela situação toda. Então, o Governador Confúcio como médico também se preocupou e nos solicitou, o DETRAN arrumou os veículos e também claro, a gente sabe do compromisso do Governo e foi feito aquilo porque a saúde quando terminou o outro Governo, estava um caos aí. Então, veio aquela situação da Globo, notícia nacional. Então, o Governador para dar o impacto na coisa; vamos fazer. Mas, se tiver continuando eu fico muito feliz, porque um dia nós vamos chegar lá também Deputado Jean, ficar velho e que a gente espera que nos tratem bem. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – É verdade, é verdade. Não é pensar só no momento, até porque o trabalho mais bonito do que a vacinação, é assistir aquele que, sabe, naquela situação de fase terminal e precisa do carinho e do conforto e hoje o Governo do Estado faz isso, coisa que no passado não fazia.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim

- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 17 votos, está mantido o Veto.
Próxima matéria.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só ressaltar também que o líder do PMDB, o Deputado Jean estava presente aqui conosco.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – Obrigado Deputado Laerte Gomes.

VETO TOTAL Nº 062/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 134. Veto Total ao Projeto de Lei nº 363/16 de autoria do Deputado Laerte Gomes que “Altera o § 1º do artigo 12 da Lei nº 950, de 22 de dezembro de 2000, que institui Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, publicada no D.O.E 4644, em 26/12/00”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Veto já tem parecer das comissões pela rejeição. Em discussão o Veto.

O SR. LAERTE GOMES – Só para colocar senhor Presidente que nós votamos também hoje na CCJ pela rejeição esse Veto, que esse projeto, ele simplesmente só aumenta o número de parcelas, hoje o cidadão, ele pode pagar o seu IPVA em 03 parcelas e antecipado. Com esse nosso projeto, ele vai poder pagar em 05 parcelas antecipadamente também. Se ele pagava, por exemplo, em outubro, novembro e dezembro; ele vai pagar agora em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Vai antecipar. Então, não tem nenhum vício de inconstitucionalidade, não tem nenhum prejuízo. Então, a gente indica aqui a votação pela manutenção do Veto, não, a rejeição do Veto. Rejeição do Veto, de acordo com o que foi votado na CCJ.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Veto. Em votação. O painel está aberto.

O SR. LAERTE GOMES – A votação Deputado, companheiro Ribamar, é não. É pela rejeição ao Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto é inconstitucional eu voto contra, até o meu; quanto mais do líder.

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria de contar com apoio do Deputado Presidente desta Casa, é um projeto constitucional...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Eu voto pela constitucionalidade.

O SR. LAERTE GOMES – Ele é constitucional. Tanto é que a Comissão desta Casa, a CCJ se reuniu hoje com o Departamento Jurídico, com os Deputados e diz que o Projeto é constitucional. Eu confio plenamente nos técnicos desta Casa, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, já votou, eu achei que era, está favorável. Então, eu poderia até fazer a correção, eu voto pela legalidade.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- não
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- não

Com 18 votos contrários está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão, muitas vezes é difícil a gente saber se é legal ou não porque o Supremo lá tem dado cinco a três, quatro a dois, quem é que está certo, se no Supremo não sabe quem está certo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL Nº 064/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 147. Veto Total ao Projeto de Lei nº 387/16, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que “Altera a redação do artigo 1º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 3.656, de 2015 que institui o dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remuneração ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse Veto está sem parecer 064/16. Pedir ao Deputado Adelino Follador, para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu Gostaria de perguntar para o Deputado Jesuíno e Deputado Laerte, que fazem parte da Comissão, o Deputado Adelino Follador, porque que os Projetos todos os Vetos estão com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e esse não está? Gostaria de saber por que parece que não foi analisado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que não foi na Comissão no momento, não estava na Comissão hoje cedo. Mas eu gostaria de... A Mensagem 147. Veto Total 064/16 Projeto de Lei nº 387/16, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que “Altera a redação do artigo 1º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 3.656, de 2015 que institui o dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remuneração ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia”.

Nós somos de parecer pela rejeição do Veto, tendo em vista que não vejo despesa, não vejo motivo desse Veto, então, eu sou pela rejeição do Veto, para respeitar, para criar um dia do Bombeiro, dos Militares que são profissionais muito importantes na nossa sociedade. Então, que seja um dia oficializado, não tem nada de inconstitucionalidade parabenizar o Deputado Jesuíno, pela intenção, pelo Projeto, somos de parecer contrário ao Veto, somos pela rejeição do Veto pelas Comissões Pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, O Deputado Jean, ele colocou a nossa discussão o Projeto, é porque essa Casa ouve uma redução dos dias, e como a CCJ e nós estamos aproveitando que são cerca de oito Vetos, nós conversamos com o relator com o Deputado Saulo Moreira, que esse Projeto a própria Casa Civil e o próprio Procurador que é o Dr. Aparício, ele equivocou-se o assessor dele equivocou-se porque trata-se apenas de mudar a data, já tem uma Lei que vigora que foi de nossa autoria e aí alteramos somente as dadas bem como revogamos um dispositivo que foi indicado como inconstitucional no primeiro momento. Então, é só isso, não tem nada que onere despesa, e nós estamos colocando apenas em discussão esse Projeto a qual outro Projeto do Governo, vai ser colocado nesse exato momento que nós entendemos agora.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Jesuíno, Vossa Excelência, tenho admiração pela forma que Vossa Excelência debruça pelos Projetos nesta Casa, analisa com muito cuidado. Então, tem um Projeto de Vossa Excelência que não tem parecer, e eu

gostaria de saber o que era esse parágrafo 1º, parágrafo único do artigo 3º, gostaria de saber por que fica. Não é pegando no seu pé não Deputado, é porque sabe o que acontece? É um Projeto simples, que só muda uma data, eu não entendi porque que o Governo foi vetar isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É isso que eu também não entendi.

O SR. JEAN OLIVEIRA – É aí que mora a situação, o que está acontecendo? Uma simples modificação de data ou um veto do Governador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o líder do PMDB que está falando isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É o líder, eu agradeço o senhor. A Lei 3.656, de 09 de novembro de 2015, institui o dia do Policial e Bombeiro Militar e da Reserva Remunerada ou reformado no âmbito de Rondônia. O artigo 1º que está sendo alterado; Deputado Jean de Oliveira, Deputado Jean. Fica instituído no âmbito do Estado de Rondônia, o dia do Policial e do Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou reformado a ser comemorado sempre no dia 26 de novembro pela Polícia Militar, é no dia 03 de julho pelo Corpo de Bombeiro Militar. Parágrafo único do artigo 3º - os Policiais e Bombeiros Militares que passarão para a Reserva Remunerada Reformados, no ano anterior serão homenageados e agraciados com uma entrega de Certificados pelos relevantes serviços prestados a Corporação dos Militares. Esse dispositivo que foi que entendeu que é inconstitucional por trazer, onerar o Estado. E o artigo 1º que nós propomos alteração está aqui: - 'fica instituído no âmbito do Estado de Rondônia o Dia do Policial e Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou Reformada a ser comemorado no dia 11 de fevereiro e 26 de outubro pelo Corpo de Bombeiro Militar'. Artigo 2º - 'fica revogado o artigo, o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº3.656, somente isso'. Então não houve nenhum acréscimo ou algo a mais que pudesse trazer qualquer suscitamento de inconstitucionalidade por parte da Procuradoria. Prova tanto que ele diz aqui nas suas considerações o Procurador: 'por consequente, em consequência o Poder Legislativo nas matérias de competência legislativa do Executivo Estadual o autógrafa da Lei nº 387 de 2016, ora aludido, afronta o princípio da separação dos Poderes'. Que separação é essa dos Poderes? O artigo sempre ele vai colocar o artigo 61 da Constituição Federal e o artigo 39. Infelizmente foram infelizes, e é por isso o próprio Chefe da Casa Civil está chamando o Procurador para colocar e já entendimento.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, eu queria retificar aqui uma coisa. Quando eu digo que esse Projeto de fato foi vetado pelo Governo do Estado, o Governador, mas por conta de uma assessoria muitas vezes burocrática. Nós temos um Assessor burocrático lá, chamado Helder Risler, que muitas vezes veta. E eu queria dizer que principalmente aqueles que estão na Reserva, que já foram aposentados, são heróis do Estado de Rondônia, são pessoas que merecem o reconhecimento, e a

Polícia Militar sem sombra de dúvidas tem direito ao seu dia, o Bombeiro da mesma forma. Portanto, nós entendemos e estamos com Vossa Excelência.

O SR. LAERTE GOMES – Parabéns ao líder do PMDB Deputado Jean Oliveira.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em votação o projeto. O painel está aberto para a votação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Manvailer.

O SR. LAERTE GOMES – Como membro da CCJ o Deputado Adelino Follador deu o Parecer, nós vamos acompanhar o Parecer rejeitando o Veto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- não
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 14 Votos está rejeitado o Veto.
Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. EDSON MARTINS (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Presidente, gostaria que houvesse a inversão de pauta para votar logo esse das Lotéricas, senhor Presidente. Se possível? Inverter a pauta ali para colocar logo...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Nós vamos priorizar aí o pedido do Deputado Adelino, entendendo que a maioria mora longe e vieram de longe para acompanhar esse Projeto e aí nós vamos votar o primeiro Projeto a ser apreciado nesta sessão.

Encerrada a Ordem do Dia. Passamos as Comunicações Parlamentares. Têm 03 Deputados inscritos, eles abrem mão?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente eu abro mão da minha fala.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, eu tenho um vídeo para passar, mas eu vou agir de consenso, após o final da Sessão eu vou querer meu tempo, aí fica aqui eu o Deputado Neidson para a gente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Depois eu deixo Vossas Excelências aqui eu saio e Vossa Excelência fica aqui...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado, obrigado

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não é deputado? Depois o pessoal já foi embora não é Deputado Jesuíno?

O SR. LAERTE GOMES – Abro mão, sim, senhor Presidente. Senhor Presidente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Laerte abre mão entendendo a necessidade, e as pessoas que estão aguardando a votação.

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria de fazer a comunicação, senhor Presidente, sobre a RO 480 que liga ali a Nova Colina. Eu estive lá sexta, sábado de manhã. Está realmente em uma situação crítica, mas já está chegando o material de insumos que o DER adquiriu e essa semana, semana que vem já deverá estar fazendo um Tapa Buracos para atender a população. Só para deixar registrado aqui na Casa que nós estivemos cobrando o Diretor do DER, o Ezequiel Neiva, a rapidez e a urgência naquela RO - 480 que liga até o Distrito de Nova Colina, consequentemente já foi recuperada a estrada que liga Nova Colina ao Estado do Mato Grosso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente sessão, convoco uma sessão extraordinária para em seguida afim de apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Lei 460/16, Redação Final ao Projeto de Resolução nº 058/16, Projeto de Resolução 079/16, Projeto de Lei Complementar 107/16, Projeto de Lei Complementar 110/16, Projeto de Lei 373/16, Projeto de Lei 412/16, Projeto de Lei 427/16, Projeto de Lei 432/16, Projeto de Lei 440/16, Projeto de Lei 443/16, Projeto de Lei 454/16, Projeto de Lei 459/16.

Está encerrada esta sessão.

(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 46 minutos).

ATA DA 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 16 de Agosto de 2016

Presidência dos Srs.

Maurão de Carvalho - Presidente
Edson Martins - 1º Vice - Presidente

Secretariado pelos Srs.

Edson Martins - 1º Vice - Presidente
Adelino Follador - Deputado
Marcelino Tenório - Deputado

(Às 17 horas e 47 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Jean Oliveira (PMDB), Lebrão (PMDB) e Leo Moraes (PTB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 42ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura. Solicito a Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da sessão extraordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Secretário ad hoc) – Peço a dispensa da leitura da ata da sessão extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passemos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. EDSON MARTINS (Secretário Ad Hoc) - PROJETO DE LEI 460/16 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E LAZINHO DA FETAGRO."Altera a redação da emenda e dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei 2.482, de 26 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 3.791, de 25 de abril de 2016".

Este é o projeto que está alterando que beneficia a reivindicação dos agentes de casas lotéricas que está aqui presente, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O projeto é de autoria do Deputado Maurão de Carvalho e Deputado Lazinho

da Fetagro e é o projeto que contempla as casas lotéricas. O projeto se encontra sem parecer das comissões pertinentes, solicito ao Deputado Marcelino para emitir o parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Lei 460/2016, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho e Lazinho da Fetagro que “Altera a redação da emenda e dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei 2.482, de 26 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 3.791, de 25 de abril de 2016.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, diante da legalidade e constitucionalidade do projeto o meu parecer é favorável pela aprovação do projeto pelas comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o Projeto de Lei 460/2016.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Para discutir, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Jesuíno Boabaid para discutir.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu quero que o deputado me explique qual é o dispositivo que está sendo revogado nesta lei, qual é o dispositivo?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado relator para que ele faça a explicação do substitutivo que está sendo discutido.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Ele só está tirando do projeto de lei as casas lotéricas, onde elas teriam que construir banheiros e demais para atender a população.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Esse projeto de lei, tem um projeto de lei de 2011 que já vigora a questão das casas lotéricas. O que foi colocado aqui, o Deputado Alex Redano estendeu para outra situação. Se tem que revogar o dispositivo de 2011. É uma outra situação que está inserida aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - É o de 2011 que está sendo revogado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Está sendo revogado qual?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - É uma lei que alterou.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente, só explicar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Lazinho, que acompanhou bem o projeto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Em 2011 foi aprovada uma lei que tratava das casas lotéricas. Em 2016 o Deputado Alex Redano incluía os Bancos. A correção que nós estamos fazendo, mantém os Bancos, que é uma emenda do Deputado Alex e retira a questão das lotéricas.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Mas retira o quê?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Retira a obrigatoriedade.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só do banheiro?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Só do banheiro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Deixa livre da construção dos banheiros.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Mas a água mantém? Porque esse projeto fala também sobre a questão da água.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O que está revogando é a questão dos banheiros e a questão da água interna.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não. A água eu sou a favor. Isso aí eu discordo. Banheiro tudo bem, que é construção. Mas a água tem que ter. A água tem que ter. Todas as loterias têm que ter. É o mínimo que o cidadão deve ter. É o mínimo. Aí o povo que tem que... Aí eu sou contrário. Banheiro tudo bem que é uma questão...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Deixa eu explicar. Eu quero explicar. Vossa Excelência pediu explicação e não deixa eu falar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Certo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Obrigado, Deputado. Para Vossa Excelência entender o processo. Veja bem, aqui está permanecendo o que Vossa Excelência está justamente colocando, não tem problema. A reivindicação é fazer uma nova construção para banheiros. Nós temos casas lotéricas que o tamanho todo dela não dá o tamanho da obra que está sendo obrigatório aqui. O que eles estavam questionando conosco é justamente os banheiros.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - os banheiros são maiores que as casas lotéricas.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Olha, isso aí não é Veto. Eu vou pedir vista. Eu quero ver o projeto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu vou ler na íntegra para Vossa Excelência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Lazinho, leia na íntegra o projeto. Mas eu gostaria que o Deputado Jesuíno entendesse a importância desse projeto e o pessoal que são os proprietários responsáveis pelas lotéricas estão aqui aguardando e nós fizemos o compromisso. Mas eu peço ao Deputado Lazinho que leia o projeto para que o Deputado Jesuíno possa entender. E pedir o apoio de todos os Deputados que eu entendo o momento e a dificuldade que as casas lotéricas estão passando. É difícil até aqui para nós mostrarmos, Deputada Lúcia Tereza, as fotos. A manifestação que

eles fizeram em Brasília, justamente demonstrando as dificuldades que as casas lotéricas estão passando. Mais de 700 foram fechadas no Brasil e muitos pensam que casa lotérica ganha dinheiro. Ela apenas faz o jogo para as pessoas ficarem ricas. É isso que eu entendi, hoje, conversando com eles.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para concluir. Isso é uma franquia. Eles ganham a licitação e eles têm que construir dentro das normas que já a Caixa Econômica estipula. Eu sei por que o meu filho participou da concorrência e eu sei que a burocracia é muito grande. Eles têm que fazer, até a cor, o padrão. É o seguinte, se for para fazer banheiro, vai ter que fazer banheiro para deficiente também. Não é só masculino e feminino. Ai...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputada Lúcia para discutir o projeto. Depois o Deputado Lazinho volta a esclarecer melhor o projeto. Qualquer dúvida nós estamos aí para esclarecer.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria, neste momento, Excelência, senhor Presidente, que essa problemática que as casas lotéricas, como tantos outros segmentos da sociedade estão passando, pela situação de desequilíbrio financeiro nós sabemos. Agora, o que nós temos que nos juntar e discutir é fazer os bancos cumprirem, ter banheiro sim. Os bancos têm porque eles ganham muito. Enquanto a casa lotérica ganha 0,49, os bancos ganham milhões. Então os bancos têm que dar banheiro e água. Os bancos sim. Os Deputados, os bancos não dão, Excelência. Na minha cidade, banco deixa o usuário que está morrendo lá, usar o banheiro do funcionário. E entram poucas pessoas porque parece que toda hora está ocupado. Acho que eles têm nojo do cliente ir ao banheiro interno. Não tem banheiro externo como eles querem colocar nas lotéricas, correto? E a lotérica também gera emprego. Enquanto os bancos estão fechados, que não atende mais, as lotéricas estão abertas, recebendo todo tipo de conta, sem horário. Eu acho, o Deputado Jesuíno tem razão, que um copo de água, não tem um negócio lá na bíblia que diz que você não pode negar água? Tudo bem. Mas banheiro? Quem quiser mijar que vá mijar na sua casa ou no banco, porque na lotérica não tem condição.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Verdade, Deputada Lúcia. Só para complementar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, olha...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, só um minutinho. Só pegando um aparte aqui na fala da Deputada Lúcia, é verdade. Ainda esses bancos para atender mal os clientes. Inclusive, hoje, o Deputado Laerte já fez uma fala aqui e eu queria estar aqui na sessão presidindo, na hora. Hoje, o Deputado Laerte mesmo, precisava fazer um saque no banco, desde ontem, um saque de dez mil reais no banco do Brasil, aonde esta instituição tem as contas dela que eles ganham muito dinheiro com recurso que nós movimenta-

mos mais de dois mil funcionários nossos e esta Casa, todo o movimento é no banco do Brasil e sequer o gerente deu atenção para o Deputado, agora pensa, o Deputado é atendido assim. Pensa o usuário aí fora como são atendidos no banco. E eu já autorizei a Casa hoje, chamei a Assessoria da Casa pedindo, se tiver que pagar qualquer multa, negociar multa, porque foi feito uma negociação com o banco do Brasil para que a gente pudesse manter a nossa conta no banco do Brasil e eu pedi hoje, determinei a Casa que se tiver que pagar multa nós vamos pagar e vamos transferir a nossa conta para as Cooperativas...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Parabéns! Parabéns!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Porque está dando atenção aos nossos clientes ao usuário e a Casa vai fazer isso hoje, é a determinação da Mesa Diretora porque é uma falta de respeito que esse banco com os clientes e nós Deputados e a Instituição hoje nós sentimos na pele vendo o Deputado Laerte como foi atendido precisando fazer um saque do próprio salário dele dois dias o banco não consegue fazer.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Parabéns! Parabéns!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então já determinei hoje Deputado e já mandei chamar a diretoria, a Superintendência do SICOOB para que a gente transfira as nossas contas porque não aceitamos falta de respeito que esses bancos têm com a gente. Muito bem colocado pela Deputada Lúcia Tereza e as lotéricas tem trabalhado, tem atendido as pessoas e em nenhum momento nós temos recebido reclamação nesta Casa. Portanto, entenderam a dificuldade, por isso que nós estamos forçando e apresentando essa Lei de alteração na Lei. Muito bem Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, só para colocar aí o pronunciamento que nós fizemos hoje, Vossa Excelência estava aqui e Vossa Excelência viu que a gente passou ontem e hoje, mas eu nem digo por mim não eu não ligo para isso, eu digo é pelo servidor desta Casa que é humilhado naquele terminal que nunca funciona, nunca tem dinheiro, só vive fora de área e trata os servidores desta Casa como não..., nós não precisamos deles, porque? A obrigatoriedade é ter a conta lá no banco do Brasil, então isso tem que acabar. Perfeito. Vossa Excelência tomou uma decisão hoje que eu tenho certeza que é a vontade de praticamente toda esta Casa aqui, é tirar as contas da Assembleia do banco do Brasil, leva para a Cooperativa para atender o povo Presidente.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu queria só fazer um pequeno comentário já que está aberta a discussão. Nós temos que ter bastante cuidado, quando nós, às vezes as pessoas por desinformação ele imagina que o correspondente bancário como as lotéricas ele é banco, como banco passou ser um negócio que mais ganha dinheiro no Brasil, principalmente depois da crise econômica, depois dos juros altos, mas, a lotérica não tem nada a ver com isso e às vezes se cria uma

lei pensando nos bancos, com toda razão, que é o segmento que mais ganha dinheiro e aí pega o correspondente que não tem nada a ver com o peixe, que é quem atende lá onde não tem banco, lá no 4 de Janeiro, onde não tem banco, lá na periferia, que se não fosse ele a pessoa, principalmente, a pessoa idosa, a pessoa que não tem condições de operar aquelas máquinas lá de fazer o pagamento nos caixas eletrônicos, vai todo mundo para a lotérica. Eu falo isso porque quando o banco fecha, o banco tranca a porta lá às 14h00 quem fica atendendo até as 17h00 a população para ajudar a população e recebendo uma mixaria pelo serviço que o banco recebe um monte e a lotérica um pouquinho, quem faz o serviço para a população é a lotérica, a lotérica presta um grande serviço para a sociedade, nós não podemos, não tem nada a ver, o proprietário da lotérica que é um microempresário que dali seus quatro, cinco, meia dúzia de emprego com a instituição bancária, com as redes de bancos, com os bilionários que são o banco. Então, eu acho que o tratamento tem que ser diferenciado, não podemos tratar as lotéricas assim como a gente não pode tratar um mercadinho com uma rede de supermercado, nós não podemos pegar o Carrefour e um mercadinho que estão à beira da nossa Casa e fazer o mesmo tratamento. Tem que ter tratamento diferenciado. Leis, tem que ser observada o potencial de cumprimento dessas leis pela a população. As lotéricas não têm condições de fazer, de prestar, de fazer esta exigência que às vezes podemos fazer para o banco. Por isso, eu quero dizer que eu estou totalmente favorável a lei que isenta as lotéricas de fazer esse cumprimento, que a lei seja para o banco.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, as Lotéricas, as Casas Lotéricas que eu conheço na região elas já servem água, as que eu conheço tem bebedouro lá no meu município e acredito que as demais também. Então, independente de Lei nenhum lotérico vai agora, independente de Lei, retirar o bebedouro fora. Então, independente da lei até por uma afinidade com o cliente Deputado Lazineiro, vão continuar oferecendo água mineral para os clientes. Então vejo que esse problema da água pode ser superado, já está superado Deputado Jesuíno, sem dúvida nenhuma, nós queremos aprovar isso aqui hoje com unanimidade, contamos com o seu apoio.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero dizer o seguinte, primeiro que eu voto aqui a favor do povo, ele também é povo, ninguém está falando que o projeto é para igualitar o banco com a lotérica. O que eu estou dizendo, tratar os iguais como os iguais e os desiguais como desiguais. O que está se discutindo aqui, o tema é que..., defendo a retirada do banheiro das lotéricas que é um absurdo, que essa lei, diga-se de passagem, é de 2011. Agora, vir retirar a água, que é o mínimo que todo o comércio concede água para o cliente e se com lei não está respeitando, imagine sem lei, que não vai onerar em nada essa questão. Então, quando se tira o dispositivo da questão da água; pronto, aí se o cara quiser dar ou não, o proprietário da lotérica, ele fala: não vou mais conceder água. Então, isso que a gente está defendendo aqui. Eu voto contrário, se for para aprovar o projeto em tirando os banheiros, sou favorável; a questão da água, vou continuar defendendo porque é o mínimo que qualquer, qualquer, seja uma associação, qualquer lo-

cal você deve disponibilizar água, seja aquela que é filtrada, compra o equipamento. Aqui na Calama tem e eu fui em outros lugares, eles compram equipamento que a água que vem da própria CAERD, filtra e dá lá o copo para o cidadão dispor da água. Agora a gente não aprovando o projeto já não está sendo cumprindo porque agora, desde 2011 essa lei agora que começaram a se movimentar porque o Ministério Público vai entrar com ações civis públicas para execução. Então, é isso que eles estão vindo aqui para que não haja execução por parte da construção dos banheiros. Mas, a água era no mínimo para gente entrar num consenso e manter esse positivo. É só isso, é só isso que a gente pede.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuíno, o pessoal que vai lá na lotérica ele não fica dez minutos Deputado, ele não vai lá para tomar água, ele não fica dez minutos, ele vai lá rapidinho. Então, se ele já não está tendo lucro, se for comprar água mineral para dar para tanta gente que entra na lotérica...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não é comprar água mineral Presidente, não é comprar água mineral, eles sabem o que eu estou falando. Não é para comprar água mineral, compra um dispositivo que filtrar a água e dar para o pessoal, para o cidadão. Agora, querer só arrecadar e não tem nem o mínimo, que é o mínimo em comprar um equipamento desse.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu acho assim, se o proprietário tem condições de oferecer água, é claro que ele vai oferecer porque é importante ele ter um bom atendimento, é normal. Agora, a gente obrigar, eu acho que não caberia nós apresentarmos nesse projeto obrigando ter a água. Eu acho que aí é uma questão de cada um como empresário fazer a sua parte, se ele entender...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A gente entra num consenso hoje.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu gostaria Deputado Jesuíno, Deputado Adelino, Deputado Maurão, Presidente Maurão, Deputado Hermínio, eu gostaria de pedir um pouco de paciência na seguinte forma. O que quer que nós precisamos aqui, o bom atendimento ao público, nós precisamos disso, o bom atendimento ao público. O bom atendimento ao público é você chegar e ser atendido no menor tempo possível, porque eu não vou ficar dentro de uma lotérica ou dentro do banco do Brasil bebendo água...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É rápido, não vai lá para beber água.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu quero ser bem atendido e rápido. Outra coisa, dentro das lotéricas o tempo de permanência não passa de dez minutos, em qualquer lotérica que você for, por mais lotada que for, você vai no banco do Brasil em Jaru, uma estrutura enorme tem 03 caixas atendendo com 60 pessoas de ficha. Você vai na lotérica tem a fila, tem 07, 08 caixas atendendo. Então, é a rapidez. A água, em nenhum momento eles se furtaram em ter lá o bebedouro, em ter lá

as coisas que possam atender, inclusive eu já utilizei banheiro, se você chegar assim num local e te dar um problema, dentro da lotérica lá em Jaru; me ajuda pelo amor de Deus que eu estou... E ele me levou lá para dentro e atendeu. Além disso, não está sendo questionado aqui os banheiros, mas a água quando você coloca lá de qualquer jeito, não é todo mundo que tem o cuidado de ir lá pegar, beber e ir embora, chega lá derruba, criança derruba, é mais um funcionário que tem que pagar, é mais limpeza, é isso. O que nós queremos que as lotéricas continuem tendo o atendimento que está tendo e demais a mais, o atendimento da lotérica é do pobre, é o pobre que é atendido ali, porque a maioria hoje vai lá no celular e paga, outro vai no banco e liga par o banco, o banco desconta. Na lotérica vai pagar sua conta de energia e é rápido. Então, é isso, nós não estamos fazendo isso para prejudicar a população, é porque é uma legislação que se tiver que ser cumprida vão ter que fechar a maioria das lotéricas do Estado, o que é exigido pela normativa ou pela lei ou pelas normas legais com relação à acessibilidade e tudo a obra do banheiro vai ser maior do que a obra que está lá. Então, é uma franquia, há dez anos as lotéricas não recebem aumento de nada, quem define o que a lotérica ganha é a Assembleia Legislativa, é o Congresso Nacional, é a normativa da Caixa. Nós pegamos a documentação que eles trouxeram fazendo mobilização, fazendo mendigagem lá em Brasília para que os Deputados pudessem atender eles para poder tentar discutir uma melhoria nas condições de trabalho também dos proprietários, dos próprios funcionários e da estrutura das lotéricas. Então, é por isso que nós aderimos, se fosse alguma coisa que prejudicasse, se fosse por causa de tomar um copo de água, isso aí não é problema, sempre tem, sempre foi atendido se precisou inclusive banheiros, volto a repetir. Então, eu quero pedir a sensibilidade dos nobres Deputados que não são contra, estão colocando que nem o Deputado Jesuíno, está colocando ponto de vista dele de que poderia deixar aqui a água, mas a água já tem. Em qualquer lotérica que você chegar 'ó, eu quero tomar água', uma criança, eu quero até usar um banheiro se for preciso levam lá para dentro. Então, eu queria pedir a sensibilidade para que os companheiros pudessem entender e votar o Projeto da forma como está.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de ordem Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, primeiro o seguinte: se a lei que está sendo revogado com esse Projeto diz que tinha que ter água e banheiro nas casas lotéricas não é isso? Aí esse Projeto é para tirar a água do povo? A água e o banheiro, a água e o banheiro?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Banheiro, banheiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É para tirar água do povo não é Deputado Adelino?

O SR. JESUÍNO BOABAID – A água e o banheiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Por quê? É para tirar a água Deputado Adelino?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É para tirar a água e o banheiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Deputado Adelino Follador, está dizendo que não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É sim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio. A verdade, a grande maioria das casas lotéricas, elas são pequenas principalmente aqui da capital já tem uma estrutura maior, tem uma quantidade maior de cliente. Agora, você vai numa cidade pequena, tem uma portinha lá a pessoa tem um funcionário para atender, não tem movimento para ele manter uma estrutura dessas, se ele tiver que construir um banheiro trinta metros que está no Projeto de Lei, eles não têm condições, já estão com dificuldade.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu polemizar porque eu estou vendo muitas... A gente está regredindo, porque se tem, hoje eles dão água porque tem uma lei que garante. Agora eu acho impressionante é o nosso companheiro Deputado Lazinho, dizer que as casas lotéricas é um espaço dos pobres é realmente é, e é dos pobres, mas nós temos que tirar a água do povo e o banheiro?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, eu quero pedir a Vossa Excelência para não fazer demagogia com uma coisa dessas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não é demagogia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Vossa Excelência sabe muito bem que o meu comportamento nesta Casa não é esse, muito menos tirar coisa de pobre, tirar coisa de. Eu sou um pobre igual Vossa Excelência, não precisa partir para esse lado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero dizer para Vossas Excelências, porque sempre é assim, vem num segmento pequeno, vem segmento pequeno, querendo o que eles querem, propõem e nós aqui vamos e aprovamos. E o pobre que é a grande maioria fica, quem é que vai defender então? Quem é que vai defender? Por isso, amanhã vai chegar outros comerciantes aí e dizer: não, não, nós também temos despesas por isso, por aquilo, o espaço é pequeno temos que cortar. E como eu falei, para mim, eu acho uma lei absurda tirar direito do povo que já é pouco, já é pouco, se tirar da Lei, não vão dar água para ninguém que eu conheço, que eu conheço, por isso, para mim é triste nós ficarmos aqui perdendo tempo num Projeto que beneficia meia dúzia de donos de casa lotérica e prejudica milhares de pessoas que precisam ser atendidos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Se o problema for à água.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, vamos manter.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós mantemos uma emenda e colocamos a água não é problema.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, pronto é só isso que a gente quer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós temos a prerrogativa...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazineho deixa só o Deputado Luizinho falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós temos a prerrogativa e queremos fazer num consenso. Se o problema é a água e para ter consenso, vamos colocar a emenda e colocamos a obrigatoriedade da água.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu só queria Presidente, fazer uma colocação que eu acho que é natural que a gente tem que fazer de tudo para atender a população, concordo plenamente até porque nós somos parte, nós somos povo. Portanto, nós há um tempo atrás refutamos um projeto mandado aqui pelo Executivo, que dizia a respeito as unidades bancárias do Estado, que elas estariam obrigadas a colocar porta eletrônica, colocar vigilância armada, colocar monitoramento eletrônico e tudo isso automaticamente o povo ganharia de primeira hora, mas os postos de atendimento dessas unidades bancárias fecharia, porque não seria viável o investimento. Então, entre o risco e a necessidade da população decidiu-se por bem de tirar, de derubar essa lei feita pelo executivo e assim contemplamos então as unidades bancárias. Nessa questão o salutar seria retirar o Projeto, faz um ajuste para não onerar muito custo para as empresas que hoje todas já estão com dificuldades e por outro lado a gente vê aquilo que é possível de primeira hora de as empresas fazerem. É o bom senso prevalecendo entre o cidadão e os empresários, esse é o meu ponto de vista Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Pela ordem, só antes do Deputado Saulo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Eu acho esse tempo todo que nós estamos aqui discutindo e é louvável o tema, mas só pela questão da água, a maioria das lotéricas já tem...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já está fazendo a emenda...

O SR. LAERTE GOMES – Deixa na lei, deixa na lei água e vota a Matéria.

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA – Eu já pedi para a Casa redigir a Emenda incluindo que as Casas Lotéricas sejam obrigadas a dar o fornecimento da água, se o problema é esse aí? Todas as Lotéricas hoje, todos os comércios eles já disponibilizam de

água para os seus clientes. Então para as Lotéricas eu acredito que todas elas hoje já...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então a Emenda já está aprontando e vamos apresentar a Emenda, a Emenda apresentada pelo Deputado Saulo. E o Relator acata e nós vamos votar, então, com a água.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, para discutir.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só pedindo aqui Deputado, para eu concluir meu raciocínio aqui, fazer uma fala sobre o Deputado Hermínio. Não é Deputado Hermínio meia dúzia de empresários. Hoje nós temos aqui quase 50 empresários, microempresas de todo Estado de Rondônia, e que eles explicaram com muita ênfase e com documentos as dificuldades que as empresas estão passando, deputado Hermínio, muita dificuldade. A grande maioria já fechou, mais de 700 casas lotéricas já foram fechadas. E nós não podemos fechar mais casas lotéricas porque nós sabemos da importância dela para os usuários, para nós, a importância delas de manter as casas lotéricas. Então nós aqui temos que ter o bom senso, entendemos que temos que atender os usuários e temos que atender o povo, mas o empresário é povo que gera emprego, que se dispõe de abrir uma empresa e poder atender as pessoas. Então nós temos que analisarmos e na hora de decidirmos, decidirmos vendo a razão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Para concluir. Eu acho que o bom senso prevaleceu, é importante. Como eu disse as empresas de Rondônia elas devem ser também reconhecidas e valorizadas. Portanto a gente tem que sempre intermediar essa questão, porque todo mundo hoje tem dificuldade, e eu sou prova viva e presente deste trabalho que tem feito para a população do Estado de Rondônia, elas estão próximas das pessoas. Nós há uns anos atrás, fiz uma proposta ao Governo do Estado através de uma indicação para que todas as casas lotéricas do Estado pudessem receber o DARE, que é o documento de arrecadação estadual, e isso fez com que as pessoas também pudessem ganhar tempo de vida, porque eles com as lotéricas, várias lotéricas que nós temos no estado, elas tiram as pessoas dessas imensuráveis filas de banco. E eu concordo plenamente quando o senhor fala, porque você vai lá na lotérica e geralmente não tem fila e o serviço é muito grande que eles prestam. E quando você vai ao banco lá tem que ter banheiro, mesmo, porque lá você passa quase um dia na fila, então está certo, Presidente. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, esse projeto está sendo colocado a Emenda, para que seja servido água nos locais de atendimento das casas lotéricas, não é isso?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É isso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Mas é só isso que aumenta a despesa para eles.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É a grande maioria até tem, e eles concordam aqui, o Deputado Lazineiro que é um dos propositores da Emenda, já conversou com a grande maioria e eles concordam também de colocar a água. Então há um entendimento, consenso também da parte deles, e eu acho que aí não fica tão oneroso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Então porque não altera muito a sua capacidade de despesas, porque se fosse mais algum aumento de custo para as casas lotéricas neste exato momento nós não teríamos condições de colocar esse projeto em votação. Mas como é só água que não altera muito a despesa corrente deles, eu acredito que está de bom tamanho para ser votado este Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que eu acho que é bom. Inclusive nós votamos aqui nesta Casa um projeto da minha autoria multando os bancos pelo horário, quem fica mais de uma hora. Agora parece que é 15, ficou no ano passado, votamos, e nós tiramos as lotéricas por causa que eles têm um fluxo muito variável. O dia em que a lotérica está acumulada, que o jogo está acumulado enche de gente, depois no outro dia não tem ninguém ou tem pouca gente. Então eles têm um fluxo muito diferente dos bancos. Então com certeza eles prestam um trabalho social muito importante e com certeza nós temos que facilitar a vida deles. Uma lotérica aqui em Porto Velho é uma coisa, uma lotérica em Rio Crespo, em Cacaupô, outros municípios aí estão sobrevivendo a base com muita dificuldade. Todos os municípios pequenos e se fechar vai fazer uma falta muito grande, muitos municípios desses que nem Rio Crespo não tem mais nenhuma agência bancária. Se a Lotérica for embora está lascada. Então nós estamos com certeza usando o bom senso para valorizar esses empresários, senhor Presidente, e depois nós vamos ter 2ª Votação. Então tem muitos Projetos aqui, Presidente. Eu gostaria até porque vai ter a 1ª votação agora e vai ter a 2ª votação vai demorar, e aqui tem muita gente do interior, de longe, aí nós podemos até garantir para eles que a 2ª votação não vai ter problemas se alguém quiser se ausentar depois eu acho que não teria problema nenhum, vai estar tranquilo, mas a votação vai ser agora e a 2ª dispensar porque tem gente de todo Estado aí aguardando.

O SR. AIRTON GURGAZ – Deputado Maurão e deputados, nós também estivemos em Ji-Paraná esta semana solicitação para que se volte a pagar as taxas do DETRAN dentro das lotéricas e hoje eu estive lá no DETRAN com o pessoal da assessoria jurídica, o Dr. Albuquerque, o Dr. Antônio, o João lá do financeiro também prometeram que em 15 dias eles resolvem esse problema junto à Caixa Econômica e o Banco do Brasil, então vai ser mais aquela ajuda que vai ter das casas lotéricas poderem receber as taxas todas do DETRAN, essa mais uma informação boa que nós temos a dar ao pessoal que está aí trabalhando e buscando das casas lotéricas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Eu quero pedir ao Deputado Marcelino que é o relator da matéria para que ele emita o parecer com a emenda dos deputados, o Deputado Saulo está pegando mais algumas assinaturas, mas já é suficiente Deputado Saulo. Pedir ao Deputado Marcelino que emita o parecer com emenda ao projeto de lei.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Lei 460/16, de autoria dos Deputados Maurão de Carvalho e Lazineiro da Fetagro. Que altera a redação da emenda e dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei nº 2.482, de 26 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 3.791, de 25 de abril de 2016.

Senhor Presidente, tem a emenda do Deputado Saulo Moreira que fica acrescido o artigo ao Projeto de Lei 460 com a seguinte redação: “As casas lotéricas ficam obrigadas a fornecer água potável a seus clientes”.

Meu parecer pela legalidade e constitucionalidade, senhor Presidente, acatando a emenda do Deputado Saulo Moreira, é pela aprovação do projeto pelas comissões pertinentes, senhor Presidente, com emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Ainda em discussão o parecer com emenda do Deputado Marcelino Tenório.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Presidente, eu não vou atrapalhar o projeto não, eu não vou pedir vista não, mas eu queria deixar aqui o seguinte. Eu fico pensando aqui se amanhã os banqueiros virem aqui para a plateia e mandar alguém aqui apresentar um projeto para tirar os assentos dos bancos, tirar água, tirar banheiro, tirar tudo dos bancos e deixar o povo lá na fila sofrendo e ficar batendo palma aqui na plateia os deputados vão tudo aprovar. Eu acho engraçado você chegar num posto de gasolina, às vezes num posto que não tem nem quase movimento tem lá banheiro, tem água, banheiro até para tomar banho, tudo de graça e você chega no posto de gasolina às vezes tem bem pouquinho clientes, você chega nessas casas lotéricas principalmente quando tem mega sena acumulada tem filas grandes, é movimento atrás de movimento, aí tem que tirar banheiro, tem que tirar água. É como eu falei, para mim se tem alguém no ramo que tem respeito ao povo vai manter o banheiro independente de lei, vai manter o banheiro e a água para o povo, porque se eu fosse empresário em qualquer ramo de atender o povo dessa forma eu dava mais além, inventada um cafezinho, um cappuccino como tem aqui na Assembleia, arrumava coisa para agradar o cliente, agora tirar o pouco, porque infelizmente no Brasil muitos empresários, é a mesma coisa a legislação trabalhista quando fala que a legislação trabalhista nossa é atrasada, se tirar a lei, se tirara CLT volta a escravidão porque eu conheço esse povo, esse posso se puder o trabalhador trabalhava de graça e ainda apanhando, apanhando, por isso que a gente tem que ter o mínimo de garantia porque infelizmente muitos não tem, aí quando tem uma lei vem aqui para a Assembleia para tirar água do povo, isso é, eu vou votar contra. Não pedi vista para não atrapalhar e vou votar contra.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Obrigado Deputado Hermínio por não pedir vista. Mas não dá para com-

parar uma casa lotérica com um posto de gasolina. Postos de gasolina hoje são de grandes empresários que tem grandes investimentos que estão com grande lucro. E outra coisa, não foi por estarem no plenário aplaudindo, nós até pedimos para prestigiar, para poder acompanhar o projeto, mas se você ver de perto o que eles apresentaram para nós V.Exª vai entender Deputado Hermínio que realmente estão quebrados, com dificuldade de manter a porta aberta. Por isso que nós apresentamos essa emenda entendendo a dificuldade que eles passam neste momento, no momento que grandes empresas estão passando dificuldades, principalmente as microempresas.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Maurão, só para concluir, acho que nós políticos temos que atrapalhar quanto menos o cidadão, nós atrapalhando o cidadão estamos atrapalhando a infraestrutura, eu acho que tem que deixar o bom atendimento vai ter muito mais fregueses, eles vão com certeza, fazer o melhor.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Eles vão fazer, com certeza.

Em votação o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 460/16, com emenda. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Até o Deputado Hermínio votou favorável. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero só que registre o meu voto contrário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só fazer o registro aqui. Com o voto contrário do Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Registra o meu voto contrário, e na campanha eu vou pedir o voto dos donos de lotérica tudinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, gente. Próxima matéria.

Se vocês quiserem ficar até o final podem ficar. Estejam à vontade. O projeto já está aprovado e vai para a segunda votação, demora um pouco, mas já está aprovado em primeira, com certeza é aprovado em segunda. Fiquem à vontade e obrigado pela presença.

Próxima matéria.

O SR. EDSON MARTINS (Secretário ad hoc) – REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 058/16 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia a Frente Parlamentar em defesa da duplicação e ou alargamento da BR-364, no trecho iniciando no município de Vilhena, no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Redação Final ao Projeto de Resolução 058/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria deixar registrado, hoje foi aprovado um Requerimento nosso, onde nós apresentamos e estamos reafirmando o pedido ao Idaron no sentido de apurar uma denúncia que foi feita pelo Dr. Abdiel Afonso Figueira, que ele é advogado da Câmara de Cacoal, onde ele denunciou esse Rafael, que esse Rafael é Vereador em Cacoal. E diz que esse Rafael é meio The Flash, ele recebe de Vereador e recebe do Idaron. E ao mesmo tempo ele estava na Câmara e estava no Idaron. Tem lá comprovada a denúncia que ele, por exemplo, as 09:00 horas da manhã ele estava no Idaron prestando serviço e estava na Câmara de Vereadores lá de Cacoal. Aí foi feita a denúncia, diz que arquivaram, o Idaron arquivou. E eu estou reafirmando a denúncia e se o Idaron não tomar providências eu vou pedir providência para o órgão do Estado, é o órgão que é o responsável para apurar essas falhas, essas possíveis falhas de servidores e se não resolver eu vou denunciar no Ministério Público. Deixar aqui claro, eu estou reafirmando... É reafirmando a palavra? É a segunda vez para que seja apurado e queremos a resposta do Idaron e dos órgãos do Estado que são responsáveis para verificar isso. Se o servidor realmente errou, se não errou, nós queremos a resposta desse Requerimento. Se não vier no prazo que determina, nós vamos enquadrar, pedir para que seja enquadrado como crime de responsabilidade e também vamos encaminhar para o Ministério Público por improbidade. Se o Estado não toma medidas com relação...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, a sua denúncia vai ser acatada, é claro. Mas eu não vejo nenhuma irregularidade. Se a pessoa tem, nós temos hoje, pessoas não tem o trabalho no mesmo horário. O Agente Penitenciário é agente e é vereador, muitos funcionários do Idaron, não é só o caso do vereador de Cacoal, e ele é vereador e trabalho no Idaron. Não coincide o mesmo horário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Vossa Excelência não entendeu. Presidente, ele não pode. Se ele está recebendo do Estado todo mês, ele teria, ele não pode estar no Idaron e na Câmara ao mesmo tempo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Deputado Hermínio, vereador, desde que ele comprove a compatibilidade de horário, ele pode. Agora, Deputado não pode. Tem que ver esse negócio. Que a lei reza isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas Deputado Ribamar, é o seguinte, você pode ser vereador e continuar servidor, mas não pode... Para você receber, tem que trabalhar. Ele está recebendo o salário.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Hermínio, se ele for Presidente da Câmara, ele não pode. Mas se ele não for Presidente da Câmara e as sessões for à noite, ele pode. Se não coincidir com o horário dele. Eu já fui, tem vários servidores

que eu conheço que sempre receberam, desde que não haja compatibilidade de horário, agora se ele for Presidente da Câmara, por exemplo, aí não pode, porque ele tem tempo integral, mas se ele tiver, se as sessões forem à noite, se as sessões forem fora do expediente, se ele for professor e tem horário especial ele pode, desde que não haja compatibilidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas Deputado Adelino, quem fez a denúncia foi o Abdiel, o Dr. Abdiel que é Advogado da Câmara, se ele denunciou que está ilegal porque a Legislação em Cacoal não permite isso, e quem denunciou aqui foi o Dr. Abdiel, inclusive, ele é filho do ex-promotor de Justiça, Dr. Abdiel, aqui de Porto Velho, por isso que eu... E eu quero a resposta do IDARON, se o IDARON disser que ele não cometeu crime nenhum, ele estava certo, está ok! Mas, nós queremos uma resposta do Estado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, a sua denúncia é válida até porque ela vai ser apurada, esse é o entendimento, a grande maioria dos Deputados acha que não, mas, a denúncia sua é feita, é um direito seu de fazer e ela vai ser acatada a denúncia, com certeza a Casa vai fazer a parte.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. EDSON MARTINS (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 079/16 DA MESA DIRETORA. Regulamenta a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Marcelino, para emitir o parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Resolução nº 079/16 de autoria da Mesa Diretora. Que regulamenta a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Senhor Presidente, pela legalidade, constitucionalidade do Projeto o meu parecer é favorável pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, isso é licença maternidade para quem? Para os servidores estatutários da Casa?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para os servidores da Casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É paternidade, é para os pais. Quantos dias que é, deixa eu ver.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Cinco dias, podendo se prorrogar por mais 10 dias.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Os nossos servidores da Casa estão tudo acima dos 60 como ainda vão fazer menino? Eu sou favorável ao Projeto. Estou brincando.

O SR. ADELINO FOLLADOR – São só os efetivos ou os portariados também? Todo mundo. Portariado também ou só os efetivos? Servidor efetivo.

(Às 18 horas e 36 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Marcelino Tenório.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Esse daí é o Projeto...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ele concede 05 dias de Licença-Paternidade aos servidores da Casa.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. Está aprovado o parecer.

Em discussão Única e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. Está aprovado o Projeto. Vai ao Expediente.

Convoco o Ilustre Deputado Adelino Follador para que possa secretariar aqui os trabalhos.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 107/16 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 155. Dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar está sem parecer. Solicito do Ilustre Deputado Marcelino Tenório, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei Complementar nº 107/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 155. Que dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pela legalidade do Projeto e pela Constitucionalidade o meu parecer é favorável à aprovação do Projeto pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual é o Projeto Presidente? Qual é esse aí?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto. Dispõe sobre a alteração do Quadro de Cargos e Direção Superior de órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse aí é qual? É aquela lá da minirreforma, é isso? É só para, explica para gente aí a questão da...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, esta matéria muda alguns cargos, o projeto visa redimensionar a estrutura de Cargos de Direção Superior de algumas Secretarias e Superintendências Estaduais. Importante ressaltar Senhores Deputados, que as alterações se pretende com o projeto; não ensejarão aumento de despesa para o Poder Executivo, uma vez que os cargos criados resultaram da transformação de remanejamento e sanções de cargos já existentes na estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual. Conforme está no quadro demonstrativo abaixo. A Casa Civil, nós vamos ter a

redução de 1 CDS, que será transferido para SUDER. A redução de valores de 03 CDS da Coordenadoria de Ações de Emergência, além da transferência de um CDS 9 para SEPOG. A SUDER vai incorporar a Coordenadoria da Regularização Fundiária Rural que vai ter acrescida 13 CDS na sua estrutura, a qual sairão da SEAGRI, o qual sairão da SEAGRI os mesmos. A SEAE a redução de valores de CDS para criação, vai reduzir o CDS 11, 9, 7 para criação de 4 CDS na sua estrutura e o saldo remanescente de mil novecentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos, utilizados a absorção da criação de cargos da SEFIN. A SEPOG da mesma forma, será acrescido um CDS 9, transferido para Casa Civil. 1 CDS 9 transferido para SEAE. Supressão do CDS 12 e de 1 CDS 5 para criação de CDS 2 e 1 CDS 3 e 1. E ainda redução dos valores do 1 CDS 3 e 2 FG's. A SEFIN, vai ter a criação de 3 CDS 8, no valor total de dez mil, setecentos e sessenta, sendo o impacto absorvido pelas reduções dos CDS da SEDUC e da SEAE. A SEDUC, vai ter alteração da nomenclatura da criação de 6 CDS na sua estrutura e a redução de nove mil, cento e setenta e dois reais, utilizados para absorção do CDS para a SEFIN. Então, senhores Deputados, esse projeto, ele não traz, ele não traz nenhum impacto financeiro, foi tudo ajustado dentro do próprio organograma da estrutura do Governo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não. O Deputado Luizinho para discutir.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Conforme o Regimento Interno, artigo 172, eu vou solicitar informações a respeito do projeto. Como o projeto está sendo dado o parecer em plenário, depois eu vou tomar conhecimento do projeto e vou fazer o encaminhamento à Secretaria Legislativa das informações que eu entendo necessária para deliberar sobre essa matéria.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, então...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vossa Excelência pediu vista?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o projeto. Para discutir o projeto o Deputado Adelino Follador.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Luizinho, o senhor está pedindo vista então? Não, mas as informações já tinham que está no projeto, já foi dado o parecer, Vossa Excelência tem que pedir vista então.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Não, dado o parecer, estava em discussão o parecer...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Para discutir o parecer aqui o Deputado Adelino Follador.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E eu no parecer eu pedir informação da matéria...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não entendi ou vota ou não vota...

O SR. LAERTE GOMES – Não, a matéria já está em pauta, a matéria foi dada o parecer...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A matéria está em pauta.

O SR. AÉLCIO DA TV – Esse projeto não passou pela Organização Administrativa...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não, foi dado o parecer aqui no plenário. Deputado Luizinho, nós estamos discutindo o parecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, quero até justificar, isso aqui na realidade é uma minirreforma das mais 03 ou 04 reformas que nós já fizemos falando de Cargos Comissionados, CDS. Então, se nós já votamos 03, 04 vezes e ainda não se chegou numa conclusão, não é a quarta ou quinta vez que nós vamos votar, principalmente de um projeto que nem um Parlamentar desta Casa leu, nem um Parlamentar da Assembleia Legislativa entre os 24 Deputados leram este projeto. Se alguém leu, eu quero que se explique aqui.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda para discutir o parecer favorável, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é o seguinte. O Regimento da nossa Casa, ele não dá a questão, a medida autorizativa. Ou vai para votação ou vai pedido de Vista.

O SR. LAERTE GOMES – Já está em votação. O que cabe é Vista nesse projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Agora, o requerimento era para ser lido em plenário e aprovado em momento oportuno. Agora, eu desconheço dessa situação aí, por isso que o senhor tem que entender. Ou pede Vista neste exato momento ou não pede.

O SR. LAERTE GOMES – Cabe ao Deputado Luizinho pedir Vista do projeto, que é um direito dele, só cabe Vista este projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado...

O SR. AÉLCIO DA TV – A Comissão de Organização Administrativa esse Projeto de Reforma Administrativa não pode ser votado aqui sem passar pela Comissão de Organização Administrativa e esse não passou.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado está à vontade, está no momento se alguém quiser pedir Vista desse projeto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Pior do que isso Deputado Aécio, não passou em nenhuma, nenhuma comissão, nem na Finança e Orçamento, nem na CCJ, nem na Organização...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Luizinho, Vossa Excelência quer pedir Vista do projeto, é isso?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu só quero entender. Tudo bem. Então, eu vou pedir Vista, aí eu tenho o prazo de Vista que eu vou ter que devolver o Projeto, aí tudo bem dezoito dias e as informações que eu preciso? Aí eu vou ter que devolver o Projeto para votar?

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, a Comissão Administrativa não existe mais, ela foi fundida pela de Orçamento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Pedido de vista pronto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido o pedido de vista do Deputado Luizinho Goebel.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 110/10 DA MESA DIRETORA. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 785, de 09 de julho de 2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 110/16. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 785, de 09 de julho de 2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa.

Projeto está sem parecer, solicito ao ilustre Deputado Marcelino Tenório que possa proceder o parecer pelas Comissões Pertinentes. Só pedir aos Deputados, que nós temos Projetos com votação nominal, que os Deputados possam permanecer no Plenário, que nós temos algumas votações nominais.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei Complementar nº 110/16 de autoria da Mesa Diretora. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 785, de 09 de julho de 2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa.

Senhor Presidente, senhores Deputados dentro da legalidade, constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é favorável pela aprovação do Projeto pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório, pelas Comissões Pertinentes. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Votação nominal o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim

- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente está sendo votado aí, Deputado Laerte, Deputado Laerte, qual é o número daquele Projeto de Lei, para pedir inclusão na ordem daqueles incentivos, qual o número do Projeto de Lei? Para a gente pedir inclusão e ordem dos incentivos, cadê esse Projeto? É aqueles incentivos que tem aqui do Estado. Cadê o Projeto Manvailer? Qual o número por gentileza?
Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu queria que colocasse a Mensagem 108 em discussão também para discussão e votação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Por favor, assessoria, pegar o projeto, a Mensagem?

O SR. JESUÍNO BOABAID – 108.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – 108.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O que é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sobre os incentivos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 16 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 111/16 DA MESA DIRETORA. Altera a Tabela 5, Anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Saulo Moreira, da Comissão de Constituição e Justiça que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, companheiros Deputados, esse Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora, ele está alterando a Tabela 5, Anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

Está dentro da sua legalidade, portanto, o meu parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Saulo Moreira pelas Comissões pertinentes. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Em discussão. Em votação. Votação nominal. O painel já se encontra aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 16 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 373/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 059. Altera a redação do artigo 44, da Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016” e do artigo 8º da Lei nº 3.745, de 23 de dezembro de 2015, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2016”. Com emenda do Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 373/16, está sem parecer. Designar o Deputado Adelino Follador

para proceder parecer pelas Comissões pertinentes, com emenda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse Projeto de Lei foi matéria já questionada na questão de aumento de impostos, porque ela cita aqui os 2% de combate à pobreza, mas, na realidade, hoje o pessoal da SEFAZ veio aí, esclareceu na Comissão de Redação e Justiça e é um projeto que já foi votado no ano passado; esse é o outro que vai vir no próximo.

Esse aqui é dos Poderes, que altera a redação do artigo 44, Projeto de Lei 373/16, de autoria do Poder Executivo. Já tem uma emenda do Deputado Jesuíno, corrigindo a redação. Então somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes. Acatando a emenda.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Adelino Follador, com emenda. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer com emenda.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado com emenda. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 412/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 091. Altera dispositivo da Lei nº 1.064, de 16 de abril de 2002, que dispõe sobre a redução de base de cálculo nas operações internas com veículos automotores novos, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O projeto falta o parecer da Comissão de Finanças e Organização Administrativa. Solicito ao Deputado Cleiton Roque para que possa proceder o parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. CLEITON ROQUE - Projeto de Lei 412/2016 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 091. Altera dispositivo da Lei nº 1.064, de 16 de abril de 2002, que dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações internas com veículos automotores novos, e dá outras providências.

Senhor Presidente, pela legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável quanto ao referido projeto de lei.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Cleiton Roque.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Tem um parecer já da Deputada Lúcia Tereza aqui também da Comissão de Redação e Justiça.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como

se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 427/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 110. Altera, acrescenta e revoga dispositivo da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; altera dispositivo da Lei nº 912, de 12 de julho de 2000, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais - TATE, e revoga dispositivo da Lei nº 1.558, de 26 de dezembro de 2005, que cria incentivos tributários a estabelecimentos industriais localidades no Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Este projeto está sobrestado, Presidente. Que informação que chegou? Tem que apresentar para a plenária. Quem pediu vista? Vocês pediram vista, mas tem um monte de revogação de dispositivo aí, dá nova redação para tudo que é lugar. Eu falei para eles.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Este projeto Deputado Jesuíno Boabaid, nós discutimos hoje na comissão onde estiveram lá Dr. Wilson e Dr. César para fazer as explicações exigidas e o Deputado Adelino Follador ficou para rever só arrecadação que já tinha sido feito, esse é o fundo que nós votamos no final de 2015, o FECOEP.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado, inclusive tem sete milhões e meio na conta, aí se a gente der o parecer aqui eu quero sugerir que seja já feito um requerimento aqui para a SEAS mandar a programação de aplicação desse recurso.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Mas o problema que a gente está com este projeto aí na mão, só essa lei pode ver quantas vezes foi revogada ou alterada, eu falei para eles, está disciplinando um artigo, eu vi todinho. O problema quando o senhor pediu aquela questão de onde está indo não é problema, o outro problema é que está alterando vários dispositivos que disciplina inclusive, que remete aquela questão dos produtos supérfluos e aí me causou preocupação essas novas redações, revoga dispositivo tal, a minha preocupação é essa. E outra coisa, a SEAS sinceramente, com todo respeito ao Governo, não produz nada, sete milhões parados, que fundo é esse? Daqui a pouco está remanejando esse valor de sete milhões para cobrir outro fundo, é por isso que tem que colocar nessa lei aí que a gente não pode autorizar esse remanejamento desses fundos. Igual foi feito, inclusive o Governo vai responder porque remanejou lá do IPERON 30 milhões, 30 milhões que não poderia. Então essas são as situações. Eu sou contrário a votar esse projeto sem ter as devidas informações, porque a Lei 688 é uma colcha de retalhos, ela não, sinceramente... Pode pegar o caput dela aí, ela tem para mais de 30 alterações. Inclusive estão... Agora altera, revoga, é muito fácil fazer essas revogações. Vêm aqui dois auditores fiscais, fala lá um monte de abobrinha e aí a gente sai convencido? Não, eu não estou convencido não. Se Vossas Excelências quiserem colocar em pauta, eu vou pedir vista.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu queria sugerir ao Deputado Laerte que já que surgiu, para a gente deixar para a próxima Sessão para a gente votar com mais calma isso aqui e a gente pode trazer o relatório. Eu acho...

O SR. LAERTE GOMES - Só explicando, tudo bem Deputado Adelino. Vossa Excelência que é o relator e está dentro do prazo, mas só falando para o Deputado Jesuíno, que não está criando nada. Só está fazendo uma adequação do que já é repassado. Desde março as informações chegaram, está com o Deputado Adelino. São sete milhões e meio que foi transferido para o Fundo, sete milhões e meio já tem no Fundo...

O SR. ADELINO FOLLADOR - De janeiro até agora.

O SR. LAERTE GOMES - De janeiro até agora. Então, a cobrança que nós temos que fazer aqui, eu concordo com Vossa Excelência, é na SEAS, é no que está sendo aplicado esse recurso. Porque o que Vossa Excelência falou sobre a questão da SEAS, eu tenho falado aqui reiteradamente. A questão, a passo de tartaruga que anda a Secretaria, a SEAS. Isso nós temos falado aqui. Agora, a questão da SEFIN, esse projeto não tem nada a ver com a questão do recurso. A SEFIN só está fazendo essa adequação no repasse que ela já faz para a SEAS. Agora a questão do fundo, o Deputado Adelino propôs aqui já fazer de imediato o Requerimento solicitando informações. A Deputada Lúcia também fez isso hoje, solicitando informações da SEAS, no que está sendo aplicado. Agora, sobre a questão do projeto, hoje foi bem explicado lá, não se aumenta nada, não aumenta tributo em nada, só está fazendo essa adequação do que está sendo transferido para esse Fundo, que foi votado no ano passado aqui nesta Casa. Então se Vossa Excelência permitir já votaria hoje, o Deputado Adelino, e a gente já faz esse pedido de informação, Deputado Jesuíno Boabaid, agora para a SEAS, até dentro da Comissão de Finanças ou na CCJ, já convoca logo a Secretária para vir dar explicação aqui para esta Casa do que está fazendo com esse dinheiro, fazendo com esse Fundo. Eu conto com a colaboração de Vossa Excelência, se Vossa Excelência assim permitir...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, então... Vai votar então a discussão?

O SR. LAERTE GOMES - Vamos votar ele. Hoje já convidou os diretores lá da SEFIN para virem aqui. Vieram, explicaram o projeto na CCJ, para todos nós. Tenho certeza de que o relator saiu convencido. A Deputada Lúcia saiu convencida.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente, eu não vou causar não, mas se tiver qualquer alteração da lei 688 aqui, que tem uns, eu acho que tem uns 04 projetos aqui. Tem negócio de grupo de TATE de novo sendo discutido. Terça passada nós mexemos nesse grupo TATE, hoje de novo o grupo TATE. Amanhã esse tal de TATE, parece o grupo tático da PM, entendeu? A gente tem que acabar com esse negócio toda hora aqui esse grupo TATE, TATE, TATE. É por isso que eu estou vendo, é toda hora TATE, TATE, TATE. E o que está se discutindo aqui são duas posições. Inclusive o projeto idêntico que passamos terça-feira. Aí hoje está se discutindo agora negócio de Fundo

da Erradicação da Pobreza, que dá 2% e altera um monte de dispositivo. Depois da Deputada, igual àquela lei que foi mexida, da SEDAM, que nós passamos no final de 2015 aqui, que majorou quase 1.000% e hoje a gente está tentando revogar aquele dispositivo que está prejudicando o próprio comércio, viu Deputado Aécio, aí sim, é uma lei que mata os comerciantes, mata as pessoas que realmente sobrevivem dessa questão. Então eu, sinceramente, eu não vou causar obstrução, mas se tiver outro projeto, Deputado, líder do governo, por gentileza, peça ao senhor Jorge Wagner que faça um projeto único. Peça para a assessoria trabalhar num projeto único e manda para cá para discutir. Mas tranquilo, não vou obstruir não. Pode...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esse projeto ainda não tem o parecer, não?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não. Está sem parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esse projeto fala em ICMS, um monte de coisa, Deputado Marcelino? Eu só quero dizer o seguinte, para todos os Deputados aqui, nós aqui estamos... Eu me lembro, no ano passado, no início do mandato aqui, os Deputados eram valentes aqui, 'não, não podemos votar projeto sem primeiro passar nas Comissões'. E hoje chega projeto, esses projetos, Deputado Jesuíno, esses projetos, Deputado Adelino, para falar a verdade a gente não sabe bem mesmo o que é que está aí dentro não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, mas esse aqui está na Comissão há mais de dois meses já.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Aqui todos os projetos terminam, o governo, aprovando. Eu acho que não tinha necessidade de aprovar assim, à toque de caixa. Vossa Excelência, meu economista...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Hermínio, ele está aqui, foi protocolado dia 14 de junho. Já tem um bom tempo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas não tem parecer ainda, da Comissão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem o parecer aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas aonde tem o parecer que a Comissão deu parecer? Vai dar agora, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tem parecer. Está aqui, está aqui. Ainda não foi aprovado, mas está ali. É que a Deputada Lúcia tinha pedido vista.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Como eu sei que a gente não consegue impedir nada aqui, o governo aprova tudo, eu só digo o seguinte, infelizmente a gente só fica sabendo de muitas coisas que a gente aprova aqui quando o povo sente na pele lá na base, quando o povo reclama. Eu também tenho

consciência disso, mas muitas vezes eu nem verifico porque eu não consigo discutir um projeto aqui da forma que deveria discutir. Quando o governo quer aprovar, aprova na base do atropelamento e fica por isso mesmo. Eu só queria dizer isso para os Deputados. Nós podíamos muito bem, meu Deputado Dr. Neidson, aprovar, de qualquer maneira dá para aprovar, agora, deveria analisar mais, debater mais esses projetos, até para valorizar mais esta Casa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador, para que possa proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, se houve erro em aprovar esse Projeto foi cometido ano passado, agora já foi criado e já está arrecadando recurso desde janeiro. Então, tem sete milhões e meio, eu quero aproveitar aqui antes de relatar o Projeto que seja feito o Requerimento aqui a SEAS, que mande o cronograma de gastos desse dinheiro. Qual a programação que a SEAS tem hoje pelo dinheiro, que desde janeiro até agora mandaram, hoje cedo nós pedimos, já recebi em meu gabinete e já acumulou sete milhões e meio. Então nós gostaríamos que fosse também colocado em votação Sr. Presidente, o Requerimento para a SEAS que ela informe qual a programação que ela tem para esse recurso e para o outro que vai entrar também.

Então, nós somos de parecer favorável, tendo em vista que não é, não está criando imposto agora, o imposto já foi criado o ano passado, é só uma adequação de redação. Então, a Secretaria de Fazenda hoje veio e esclareceu uma questão com as duas leis que estava se contrariando e tinha um questionamento pela Procuradoria Geral. Então, está sendo adequado só o Projeto em cima da Lei que nós aprovamos o ano passado.

Então, sou de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, senhor Presidente, com o Requerimento também.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o projeto. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação o Projeto de Lei 427/16.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – PROJETO DE LEI 440/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 137. Que dispõe sobre a criação do Programa de Assistência a Vítima e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia – PROVITA/RO, de seu Conselho Deliberativo e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Projeto de Lei do Poder Executivo, Mensagem 137, Projeto de Lei 440/16. Dispõe sobre a criação do Programa de Assistência a Vítima.

O projeto está sem parecer. Solicito do Deputado Jesuíno Boabaid, para que possa proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Sr. Presidente, trata do Projeto de Lei 440/16 do Poder Executivo. Dispõe sobre a criação do Programa de Assistência a Vítima e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia – PROVITA/RO, e do Conselho Deliberativo.

Nós, eu participei de uma reunião, inclusive, junto com o Dr. Shalimar que estava também presente o Dr. Glodner, que é Juiz Magistrado, e lá o próprio Ministério Público suscitou que houvesse a retirada do nome do Ministério Público para ele poder votar, bem como do Judiciário, e aqui no artigo 9º, o Conselho Deliberativo diz o seguinte: “o Programa de Licença as Vítima e a Testemunhas, integrado, será dirigido por um Conselho Deliberativo, Órgão, Direção Superior integrado por um representante titular e suplente das seguintes entidades, aí fala: Ministério Público, é o primeiro”. Então, eu já entrei em contato, eu retiro, eu peço que seja acrescentado, dado uma nova redação que retire do artigo 9º o inciso I, que é o Ministério Público do Estado de Rondônia; e o inciso VII, que é o Ministério Público Federal; e o VI, Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Então, os demais ficarão no Conselho Deliberativo e eles, eles apenas ficarão como órgão de ouvidores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fiscalizador, que já são automaticamente. A função dele já é de fiscalizar.

O SR. JESUÍNO BOABAI – É, mas eles não terão o direito de voto, ser votado, e não irão participar do Conselho Deliberativo. Essa é a Emenda que foi acordada, por isso que o Projeto foi aportado, inclusive, com o próprio Líder aqui do Governo está presente. Então, fica o seguinte: “fica excluído do art. 9º o inciso I, o Ministério Público do Estado de Rondônia; o inciso VI, o Poder Judiciário do Estado de Rondônia; e o VII, Ministério Público Federal do Conselho Deliberativo, e eles revogando o dispositivo, revogando o dispositivo”. E colocando aqui uma Emenda no § que “eles ficarão apenas como órgão meramente de ouvidores, ouvidores”. Certo!

É dessa forma que o nosso parecer é favorável com Emenda Supressiva e também dando nova redação ao § 1º do art. 9º, que aí ficará com uma nova redação, aonde, esses que nós suprimimos ficarão como “ouvidores”.

O nosso parecer é favorável com Emenda Supressiva e alterando o § 9º e modificando o § único, único do artigo 9º. Dá nova redação que o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal e Estadual ficarão como órgão meramente como ouvidores.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu só tenho, a minha preocupação que esses Conselhos têm que ser paritário. Eu não sei se tirando eles, ainda fica ainda paritário, porque tem que ter representação das duas partes. Os Conselhos normalmente, eu não sei se tirando esses órgãos se tem que colocar outros ou retirar mais outros, porque a questão paritária...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Vai ficar. São o total de 11, tiramos 03, ficará 09.

O SR. ADELINO FOLLADOR – 09. Mas, quantos da sociedade civil e quantos da sociedade...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não, mas aí ninguém está tirando a sociedade civil, só está tirando de um órgão e Poder. Então, por isso que vai ficar balanceado.

Parecer favorável com a Emenda Supressiva e com alteração do § único do artigo 9º, que eles vão ficar como ouvidores na questão do Conselho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável com Emenda do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer com emenda.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em discussão o Projeto de Lei nº 440/16 com Emenda. Em primeira discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado e vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 432/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 117. Altera o Anexo IV da Lei nº 1.386, de 14 de setembro de 2004, que “Altera, acrescenta e modifica dispositivos das Lei nº 1067 e nº 1068, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei 432/16, mensagem do Poder Executivo 117. Solicito o Deputado Jesuíno Boabaid possa proceder o parecer pelas comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Projeto de Lei 432/16 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 117: Altera o Anexo IV da Lei nº 1.386, de 14 de setembro de 2004, que “Altera, acrescenta e modifica dispositivos das Lei nº 1067 e nº 1068, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências”.

Somos de parecer favorável pelas comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Para discutir o Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Em discussão Presidente. É só, na semana anterior ia ser votado esse projeto, pedir para o líder do Governo, para que possa retirar, porque analisei algumas tabelas com valores diferentes. Aí entrei em contato com os funcionários analisando os contracheques e as tabelas estavam adequadas e o projeto é só para retirar da GAE, que é a Gratificação por Atividade Específica, a nomenclatura de médicos veterinários e médicos também para que já tem uma gratificação de atividade, desempenhe o que é específico para os médicos veterinários e médicos. Então, foi analisado e está liberado Deputado Laerte para votação e obrigado por atender o nosso pleito aí na semana anterior, na sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o parecer...

O SR. LAERTE GOMES – Só senhor Presidente, agradecer o Dr. Neidson, que a semana passada ele nos solicitou para que retirássemos o projeto de pauta, com compromisso de trazer esta semana, de acordo com o que ele ia analisar tecnicamente o projeto e trouxe Dr. Neidson, obrigado por ter liberado para gente votar hoje.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto de Lei 432/16. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 443/16 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Rádio FM dos Amigos de Alto Paraíso – ACAAP, com sede no município de Alto Paraíso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Saulo Moreira. Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Rádio FM dos Amigos de Alto Paraíso – ACAAP, com sede no município de Alto Paraíso.

O Projeto de Lei 443/16. Já tem parecer. Em discussão o projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 454/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 157. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Rondônia – PEFESRO, cria o Conselho Estadual de Economia Solidária e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 454/16 se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Eu solicito a líder do Governo à retirada desse Projeto para que seja discutido, que está se criando outro conselho no Estado de Rondônia. Esse Projeto está sendo criado mais um conselho no Estado de Rondônia, para que nós possamos pelo menos analisar melhor esse Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só de antemão, até que eu fiz uma leitura, só para o Deputado, Presidente Marcelino. Esse Projeto no artigo 9º salvo engano, ele diz que os membros não irão receber, perceberão qualquer remuneração, então, para mim, eu já me dou satisfeito quanto não receber isso aí é fato que eles não irão receber e é tudo de forma voluntária a participar desse conselho, então.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero só esclarecer ao Deputado Marcelino, que esses programas aqui, eles exigem que haja um conselho, sob pena de não aplicar recursos. Infelizmente hoje os ministérios impõem de cima para baixo, isso aqui é recurso federal e se não criar o conselho, nem estou falando isso aí, estou falando não porque se não o Deputado Lazineiro fica bravo. O Deputado Laerte, está dizendo aqui que é

coisa do PT, mas eu não estou dizendo isso não. Eu estou falando o seguinte: que esse recurso federal, eles exigem acompanhamento do conselho, Conselho Paritário e aqui está sendo nomeado como não está sendo remunerado é só fins de... o senhor quer retirar?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputado, o senhor faça essa menção que nós não lemos, não tivemos tempo de olhar o Projeto, que às vezes cria tanto conselho no Estado de Rondônia, cria conselho disso, daquilo outro, onde você impede a celeridade dos Projetos no nosso Estado. Nós estamos, um exemplo, nós estamos com agronegócio paralisado no nosso Estado, por ter criado uma Lei que fomos Deputado Laerte, atender é quase uma Lei Federal, onde nós não deveríamos ter feito isso, porque Espírito Santo, Santa Catarina tem Leis diferenciadas desse Programa do Governo Federal, onde lá o Governo do Estado monta Programa de Governo e exerce ele, e aqui no Estado, o Governo hoje no setor do agronegócio, o Governo não pode montar nenhum Programa, porque tem que ir para aquela tal de chamamento público, aí você não consegue andar nem processo hoje, não tem nenhum Programa de Governo andando por essas condições. É isso que eu, a minha atenção sobre o Projeto, se isso também vai conflitar no segmento novamente. Agora se não houver nenhum conflito de entendimento aqui.

O SR. LAERTE GOMES – nosso querido companheiro Deputado Marcelino, na verdade esse conselho, é a questão da...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Burocracia.

O SR. LAERTE GOMES – É o conselho de economia, solidariedade, economia solidária que ele vai ser entregue ao SINAES, que o SINAES que o Sistema Nacional de Economia Solidária, então, para receber os benefícios, os recursos têm que ter o conselho aqui. Eu também penso que nem Vossa Excelência, quanto mais conselho pior é, mas hoje você vai, por exemplo, nas secretarias municipais de ação social, por exemplo, para você receber os recursos do Ministério do Movimento Social, você tem que ter o conselho, só o conselho que pode aprovar prestação de contas. Você vai à Secretaria de Educação, para você receber os recursos, os Programas do FNDE, você tem que ter os conselhos e infelizmente é uma política criada de cima para baixo, que se a gente não se adequar aqui, a gente fica fora do sistema e não recebe os recursos principalmente dos Programas do Governo Federal. Então, no nosso entendimento aqui, a criação desse conselho vem justamente a casar com o Conselho Nacional, com o Sistema Nacional para poder receber recurso de programas da área social. Mas Vossa Excelência entendeu, eu também penso como Vossa Excelência, mas eu acho que é um mal necessário isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para esclarecer, no artigo 4º os Membros da SEAS, não receberão qualquer tipo de remuneração em sua participação, será considerada função pública relevante. Aqui parágrafo único: as Sessões Plenárias serão realizadas ordinariamente a cada dois meses conforme calendário anual previamente acordado estritamente quando convocados pelo Presidente, requerimento da maioria dos seus membros. Então, posso dá o parecer?

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Diante as explicações do nobre Deputado Laerte Gomes, também Deputado Adelino Follador, dentro dessas alegações aí. Solicito ao senhor Deputado Adelino Follador, que conceda seu parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, o Projeto de Lei 454/16 Mensagem 157. Que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado de Rondônia – PEFESRO, cria o Conselho Estadual de Economia Solidária e dá outras providências.

Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Na verdade é que tanto conselho, Deputado Marcelino, eu também que já fui Prefeito, todos os Programas do Governo Federal depende dos conselhos deliberativos, deliberam sobre a aplicação de recurso e tal, e às vezes falta funcionário, tinha dia que a gente saia procurando qual funcionário, que o funcionário fazia parte de tantos conselhos não queria mais fazer parte, você ainda tem que construir os conselhos, realmente às vezes até trava e dificulta, não tem remuneração, o funcionário não quer participar, os membros não querem participar, mas aqui acho que todos que foram prefeitos, principalmente da minha época, no meu último mandato, tanto Conselho que foi criado pelos companheiros lá em Brasília mesmo, viu Deputado Lazinho, que é importante, mas realmente dificulta um pouco.

Em votação o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 454/16. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 459/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 160. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 676.705,54, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 459/16, Mensagem 160, se encontra sem parecer. Vou designar o Deputado Jesuíno Boabaid para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Trata-se do Projeto de Lei 459/16. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 676.705,54, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM.

O projeto se encontra com todos os documentos pertinentes, com todas as informações, realmente é plausível, o Governo tem encaminhado as documentações pertinentes, motivo pelo qual que nós entendemos por se tratar e estar completo o projeto, as informações, entendemos que o parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Em discussão, em votação o Projeto de Lei 459/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO. Requeiro à Mesa nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos: PLC 110/16, PLC 111/16, PL 373/16, PL 412/16, PL 427/16, PL 432/16, PL 440/16, PL 443/16, PL 454/16, PL 459/16, PL 460/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o requerimento do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Em discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – Esgotadas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 31 minutos)

ATA DA 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 16 de Agosto de 2016

Presidência do Sr.

Edson Martins - 1º Vice - Presidente

Secretariado pelo Sr.

Marcelino Tenório - Deputado

(Às 19 horas e 32 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro(PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Jean Oliveira (PMDB), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Maurão de Carvalho (PMDB) e Ribamar Araújo (PR).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 43ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – Solicito a dispensa da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. PRESIDENTE (Edson Martins) – Está dispensada a leitura da ata da sessão anterior. Determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 110/2016 DA MESA DIRETORA. Dá nova redação ao Parágrafo Único do artigo 16 da Lei Complementar nº 785, de 09 de julho de 2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 110/2016, de autoria da Mesa Diretora. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuino Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 14 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 111/2016 DA MESA DIRETORA. Altera a tabela 5, e anexo I, da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2003.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação, Projeto de Lei Complementar 111/2016. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuino Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 14 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 373/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 059. Altera a redação do artigo 44 da Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2016", e do artigo 8º da Lei nº 3.745, de 23 de dezembro de 2015 que "Estima a recita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2016".

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Projeto de Lei 373/2016, em segunda discussão e votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 412/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 091. Altera dispositivos da Lei nº 1.064, de 16 de abril de 2002, que “Dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações internas com veículos automotores novos”, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 412/2016. Em discussão e votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 427/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 110. Altera, acrescenta e revoga dispositivo da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; altera dispositivo da Lei nº 912, de 12 de julho de 2000, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais - TATE, e revoga dispositivo da Lei nº 1.558, de 26 de dezembro de 2005, que cria incentivos tributários a estabelecimentos industriais localizados no Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Projeto de Lei 427/2016, em segunda discussão e votação. Em discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 432/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 117. Altera o anexo IV da Lei nº 1.386, de 14 de setembro de 2004, que altera, acrescenta e modifica dispositivos da Lei nº 1067 e nº 1068, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 432/16, Mensagem do Poder Executivo, em segunda discussão e votação. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 440/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 137. Dispõe sobre criação do Programa de Assistência a Vítima e a Testemunhas Ameaçadas no Estado de Rondônia – PROVITA/RO, de seu Conselho Deliberativo e dá outras providências, com emenda.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 440/16, em segunda discussão e votação. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 443/16 DO DEPUTADO SAULO MOREIRA. Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Rádio FM dos Amigos de Alto Paraíso – ACAAP, com sede no município de Alto Paraíso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 443/16, de autoria do ilustre Deputado Saulo Moreira, em segunda discussão e votação. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 454/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 157. Institui a política estadual de fomento à economia solidária no Estado de Rondônia – PEFESRO, cria o Conselho Estadual de Economia Solidária e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 454/16 do Poder Executivo, em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto de Lei 454/16. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 459/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 160. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 676.705,54, em favor da unidade orçamentária: Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 459/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 460/16 DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E LAZINHO DA FETAGRO. Altera a redação da emenda e dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei nº 2.482, de 26 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 3.791, de 25 de abril de 2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 460/16 dos ilustres Deputados Maurão de Carvalho e Lazinho da Fetagro, em segunda discussão e votação. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc) – Não há matéria mais a ser apreciada, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, espera, espera. Antes de encerrar a Sessão, a gente abriu mão, a gente queria se manifestar nesse horário. Queria que chamasse o Deputado Hermínio para que a gente, fazer uso da tribuna, bem como falar sobre um vídeo que está acontecendo quanto à questão das usinas. Então eu queria, antes de encerrar a Sessão, a gente ter esse espaço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, na sequência o Deputado Jesuíno para fazer a apresentação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É da usina. Como eu e o Deputado Hermínio estamos aqui, a gente vai... Pode colocar o vídeo aí, pode desligar a luz.

(Apresentação de vídeo)

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso aí é onde está sendo as águas. Olha só a pancada. O ser humano caiu aí está morto. Agora olha só a outra parte.

(Apresentação de Vídeo)

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero agradecer ao Maique e ao Thiago que estiveram presente lá, que fizeram essas imagens de um drone, mas eu queria, na oportunidade dizer a todos os Deputados e a todas as pessoas que se encontram presentes, que tramita nesta Casa o Projeto de Lei que aumenta as quotas para Santo Antônio disponibilizar energia de mais seis turbinas.

Senhores, por isso que é bom a gente ter um retroprojektor..., cortaram, de novo? Eu espero que eu não esteja sendo boicotado, por gentileza também, eu espero que não haja isso também.

Mas, assim, eu quero dizer que Santo Antônio disse que já está feita a linha de transmissão. Está feita sim, só que essa energia vai entrar no operador geral, ou seja, numa linha geral. Então essa energia vai ser gerada por seis turbinas, vai entrar de forma direta e vai vendida através de ações. Primeiro ponto que é a mentira, eles dizem que é a questão do linhão.

O segundo ponto, vocês viram a situação daquelas, aonde sai à questão das comportas, fica bem o vídeo, eu não sei se tem como voltar, você vai ver que aonde sai à água, da onde vem à água é onde pegou a situação desse local onde houve essa avalanche de terras, desmoronamento.

E agora, aí veio aqui um do topete, esqueci o nome do gestor aqui, que estava aqui da Santo Antônio cheio de, é esse Márcio ...Como é o nome? Márcio não sei o que, que é o nome dele, cheio de razão dizendo que ele queria que provasse que Santo Antônio, eu vou falar de Santo Antônio depois eu entro em Jirau, que Santo Antônio trouxe algum prejuízo aos cidadãos rondonienses, aos ribeirinhos.

Eu quero dizer para esse cidadão que eu acho que, eu não sei, ou ele tem muita cara de pau de vir aqui dizer para a gente, tentar enganar o povo de Rondônia. Olha a força daquela água, e aquilo ali, nós fomos eu e o Deputado Hermínio no local, nós fomos in loco, inclusive, nós fizemos postagem ao vivo do local, quando nós estávamos lá presente estava

desbarrancando. A tendência, os estudos que já foram feitos é que de onde está desbarrancando, vai chegar aproximadamente uns 500 metros, se não fizerem um muro de eia rima, nem o muro de contenção não fizeram. E o que eles dizem mais ainda; olha vão dizer de uma forma que tenha jusantes, que é o nome técnico que eles falam. Mas, das comportas para baixo, ele falou que não vai pagar nada, vai esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal para se manifestar, que o povo se arrebente. Falou desse jeito. E para cima, nós tivemos hoje presentes, várias pessoas aqui, lá de Nova Mutum, Jaci Paraná, que Santo Antônio não vem cumprindo com aquilo que seria acordado em fazer as questões das compensações, das devidas indenizações. Então, para o povo ter ciência e digo mais e digo mais, tudo bem que essa empresa não tem as devidas autorizações que foram deferidas por parte dos órgãos regulamentadores, salvo engano, alguns deferiram, que foi a ANA e bem como um outro órgão regulamentador que defere a questão da autorização de usar esses espaços. Mas, é um absurdo esse desastre, não vai ser o primeiro, não vai ser o último, vai acontecer coisa pior e nós temos sim, aí o Deputado Adelino é o relator dessa matéria, de chamar mesmo essas usinas na responsabilidade, não podemos aceitar que este projeto venha fazer e o Governo tente a todo momento em querer aprovar esse devido projeto, sem não tomar uma medida séria e nós Deputados que nos encontramos agora, nesse exato momento com mandato, não podemos aceitar que isso venha passar de uma forma assim nas nossas barbas, assim. Então, somos contrários, fomos em um local e pedimos até, inclusive nós iremos encaminhar um CD para o Ministério Público para entrar com as devidas Ações Cíveis Públicas. Mas, esta Casa, já consegui quatro assinaturas de uma CPI, uma CPI para apurar possíveis irregularidades nas construções da Usina de Santo Antônio e Jirau. Era isso que eu queria falar. O Deputado Adelino quer falar?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero parabenizar o Deputado Jesuíno por ter feito essa explanação e com certeza, inclusive nós juntamos a documentação, eu pedi para filmar essas duas Audiências Públicas e nós filmamos toda a repercussão das duas Audiências Públicas e hoje nós aprovamos cinco requerimentos, pedindo inclusive cópia do IBAMA dessa Ata que fizeram lá, pedimos vários documentos. E nós estivemos hoje com o Dr. Airton, lá no Ministério Público e ele já passou para amanhã, inclusive se podia até o Dr. Valter já que estava junto comigo, ele vai acompanhar o Dr. Valter, aí o nosso assessor, que eles pudessem encaminhar isso que vai reunir junto com o Ministério Público e depois nós vamos provocar o Ministério Público para que ele venha no processo, traga todo o material que já tem, as denúncias, as apurações que estão sendo feitas, junto com aquilo que nós já levantamos para depois, de repente, fazer esta Audiência Pública já com essa documentação toda em mão. Agora, estão aqui os nossos colegas Parlamentares e nós temos que com certeza fazer o que puder fazer para que não aconteça essa situação, que não piore mais. Aprovando esses 80 cm, nós vamos ver o desastre. Vai acontecer que nem o senhor falou Deputado Jesuíno, nós não sabemos o que vai acontecer já com aquilo que tem, se nós autorizarmos isso, nós vamos ser responsabilizados amanhã, inclusive falaram que nesta Casa tem a CPI ainda aberta da-

quela época que não foi fechada a CPI. Gostaria até que fosse, a Assessoria Jurídica desta Casa fosse apurada, que a CPI lá atrás que tinha aqui não foi encerrada até hoje. Mas, eu acho que o problema agora seria levantar a documentação para impedir a regularização dessa situação deles. Eu acho então que nesse trabalho que nós estamos fazendo em cima dessa capacitação de material, de matérias, de documentos, de reivindicações das categorias, de todo mundo para poder dar sustentação ao Ministério Público, não só para nós aqui na Assembleia, mas também o Ministério Público ajude a travar, porque nós vamos ser, eles vão tentar patrolar nós, eles já falaram isso. Então, nós temos que fazer esta Casa, é hora de analisar bem e fazer a nossa parte não autorizando. Na realidade esse projeto só está falando da desafetação da área que eles estão precisando, o restante eles já receberam do IBAMA. Então, nós, esse impedimento é que nós esperamos que o Governo Federal não abra mão, que a gente consiga segurar. Mas, a Justiça, o Ministério Público pode ser um aliado muito grande nosso. Então, parabenizar o Deputado Jesuíno, o Deputado, parece que o Deputado esteve junto com Vossa Excelência, o Deputado Hermínio. Parabenizar por ter ido lá e a gente viu esse desastre e a gente viu os comentários nas redes sociais, é muito grave e a preocupação desses ribeirinhos é muito grande. Então, com certeza a nossa posição é clara, somos contrário e não sei nem porque eles não vieram pedir ainda para gente adiantar, vários Deputados falaram que foram questionados, pedindo para agilizar. Para mim nem vieram pedir porque eu já tenho uma posição clara sobre isso não podemos autorizar. Obrigada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, ainda falando desse tema. Eu participei de uma Audiência Pública lá no município de Machadinho, falando da Usina de Tabajara, o mesmo posicionamento que eu tive lá, eu tive ao contrário quando foi da implantação dessas usinas aqui em Porto Velho. E por quê? Porque exatamente por materiais de mídia e oradores, pessoas bem preparadas Deputado Lazinho, eles vieram ao Estado de Rondônia, nos iludiram e nós compramos a ideia de que a implantação das usinas seria a redenção para o Estado de Rondônia, pura ilusão. Essas usinas trouxeram o caos para o nosso Estado e pior do que isso, nós somos hoje até o momento o segundo maior gerador de energia do país e nós não podemos diretamente usar e nem sequer uma pequena lâmpada da nossa energia aqui no Estado de Rondônia. E o que eu ilustro desse trabalho que essas empresas fazem Deputado Jesuíno, é bem o que Vossa Excelência demonstrou aqui. A parte das usinas, do consócio Deputado Hermínio, é um filme maravilhoso é como se fosse praticamente o céu na terra, mas a realidade é o inferno na terra, é o que nós podemos ver ali. Quantas pessoas poderiam ter morrido ali naquele momento? E se aquele desbarrancamento fosse aqui no mercado do peixe, fosse aqui na Estrada de Ferro? Onde, que depois das usinas veio o banzeiro e com o banzeiro veio as contenções que foram feitas com milhares e milhares, e milhares de toneladas de rocha, que foram colocadas as margens do Rio, ou seja, isso não estava previsto pela engenharia, não estava previsto pelos engenheiros que as empresas falam que sabem tudo. Também Deputado Hermínio, Deputada Rosângela, Deputado Alex, não estava previsto o alagamento da BR 364 que

isolou o Estado do Acre, do resto do país e não foi por uma só vez, eles fizeram o aumento do nível da BR 364, e depois eles tiveram que em bons trechos refazer por quê? Porque não foi suficiente o que eles já tinham feito, mais um erro de engenharia. Então, nós poderíamos falar aqui dos banzeiros como eu já disse coincidência ou não, sou leigo, não contesto, mas talvez muita coincidência. Eu trabalhei quando da Mad Maria, que foi uma minissérie da Rede Globo gravada aqui no Estado de Rondônia, eu trabalhei na reforma de parte do trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e exatamente quando eu trabalhei lá estava para completar cem anos de sua construção e nunca houve uma enchente, depois das usinas, a primeira enchente histórica, histórica coincidência ou não, não contesto. E a seca que assoreou agora que tem milhares e milhares de grãos, milho e soja estocados até embaixo de lona porque não tem como escoar os produtos hoje pelo Rio Madeira, coincidência ou não, mas faz muitos anos que não acontecia o que está acontecendo este ano. Da BR 364, eu já falei. Energia em Rondônia, e Acre é a maior balela, estão vendendo uma notícia falsa que esta Casa, deveria, esta Casa deveria se posicionar e cobrar do Poder Judiciário, dos órgãos competentes para punir essas empresas que estão fazendo propaganda enganosa, propaganda enganosa, porque não tem nada de energia direta para Rondônia e para Acre, a energia será ligada para o Brasil inteiro e depois, ela voltará para Rondônia e o Acre como está voltando, mais uma mentira desse complexo chamado Santo Antônio. Se não bastasse isso, se não bastasse isso, temos mais esse desastre que aconteceu essa semana, agora esse eu posso afirmar que é ligada aos banzeiros, a diferença que se fez o antes e o depois das usinas. E mais Deputado Jesuíno, essa matéria estava aqui para ser votada no maior desespero, no maior desespero é como se fosse uma coisa que não pudesse esperar o amanhã, e nós, Vossa Excelência Deputado Jesuíno, e também com o meu pedido, nós pedimos informações do Projeto. E aí Deputado Adelino Follador, Vossa Excelência que muito bem falou, poucos dias depois, ou seja, nem trinta dias depois eis aqui essa tragédia, tragédia da natureza e que poderia ter se transformado numa tragédia humana. Então, se nós tivéssemos votado, inclusive com a forte interferência do próprio Governo do Estado, da Casa Civil, da liderança do Governo nesta Casa, pedindo para que a gente votasse e aí agora, como ficaria, será que nós conseguiríamos fazer alguma coisa em relação a cobrar um posicionamento das autoridades? E aí vamos um pouco mais a frente. Há poucos meses nós tivemos uma audiência aqui realizada pelo Deputado Léo Moraes, aonde que diversos setores da sociedade, inclusive, engenheiros falaram que havia possibilidade do rompimento da usina de Jirau e Santo Antônio. Imaginem só se isso acontecesse de fato, seria uma das maiores tragédias. Seria uma das maiores não, seria a maior tragédia já vista neste País, seria o tsunami brasileiro. E aí, Deputados, Deputado Hermínio, Deputado Redano, Deputado Lazinho, quem pode garantir que não vai ter esse rompimento? Imaginem a contenção de águas que já temos, agora elevaram o nível em 80 centímetros e isso atingiria milhares e milhares e milhares de metros quadrados a mais de água. E mais uma, eu vejo vários agricultores e eu concordo com isso, vários agricultores sendo penalizados no Brasil inteiro, mas, principalmente no Estado de Rondônia, quando desmata uma quarta para plantar uma

rocinha de banana, uma rocinha de mandioca, uma rocinha de milho, Deputado Lazinho, que o senhor sabe muito bem o que é agricultura familiar e muitas vezes, é multado e até preso e nós, esta Casa, autorizar destruir três parques ecológicos, que já foram criados exatamente por causa da construção das usinas, seria a maior atrocidade que nós Deputados estaríamos fazendo com o meio ambiente do nosso Estado de Rondônia. Isso sim seria um grande crime e está em nossos ombros, 24 Deputados estaduais, de aprovar uma lei criminosa como essa, quando se prende um agricultor muitas vezes porque vai fazer um hectare de roça de agricultura familiar e nós deixarmos inundar pelas águas do rio Madeira três parques ecológicos, este sim seria um dos maiores crimes ambientais que os Deputados estaduais de Rondônia poderiam cometer. E quero ir além, essas usinas do Belo Monte, serviram como palco da maior corrupção do País, a Lava Jato envolveu centenas de pessoas por causa da Belo Monte e eu já pedi e eu já implorei e eu queria que os olhos do Moro, chegasse no complexo do Madeira, porque seria mais uma centena e aí, Deputado Hermínio, talvez nós voltaríamos a viver aquilo que uma vez Vossa Excelência falou na tribuna desta Casa: faltaria presídio, faltaria presídio, teria que fazer uma fazenda para prender gente. Eu gostaria de ver isso, principalmente antes de nós sabermos a verdade, o porquê do tanto interesse de mais uma vez beneficiar essas empresas, beneficiar esse projeto que não beneficiou em nada Rondônia e que sim prejudicou Rondônia e em cheio, prejudicou a sua gente. Sou contra autorizar a aumentar o nível das usinas no complexo do Madeira. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente, quero aqui parabenizar o Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, Deputado Luizinho e toda Assembleia, é uma pena que nem todo mundo tenha a paciência igual a Vossa Excelência, senhor Presidente, para estar aqui discutindo um tema de importância e de relevância tão grande para o Estado de Rondônia, como esse que está sendo abordado aqui. No dia que o projeto chegou aqui, nós estávamos ali num grupo de Deputados e juntos a gente decidiu que teria que analisar melhor esse projeto. Mas eu quero aqui frisar que mesmo ainda, antes, muito antes de eu sonhar em ser candidato a deputado, nós pela Fetagro junto com o MAB, junto outros movimentos sociais, já discutíamos, já questionávamos a construção da forma como estava sendo pensada, já fazíamos as mobilizações e aí eu quero mais uma vez enfatizar a importância que é as mobilizações sociais e aqui eu parabenizo, principalmente o MAB aqui no Estado de Rondônia e questiono o entendimento das autoridades na época com relação ao tratamento dado a esses movimentos que faziam a luta para corrigir e para amenizar os impactos que essas usinas trariam para o Estado. Muitas vezes nós somos chamados de baderneiros, muitas vezes nós fomos taxados de pessoas que não queriam o progresso para o Estado de Rondônia e aí agora a gente pode imaginar que tipo de progresso é esse. Nós ficamos com um grupo de famílias acampadas aqui no centro de Porto Velho por mais de 90 dias, que essas famílias não tinham recebido a indenização, Deputado Jesuíno, 296 famílias que segundo os estudos das usinas, elas não precisavam ser indenizadas e nós estivemos lá, Deputado Hermínio, fazendo escavação em lavouras de banana, que você

cavava na época da chuva, cavava 30 centímetros e a água estava aflorando essas propriedades não foram indenizadas porque segundo as usinas, não atingiria, não inundava, então não precisavam ser indenizadas. Nós questionávamos a barragem aqui, a barragem de contenção na barranca do rio desde aquela época, nós dizíamos que podia acontecer uma catástrofe, um problema maior, poderia trazer problema para Porto Velho. Eu não poderia deixar de dizer aqui e com todas as minhas desculpas e o entendimento do que aconteceu na época, Deputado Luizinho, a omissão do Estado com relação à construção dessas usinas. Nós fomos omissos quando nós deixamos somente a sociedade civil gritar na rua. Então o que a gente está fazendo aqui, não é como algumas pessoas acham que nós estamos discutindo esse projeto aqui pensando em angariar alguma coisa que foi denunciado no passado, muito pelo contrário, se alguém está pensando isso desta Casa de Leis é bom que essa pessoa tenha mais conhecimento e mais responsabilidade no que fala, porque nós não viemos aqui para fazer brincadeira, nós estamos tentando é salvar, Deputado Hermínio, o Estado de Rondônia, é Porto Velho, é o povo de Rondônia. É por isso que a gente está questionando. Aumentar, o que eles estão querendo aumentar é a construção de mais uma usina, é o reflexo da construção de mais uma usina, mentindo nos meios de comunicação da forma como está. Eu queria sugerir ao Ministério Público para que ouvisse e visse essa propaganda que está colocando e entrasse com um processo de reparação de danos à sociedade do Estado, aos moradores, a população do Estado de Rondônia, porque eles estão mentindo, quando eles dizem, como já foi dito aqui, que essas seis turbinas, é para atender o Estado de Rondônia e o Estado do Acre. Mentira. Mentira porque a energia vai para o sistema geral e esse sistema não tem como distribuir, esse aqui vai para Rondônia, essa aqui vai para o Acre, essa aqui vai para São Paulo, não existe isso. Então eu quero aqui parabenizar e dizer que eu enquanto Deputado, eu sou base do Governo e tem projetos que eu não voto nem que fosse da minha mãe e não voto, não tem quem faça; Deputado Hermínio, esse babaca aqui, agricultor, votar uma coisa que eu sei que está errada e que vai prejudicar o Estado. Fui contra junto com mais cinco Deputados, um projeto de Mediação Tecnológica, porque eu sei que educação não é feita dessa forma. E vou ser contra e esse projeto da forma como está aí, pode ter certeza que esse Deputado não vota a favor. Não é por causa do Governo Confúcio Moura, não voto porque é prejuízo para o Estado de Rondônia. O Brasil tem que entender que Rondônia mora gente, tem parlamento e tem Governo. Quer se beneficiar do que é do Estado de Rondônia? Vem aqui participar com a gente. Não vai atropelar. Porque o Governo Federal vai fazer, o Governo Federal vai passar por cima; passa por cima, se esta Casa se omitir e se o Governo do Estado se omitir, se nós estivermos juntos, tenho certeza que o Estado será respeitado e a mesma coisa vai acontecer com as usinas do Machadinho, nós não podemos deixar que a população seja iludida mais uma vez em benefício de toda tecnologia de desenvolvimento que nós precisamos ter, a desgraça recaia em cima do povo de Rondônia. É para isso que esse Deputado foi eleito e esta Casa, eu tenho certeza, que terá um debate claro e responsável para que possa amenizar e que eles corrijam, que o consórcio possa corrigir os danos que

têm causado para as famílias que vivem e ainda estão debaixo de lona, para as famílias que estão lá em Jaci-Paraná, como foi a conversa hoje, Deputado Hermínio, os postos, todos eles, fora de condição de consumo para poder beber e assim por diante. Quero colocar aqui e parabenizar o Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, Deputado Luizinho, todos os Deputados que estão presentes, porque é um dos problemas que esta Casa tem a responsabilidade de não deixar o Estado de Rondônia sofrer. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Parabéns Deputado Lazinho, Deputado Jesuíno, Deputado Luizinho, Deputado Hermínio, por trazer uma discussão tão importante nesta tribuna e com certeza é muito preocupante realmente a elevação desse nível de água. Isso vai avançar milhares de hectares a mais, vai subir mais o lençol freático de água e com certeza o impacto será violento. Eu acho que isso tem que ser muito bem pensado porque já está no limite e o impacto, com certeza, eu acho que é incalculável, neste momento, para a gente, 30 centímetros a mais.

Com a palavra o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu me lembro de que desde o começo, quando começou a discutir essas usinas, eu via, na época, a nossa bancada federal, sem exceção, o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Velho sempre defendendo 100% as usinas e fizeram toda negociação, todas as negociações de compensações e outros benefícios na época que foi negociado, tanto para o município como para o Estado, e com todos os ribeirinhos e os distritos que seriam afetados por essas usinas. E uma coisa vocês podem ter certeza, na época eram milhões e mais milhões de compensações. E essas compensações, para falar a verdade, sumiram, sumiram as compensações que foram divulgadas, que foram negociadas e divulgadas. Foram todas jogadas na vala, como se diz, porque eu quero que alguém aqui neste Estado ou nesta cidade, ou alguém próximo aqui do rio Madeira, aqui no distrito, Guajará-Mirim até Calama, me diga o que é que foi feito em contrapartida, em compensação para este Estado, para este município, para alguma pessoa deste Estado. O povo, principalmente os nossos ribeirinhos, acabaram com a vida dos nossos ribeirinhos, e para falar a verdade, alguns ganharam, alguns safados ganharam. O Prefeito aqui de Porto Velho, Roberto Sobrinho, pilantra de marca maior, fez as negociatas, porque além de roubar, roubar fazendo reformazinhas milionárias, fazendo escolazinhas de madeira, barracos como escola e posto de saúde aqui em alguns distritos e algumas regiões aqui do nosso Madeira, a preço de ouro. E sem contar o que eles pegaram por fora. Porque eu nunca vi um Senador de Rondônia, nunca vi o Governador de Rondônia, nem o da época e nem o Confúcio, que assumiu depois, nunca vi um Deputado Federal ou um Prefeito de Porto Velho falar uma vírgula dessas usinas. E por que é que não fala? Porque eu não estou falando isso aqui hoje, não. Eu falo isso aqui há anos. Porque parece que tem muita gente que só vem descobrir roubalheira e bandalheira depois da Lava Jato. Mas muito antes do povo saber quem era Moro e outras coisas, eu já falava todo dia nesta tribuna e na tribuna da Câmara e onde eu estava, da roubalheira e da bandalheira que tinha neste Estado e neste município. E as

pessoas me tachavam de, 'não, essa aí é um falastrão, esse aí é um doido, esse aí é um abestado'. Aí, agora, parece que todo mundo caiu na real que a gente vive sendo roubado, mas parece que o roubo só da Lava Jato para cá. Nós vivemos sendo roubados neste País é de muitos anos. E aqui em Porto Velho, a Presidente Dilma veio visitar aqui as usinas na época da cheia. Aí estava lá no palanque o Senador Raupp, Confúcio Moura, um monte de autoridade aqui do nosso Estado. A Dilma ficou contando estorinhas de lobo mal com carneiro, com ove-lha. E o Senador Raupp, principalmente, que é um dos mais picaretas que tem neste Estado, e responsável por essa maracutaia e por tudo que essas usinas fazem contra este Estado, e nunca abriu a boca para defender o Estado, ficou dando aquela risadinha safada, atrás da Presidente Dilma. Enquanto isso, um coitado de um repórter aqui daqui de Rondônia, eu não sei a qual veículo ele pertence, falou lá de baixo: "Presidente Dilma, e aí, como é que vai ficar a questão da transposição, ou do BERON, o que é que Rondônia, no que é que Porto Velho vai ser compensado por causa dessa desgraça toda que essas usinas trouxeram para Rondônia e para Porto Velho"? A Presidente respondeu o seguinte, que não estava aqui para falar daquele assunto, não. E não deu a mínima para o repórter e não tinha ninguém naquele palanque, que eram as maiores autoridades de Rondônia, não teve um naquele palanque que mandasse a Presidente Dilma respeitar tanto aquele repórter que teve a coragem, foi o único que teve, e respeitar este Estado e este município. Não teve, sabe por quê? Porque tem rabo preso. Porque na época das campanhas vão lá pegar dinheiro deles. Não tem moral. Agora esse governo, esse Governo Confúcio, que eu falei que não ia mais nem falar mal dessa coisa, mas não tem jeito. Este governo, olhe só o tamanho da maldade, da covardia deste governo. Está tudo isso aí, com as usinas da forma que foi feita. Aí, agora, ele mandou, tem um projeto aqui nesta Casa para aumentar mais 85 centímetros, que o Deputado Lazinho falou muito bem aqui que é praticamente outra barragem. Isso vai alagar milhares e milhares de metros quadrados de floresta e atingir muitas pessoas que moram não mais perto do rio, pessoas que moram a quilômetros do rio vão ser afetadas, como o Joana d'Arc todinho foi afetado, o Joana d'Arc, assentamento do Governo Federal que era até exemplo, depois dessas usinas acabaram a vida daquele povo ali sem contar quem morava próximo ao Rio Madeira em todos os lugares. Mas, no Joana d'Arc, ninguém indenizou uma moeda, e vai um coitado de um ribeirinho ou alguém que foi prejudicado com essas Usinas, que perdeu tudo o que tinha com essas Usinas, até o sossego e a dignidade, vai um deles se meter a besta de falar com alguém dessas usinas? Não faz nem medo deles atenderem o miserável do ribeirinho.

O Governador de Rondônia, que é a maior autoridade do Estado em vez de chegar nas Usinas e dizer: não Usina, nós podemos até discutir o aumento da barragem, mas primeiro você vai ter que cumprir tudo o que você prometeu e que está..., e que foi, tudo o que foi assumido com os ribeirinhos, com todos que foram afetados e também com o município e com o Estado, saber onde eles meteram tantos milhões, dinheiro, dizendo que era de compensação e de outras coisas aí que ninguém nunca viu.

Por isso que eu quero dizer aqui o seguinte, o que eu quero dizer aqui, eu queria... Raupp eu desafio você, eu desafio o Confúcio, desafio mais um monte de políticos desse Estado, a denunciar, vir, exigir dessas Usinas a respeitar o povo. Não vem. Não vem porque se venderam, eles venderam a gente, eles venderam nós, Deputado Jesuíno.

Eu queria aqui parabenizar Vossa Excelência, parabenizar o Thiago e o Maique, que foram de avião, de helicóptero lá, filmar por cima, foi aquele aviãozinho de brinquedo, o negócio está bom, vocês já têm até aquele, como é que chama o nome daquele trem? Drone, eu não sei nem falar esse trem. O que eu queria dizer aqui é para você ver a pilantragem, Deputado Jesuíno, desse Governo, esse Governo mandou esse Projeto para nós aumentarmos mais 85 cm nessa barragem que nós já éramos para ter aprovado já há mais de mês, ele manda para cá como se fosse um simples Projeto, Deputada Rosângela. Rapaz, como é que pode ser tão criminoso contra o seu povo, mas o pior disso, o pior disso tudo é o seguinte, que o povo continua votando nessas tranqueiras, continua votando nas tranqueiras. Eu acho que a gente ser enganado pela primeira vez até que tudo bem, porque infelizmente, muitas vezes a gente não tem nenhuma opção de voto. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Ou então a gente tenta escolher o menos ruim; mas você repetir, repetir, e eu dizia para o Confúcio Moura: Confúcio Moura tem hora que eu não consigo acreditar que o senhor seja um homem perverso, um homem mau, tem hora que eu não quero nem acreditar, que o senhor não parece, a tua aparência é de um homem de bem, um homem que jamais quer o mal de ninguém, mas o que estão fazendo com Rondônia, o que já fizeram e querem fazer de novo, porque esses 85 cm é brincar, é brincar, é achar que todos nós somos um bando de idiota, um bando de besta, um bando de abestado. Para mandar um trem desses sem discutir com ninguém, sem discutir com ninguém e agora, resta o que? Está tudo na mão desta Assembleia, aqui Deputado Lazinho, eu já vi muitos Deputados aqui fazer discursos inflamados aqui na hora que o povo está aqui no Plenário e dizer: não, eu não voto assim, não voto, não voto. Quando não tem ninguém ali meu amigo, vota tudo a favor do Governo. E eu espero, eu espero que desta vez os nossos Deputados cumpram o que estão falando hoje e que não aprovem um absurdo desse, isso aí são 14 carretas, você vê assim parece, carretas-tanque, você vê assim parece brinquedo, você vê de longe assim parece aquelas carretinhas de brinquedo da Bolívia, que você compra em Guajará-Mirim, parece brinquedo, o cara não acredita num trem desses, e pior, o IBAMA não foi lá, a SEDAM não foi lá, o órgão municipal também que cuida do meio ambiente não foi lá, agora se tivesse um trabalhador de Rondônia ou de Porto Velho, derrubando um pé de pau lá para plantar um pé de mandioca, ele já estava preso, porque a SEDAM já tinha ido lá, o IBAMA já tinha ido lá e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do município já tinha ido lá encher o saco do trabalhador e prender e multado. Agora essas usinas, ninguém tem moral para peitar essas usinas, ninguém tem moral. Aqui quando o Governador estava sentado naquela cadeira ali do Deputado Edson, eu chamei ele, estava Ministério Público, Tribunal de Justiça e toda sociedade de Rondônia, chamando para nós irmos lá para aquelas usinas e fazer esse, tanto as usinas como o Governo Federal respeitar este Estado, que poderia até fazer as usinas no rio

Madeira, mas, que o povo, que o Estado fosse compensado com benefícios pela desgraceira que estas usinas causaram e estão causando e vão causar muito mais, principalmente se aumentar esse 85 cm. Por isso, eu quero dizer aqui o seguinte: isso é criminoso, o Governo ter a cara de pau de mandar esse... E o pior é que o Governo manda o projeto para cá e é igual gato, dá o bote e esconde a mão, enquanto isso Santo Antônio fica fazendo propaganda nacional dessas turbinas, dizendo que isso é importante demais. É importante sim para eles lá, para nós isso aí é mais desgraceira, por isso, é criminoso, não é irresponsável não, você autorizar esses caras, mais 85 cm que nem o Governo está autorizando, só já não está autorizado porque nós não aprovamos ainda. É criminoso, é criminoso, é maldade, é perversidade. E a prova disso, Deputado Jesuíno, é isso, ver se alguém foi lá ver a desgraceira, essa desgraceira toda e outras que tem todo dia aí na margem, aí próximo do nosso Rio Madeira. Por isso, eu conto com os nossos Deputados, peço ao povo de Rondônia e principalmente os atingidos, as pessoas que foram afetadas diretamente, que sofreram mais e estão sofrendo com as consequências dessas usinas, que venha para Assembleia, que acompanhe para que nós, os Deputados não venham aprovar de maneira alguma este tipo de projeto, que é como eu falei, a gente não está aprovando uma coisa que pode causar alguma..., não, nós estamos aprovando um trem para infernizar a vida de milhares e milhares de portovelhenses, de pessoas de Guajará, de pessoas de Rondônia. Obrigado e ...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Um aparte Deputado. Só uma correção. Eu acho que a gente precisa dá a César o que é de César. Primeiro, os erros cometidos até agora, o Governador Confúcio não tem nada a ver, porque a aprovação de todo projeto foi anterior a ele.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, mais ele tem sim. Ele poderia ter fiscalizado de 2010 para cá...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só completando. O quê que ele está fazendo agora? Ele está encaminhando para nós aqui e é obrigação dele encaminhar para nós o projeto e cabe a nós agora fazer as correções que tem que ser feita. Entendeu? A gente não pode, não pode misturar, porque quando estava discutindo isso, aí Vossa Excelência ainda fala: alguém levou. Mas, tinha muita gente que não estava nem no governo, o Governador...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazinho, eles venderam, eles venderam a gente, eles venderam a gente. Agora, eu desafio algum me denunciar por calúnia, quando eu falo que venderam nós, que venderam o Estado, que venderam Porto Velho, venderam e entregaram. O que eu queria dizer Deputado Lazinho, é o seguinte, Deputado Lazinho o Governo Confúcio Moura, tem sim porque ele podia estar cobrando desse... Quando eu chamei para fechar as usinas, eu chamei não, o povo de Rondônia chamou, até a Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça porque eles estavam dentro da ilegalidade e nunca essa SEDAM teve moral para chegar lá e exigir, exigir e fiscalizar essas usinas. Por isso ele tem culpa sim, por antes e tem culpa muito mais ainda... É você jogar a responsabilidade para nós. Eu queria ver...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu acho que a responsabilidade maior é da Assembleia.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, se ele fosse um governador que...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu acho que é, se tivesse feito isso no passado, não estava acontecendo isso agora. Então a Assembleia foi omissa.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Se nós tivéssemos um Governador que respeitasse e gostasse do povo de Rondônia, ele não mandava um projeto criminoso desse para a Assembleia não, ele não mandava. E muito pior ainda, ficava pressionando os Deputados a aprovarem, que nem estão pressionando. Deputado Lázinho, eu vou falar um negócio para Vossa Excelência, eu lhe admiro e lhe respeito muito, mas lembre-se que esse Governo é do PMDB, que golpeou o teu Governo do PT. Para de defender esse PMDB, que é praga, é coisa ruim o PMDB.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Vossa excelência tem toda razão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Como o PT também pisou na bola demais.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas, eu não levo na política as coisas para esse lado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas, eu levo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu tenho tratamento muito de pessoas, na política a gente trata muito com pessoas e de todo lado tem gente ruim. Eu sei que foi um golpe, continua sendo, vai ser até o final, agora a gente tem que tratar a coisa no momento, porque se a gente não tratar dessa forma, Deputado, a gente acaba levando para o lado ruim.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu citei isso, mas eu queria dizer o seguinte: eu quero que um cidadão de bem desse Estado e deste município e de qualquer lugar do Brasil e do mundo me diga quando foi que eu xinguei ou acusei, ou falei alguma coisa de mal contra ele. Todos que eu falei, eu falei, não me arrependo, eu não tenho prazer de estar falando, eu queria estar elogiando aqui os nossos Senadores, nosso Governador, eu queria estar elogiando, mas de quem eu falo, eu não me arrependo uma vírgula, não me arrependo, porque são covardes mesmo, são covardes. O Governador tinha que proteger, a obrigação dele, ele foi eleito para proteger o Estado, para proteger o povo do Estado, não fazer isso, essa canalhice com o povo desse Estado. É isso. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para finalizar, Presidente, porque eu não finalizei. Eu falei Deputado Hermínio, Deputado Luizinho e o Deputado Lázinho. Mas dizer assim, a forma que o Deputado Hermínio se posiciona é que sempre vai ser assim, o Governo encaminha o projeto, o projeto vem para esta Casa e quem fica com o ônus, ou seja, o ônus fica com a gente, o bônus fica com ele. E o que o Deputado Hermínio diz, Deputado Lázinho, é o seguinte: quem tem o poder maior, a máquina maior, se chama Governador Confúcio Moura, tem a SEDAM, têm os órgãos de controle, ele poderia muito bem nesse exato momento, é isso que eu quero entender, Deputado Hermínio, e acredito, o que nós estamos fazendo nesse exato momento é

dizer: olha, nós obstruímos com os requerimentos; que é uma obstrução legítima, regimental; e agora nós estamos chamando a sociedade civil organizada, nós estamos chamando agora o Governo, mas a posição que deveria. O Presidente Maurão chamou aqui numa reunião com o Procurador, com eles, eles vieram aqui, mas, quem deveria agora levar para a mesa redonda, é o Governador junto com todo mundo, sentar os representantes e falar: olha, vocês não têm como aumentar 85%, que é outra usina e se vão colocar em discussão porque eu tenho o projeto na íntegra. Sabe como é que iniciou esse projeto, Deputado Hermínio? Um ofício da Santo Antônio que tramitou, em menos de 60 dias já tinha todas as medidas autorizativas, já tinha todas as documentações pertinentes e não houve uma resistência, isso que a gente fica olhando e assistindo e pode ter certeza, eu acredito no seu posicionamento, Deputado Lázinho, como o senhor falou, o senhor não vota em projeto que vai de encontro a sociedade, é uma aberração, Deputado Luizinho, Deputado Hermínio, Deputado Edson, que aqui se encontram presentes até agora.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só uma coisa que a gente podia alertar, Deputado Edson. A SEDAM tem que se posicionar imediatamente com relação a isso aí. Eu acredito que já deva estar tomando as providências, porque o complexo, o consórcio tem que ser responsabilizado por isso aí, então eu acho que aí cabe a nós, enquanto Deputados, cobrar que a SEDAM vá fazer, busque instrumentos técnicos para fazer essa avaliação e penalizar a quem de direito e nesse caso a quem de direito é a questão das obras.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Deputado Lázinho, eu acredito até que a SEDAM já esteja tomando as providências porque realmente foi um desastre.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu queria solicitar então que a SEDAM pudesse o mais rápido comunicar a esta Casa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu acho que esta Casa se quisesse constituir uma Comissão seria interessante para que acompanhasse esses trabalhos. Eu quero parabenizar a iniciativa do Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, agora eu também não posso concordar com a ideia do Deputado Hermínio, sempre quando nos discursos dele, a forma raivosa como ele se dirige ao PMDB. Eu tenho cinco mandatos pelo PMDB e eu, pelo menos, exijo, no mínimo, Deputado Hermínio, exijo respeito. Eu tenho todo respeito a Vossa Excelência...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Edson, o baixo clero do PMDB, inclusive, tem peemedebistas que eu admiro, a Kátia Abreu, o Requião e nossos companheiros.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Hermínio, eu só gostaria de dizer para Vossa Excelência o seguinte: eu acho que o PMDB...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu estou falando a cúpula.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Toda caixa tem tomate podre, talvez o PMDB possa ter mais, por ser o maior partido do Brasil, assim como é o Flamengo, a maior torcida do Brasil, aonde tem mais gente, com certeza, tem mais pessoas do mal também, então o PMDB sempre citado às vezes porque é o maior partido do Brasil, tem muitas pessoas. Mas tem as pessoas também, eu acho que quando Vossa Excelên-

cia generaliza o PMDB. E o Senador Raupp? Lógico que o Senador Raupp é uma pessoa que merece respeito pelo trabalho que tem prestado ao Estado, e, Vossa Excelência cita constantemente o nome do Senador Raupp. O Governo do Estado, o Governador Confúcio pelo trabalho que ele vem prestando, agora, é lógico, que só não erra o pênalti que ele não cobra, o Maradona perdeu pênalti, o Zico; com certeza o Governo Confúcio também erra, agora eu acho que merece respeito pelo trabalho que ele vem fazendo com o Estado. Vossa Excelência está de parabéns, eu acho que é válida essa discussão, Vossa Excelência pode fazer o trabalho, se tem alguém que errou muito mais do que esse Governador, talvez foi o Governo passado, lá foram discutidas todas as possibilidades de negociação e os impactos que iria causar a usina e Vossa Excelência, inclusive, era Presidente da Câmara juntamente com o Prefeito Roberto Sobrinho, teve todas essas oportunidades de discutir o que era impacto de usina de Santo Antônio e Jirau no Estado de Rondônia, no município de Porto Velho. Então eu acho que nós não podemos generalizar, atacar também todas as pessoas que com certeza cada um tem a sua parte de contribuição ao Estado e acho que nós podemos fazer o nosso trabalho, aqui é o lugar realmente de discutir, compete a nós discutirmos esse projeto, agora eu acho que precisa ser realmente de uma forma respeitosa, nós não podemos atacar pessoas e partidos porque as vezes pessoas até que não tem nada a ver, o Senador Raupp não teve a oportunidade talvez de chegar a essa discussão, essa discussão está aqui na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores e acho que nós temos que discutir, vamos discutir isso tudo dentro de um nível realmente democrático que possa realmente a gente discutir e ter êxito na discussão desse projeto. Deputado Hermínio, eu tenho respeito a Vossa Excelência, agora eu não aceito realmente que Vossa Excelência venha atacar o partido, o PMDB, eu tenho cinco mandatos por esse partido e acho até que é um partido que tem realmente muita gente ruim, mas tem muita gente boa também e eu quero me incluir nesses bons, eu não posso aceitar o seu ataque contra o PMDB que tem sido constante.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero dizer o seguinte: Vossa Excelência está convidado para vir para o PDT, Vossa Excelência e todos peemedebistas bons que tem mesmo, tem bastante, a virem para o PDT, estão convidados a virem se filiar no PDT.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, então para finalizar, já são 20h38min. Dizer que por isso que a gente pede novamente o apoio, essa CPI já tem cinco nomes já, essa CPI na próxima Sessão, quem sabe nas próximas discussões, é apenas para apurar possíveis irregularidades nas construções, ninguém vai adentrar a outros méritos não, apenas nas construções, nas licenças ambientais, como foram feitas, se essas turbinas, me perguntaram: porque CPI, Deputado? Porque CPI tem um caráter mais rígido e a legislação nos dá algumas garantias e algumas ferramentas. Então era só isso que eu queria falar, eu pedi que esse vídeo seja incluído dentro do rol dos vídeos na Assembleia Legislativa para ficar vinculando para a gente colocar, no nosso caso nas redes sociais também, esse vídeo fique para as pessoas terem ciência do que está acontecendo. Então era isso que eu queria falar. Agradecer ao senhor

a paciência, como bem disse o Deputado Hermínio, tem uma posição e às vezes generaliza, mas a gente não pode admitir que um Partido, ele seja contaminado por tudo, nada contra, tenho muito respeito a todos aqui, partido para mim quem faz são as pessoas, mas lógico que existe dentro do joio também, do trigo tem joio. Era isso que eu queria falar. Boa noite a todos, a todos servidores que se encontram nesta Casa até esse exato momento, agradecer a paciência e desejar uma boa noite a todos e obrigado Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Edson Martins) – Obrigado Deputado Jesuíno, agradecer a todos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, comunico realização de Sessão Solene no dia 18 de agosto, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, às 09 horas, para entrega de Voto de Louvor para civis e policiais militares e realização de Audiência Pública de autoria do Deputado Léo Moraes, no dia 18 de agosto, às 15 horas, para discutir sobre a regularização fundiária no bairro Aparecida e Sessão Solene de autoria do Deputado Ribamar Araújo, no dia 19 de agosto, às 09 horas, em homenagem ao Dia do DeMolay e convoco Sessão Ordinária para o dia 23 de agosto no horário regimental, ou seja, às 15 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 40 minutos)

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Processo Administrativo nº 000010527/2016-69

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE torna público que contratará por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no inciso I do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, a EDITORA FÓRUM LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.769.803/0001-92, estabelecida à Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Bairro Jardim Atlântico – Belo Horizonte/MG, CEP: 31710-430, referente a Assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Contratação e Gestão Pública, por 12 (doze) meses, no valor total de R\$ 8.856,00 (Oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), conforme proposta acostada nos autos do processo supracitado.

Milton Neves de Oliveira
SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Ratificamos a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho - RO, 29 de agosto de 2016.

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO